



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Cecília Maria Carreira Amaro

## **Mulheres vítimas da violência conjugal – as Casa Abrigo, Estudo Analítico e Crítico**

Tese de Mestrado

Mestrado em Diferença, Crime e Desigualdade

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor Fernando Eduardo Conde Monteiro

Janeiro de 2015

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Cecília Maria Carreira Amaro

**Endereço eletrónico:** cecilia\_amaro@hotmail.com

**Telefone:** 914944556

**Número do Bilhete de Identidade:** 13400049

**Título da dissertação de mestrado:** Mulheres vítimas da violência conjugal – as Casas Abrigo  
estudo analítico e crítico

**Orientador:** Professor Doutor Fernando Eduardo Conde Monteiro

**Ano de conclusão:** 2015

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Assinatura

---

Universidade do Minho, Janeiro, 2015

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero dirigir uma palavra de agradecimento aos docentes da Faculdade pela generosidade e espírito de colaboração que sempre demonstraram neste percurso académico.

Quero também agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Eduardo Conde Monteiro, docente da Universidade do Minho, pela sua constante disponibilidade, sentido crítico e apoio.

E por último, mas não menos importante, um agradecimento muito especial à minha família, especialmente aos meus pais, pelo apoio, compreensão, paciência, carinho e principalmente por terem acreditado... Sem eles todo este percurso não seria possível... A vocês ficarei eternamente grata...

A TODOS OBRIGADA!

## RESUMO

A violência doméstica tem vindo a merecer uma cada vez maior atenção dos poderes públicos, na definição de políticas de combate ao fenómeno. A proteção das vítimas salienta-se entre as preocupações do Estado, que investe em estruturas de apoio no sentido de assegurar a segurança das vítimas, o seu bem-estar e de promover a sua autonomia.

O presente trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno de violência doméstica, em particular da violência contra as mulheres no âmbito das relações conjugais (e/ou para conjugais) e uma compreensão das medidas de apoio às vítimas que têm sido adotadas no âmbito nacional, designadamente as Casas Abrigo.

A metodologia adotada para a investigação assenta na combinação de métodos qualitativos, como sejam a análise de informação de registos de imagem através da observação (reportagens televisivas e um documentário sobre mulheres residentes em Casas Abrigo) e análise de conteúdo e a análise documental.

Pretende-se com os resultados alcançados compreender a perceção que a vítima de violência conjugal tem relativamente à Casa Abrigo e a esta etapa pela qual passa o seu processo de mudança, como contributo para entender até que ponto esta medida se afigura como adequada.

Este estudo evidencia que o processo de rutura com a relação violenta, a procura de apoios por parte da vítima e o acolhimento em Casa Abrigo é complexo. Levantam-se questões relativas à falta de informação dos apoios por parte das vítimas, questiona-se a eficácia dos mesmos [apoios] ao nível da reinserção das vítimas e por outro lado levanta-se a questão relativamente à eficácia e sustentabilidade desta medida.

É neste contexto que se afigura oportuna uma reflexão sobre a pertinência de uma nova missão para as Casas Abrigo, enquadrada nas políticas de reabilitação do agressor - A Casa Abrigo enquanto resposta institucional promotora de reabilitação do agressor.

**Palavras – chave:** Violência doméstica; Violência conjugal; Mulheres vítimas de violência conjugal; Casas Abrigo.

## ABSTRACT

Domestic violence has more and more deserved the attention of public powers, in the definition of politics to combat the phenomena. The victim's protection stands out amongst the State concerns, which invests in creating support structures, in order to assure the security of victims, their well-being, as well as promoting their autonomy.

This present work pretends to contribute to a better understanding of the domestic violence phenomena, particularly that of violence against women in the context of marital relationships (and / or extra-marital) and an understanding of victim support measures, which have been adopted within the national context, namely Shelter Homes.

The methodology adopted for investigation rests in the combination of qualitative methods, such as the analysis of information of image registration by means of observation (television reports and a documentary about women that are residents in Shelter Homes) and content analysis and documental analysis.

With the results that are achieved, it is pretended to understand the perception the marital domestic violence victim has relative to the Shelter Home and to this stage whereby the victim goes through the change process, as a contribution to understand to what extent this measure is seen to be adequate.

This study makes it evident that the rupture process with the violent relationship, the search for support on part of the victim and the accommodation in Shelter Homes is a complex process. Issues are raised by the victim relative to the lack of information concerning these supports, the effectiveness of these supports are questioned as regards the reintegration of the victims, and on the other hand, the issue is raised regarding the effectiveness and sustainability of this measure.

It is in this context that a reflection regards the pertinence of a new mission for the Shelter Homes, within the politics of the aggressor rehabilitation politics, appears timely.

-The Shelter Home as an institutional reply to promoting the rehabilitation of the aggressor.

**Key Words:** domestic violence; marital violence; women victims of marital violence; Shelter Homes.

## INDICE

Agradecimentos	1
Resumo	2
Abstract	3
Índice	4
Lista de Siglas/Abreviaturas	6
Introdução	8
Objetivos	10
PARTE I – ESTADO DA ARTE	12
1- Noção de Violência e Crime	13
2- Família e Violência	16
2.1. Considerando	16
2.2. Violência Doméstica – conceito	21
3- Género e Poder – Desigualdade e Violência	25
4- Violência Conjugal [contra a mulher]	31
4.1. Definição e tipos de violência conjuga contra a mulher	31
4.1.1. Fatores de risco da violência conjugal	43
4.1.2. Modelos Explicativos da violência conjugal	44
4.2. A realidade em Portugal; violência conjugal em números	48
5- Medidas de Proteção à Vitima	61
5.1. Contributos internacionais (europeus); perspetiva histórica.	61
5.2. A realidade em Portugal; enquadramento legal do crime de violência doméstica (o papel da criminalização como instrumento de proteção à vitima);	67
6- As Casas Abrigo como resposta específica para o problema [das mulheres vítimas de violência doméstica]	78
6.1. Conceito; Enquadramento legal específico	78
6.2. Constrangimentos	83
6.3. Alternativas	91

PARTE II – PARTE METODOLÓGICA	92
1 – Metodologia de Investigação	93
1.1 – Problemática de investigação	93
1.2 – Definição do método e técnicas	94
1.3 – Definição da forma de tratamento e análise dos dados	94
1.4 – Procedimentos	95
2 - Análise e discussão dos Resultados	97
3 – Conclusão	112
Bibliografia	116
Anexos	133
Anexo I – Análise das Reportagens: “Fugir do medo”; “Casa Abrigo ajuda vítimas de violência domestica a recomeçar”; “Vítimas da violência doméstica tentam recomeçar vida num abrigo”; “Portugal solidário – aqui as portas não batem”; “Exemplos de violência doméstica” e Análise do Documentário “. de partida”.	134
Anexo II – Análise de conteúdo das Reportagens: “Fugir do medo”; “Casa Abrigo ajuda vítimas de violência domestica a recomeçar”; “Vítimas da violência doméstica tentam recomeçar vida num abrigo”; “Portugal solidário – aqui as portas não batem”; “Exemplos de violência doméstica” e Análise de conteúdo do Documentário “. de partida”.	166

## LISTA DE SIGLAS / ABREVIATURAS

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APMJ – Associação Portuguesa das Mulheres Juristas

CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres das Nações Unidas

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Comissão de Mulheres do MAS – Comissão de Mulheres do Movimento Alternativa Socialista

CP – Código Penal

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGAI – Direção-Geral da Administração Interna

DL – Decreto-lei

DR – Decreto Regulamentar

DR – Diário da República

EMCDV – Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica

FS – Forças de Segurança

GAF – Gabinete Social de Atendimento à Família

GNR – Guarda Nacional Republicana

LNES 144 – Linha de Emergência Social



NEP/CES – Núcleo de Estudos para a Paz do CES da Universidade de Coimbra

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGs – Organizações não-governamentais

OMS – Organização Mundial de Saúde

PSP – Polícia de Segurança Pública

PJ – Polícia Judiciária

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RIVS – Rede de Intervenção na Área da Violência em Sintra

UE – União Europeia

UMAR – União de Mulheres Alternativa e resposta

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## INTRODUÇÃO

A violência conjugal é entendida como a violência praticada entre pessoas que vivem em situação conjugal, casadas ou não. Contudo, esta tese de mestrado vai enfatizar a abordagem à mulher vítima de violência conjugal.

De acordo com Gelles (1997), cit. por Gonçalves & Machado (2002, p. 85), “a violência sobre a parceira pode envolver o uso intencional da força ou intimidação, coagindo-a na sua ação ou causando-lhe dano físico e, por outro lado, um leque de agressões não físicas, mas igualmente violentas, designadamente a violência emocional ou psicológica, que pode assumir consequências mais profundas do que a vitimação física por si só”.

Apesar do problema da violência conjugal ser idêntico a muitas mulheres e poder ser identificado como um problema cíclico, as reações das mesmas não são iguais “cada pessoa reage considerando fatores individuais da sua personalidade, história de vida, contexto social e familiar” (Marques, 2009, p. 44). Contudo, há mulheres que rompem com o ciclo de violência recorrendo a diferentes tipos de apoio. Este pedido de ajuda pode acontecer por diferentes motivos, dependendo, obviamente, de cada mulher (APAV, 1999).

Com a crescente consciencialização pública para o fenómeno, o apoio às vítimas de violência doméstica em Portugal tem assentado cada vez mais num sistema de respostas sociais públicas e privadas, sendo que atualmente as vítimas dispõem de um conjunto de serviços aos quais podem recorrer para quebrarem o silêncio e solicitarem ajuda (Almeida, 2008). As Casas Abrigo constituem um exemplo de serviço de proteção e integração social disponível para o acolhimento das vítimas de violência doméstica.

Neste sentido, as Casas Abrigo constituem-se como equipamentos capazes de proporcionar acolhimento temporário, seguro e confidencial, destinado a mulheres com/sem filhos a cargo que se encontrem numa situação de risco grave/perigo de vida (CIG, 2009).

Afigura-se como principal problemática desta investigação as representações das mulheres vítimas de violência conjugal sobre as casas de abrigo onde se encontram a residir. É importante conhecer a perceção que as vítimas têm destas casas como contributo para compreender se esta resposta social criada pelo Estado – Casa Abrigo – se afigura como adequada.

Esta investigação encontra-se organizada em duas componentes distintas: a parte teórica e a parte metodológica. A primeira reporta-se aos conceitos teóricos, base fundamental do estudo, essencial para compreender o fenómeno sob investigação. Esta parte encontra-se dividida em duas partes, a primeira referente ao enquadramento concetual/ estado da arte e a segunda referente à parte metodológica. A primeira parte encontra-se dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo envolve uma pequena caracterização da noção de violência e crime. O segundo e o terceiro prendem-se com a contextualização da violência na família e na sociedade. O quarto capítulo centra-se na definição do conceito de violência conjugal, os modelos explicativos e por último a realidade, em números, da violência conjugal em Portugal. O quinto capítulo apresenta os principais meios de proteção social da vítima de violência doméstica, reportando-nos à evolução da legislação tanto ao nível internacional como nacional desta problemática. O sexto capítulo consiste numa caracterização das Casas Abrigo, incidindo sobre a difusão deste tipo de resposta social pelo mundo, no seu enquadramento legal português, na descrição deste tipo de equipamento social, ainda os constrangimentos desta política social bem como as alternativas

A segunda parte centra-se na parte metodológica e é constituída por três capítulos. Assim sendo, o primeiro reporta-se à metodologia utilizada, ao objeto e objetivos de estudo, aos instrumentos e procedimentos efetuados. No segundo são apresentados e discutidos os dados recolhidos ao longo do estudo. No último capítulo, é apresentada uma reflexão crítica face a todo o trabalho desenvolvido nesta investigação.

## OBJETIVOS

O fenómeno da violência doméstica não é um fenómeno novo nem um problema exclusivamente nacional. A visibilidade crescente que tem vindo a adquirir associada à redefinição dos papéis de género, e à construção de uma nova consciência social e de cidadania, bem como à afirmação dos direitos humanos, levaram os poderes públicos a definir políticas de combate a um fenómeno que durante muitos anos permaneceu silenciado.

Afigura-se como principal problemática desta investigação as representações das mulheres vítimas de violência conjugal sobre as casas de abrigo onde se encontram a residir. É importante conhecer a perceção que as vítimas têm destas casas como contributo para compreender se esta resposta social criada pelo Estado – Casa Abrigo - se afigura como adequada.

As questões que orientarão a reflexão da investigação em causa são as seguintes:

- Qual a missão da Casa Abrigo? Que mudança fomenta a Casa Abrigo na vida das mulheres vítimas de violência conjugal? Qual o impacto dessa mudança nas vítimas de violência conjugal?
- Qual a perceção que as mulheres vítimas de violência conjugal têm relativamente às Casas Abrigo?
- A integração numa Casa Abrigo potencia efetivamente uma mudança na vida da vítima ou pelo contrário esta integração será percebida pelas vítimas como uma punição, uma obrigação de mudança?

Os objetivos que conduzirão esta investigação são os que se apresentam de seguida:

- Compreender o fenómeno da violência conjugal contra as mulheres.
- Compreender as medidas de apoio às vítimas de violência conjugal que têm sido adotadas no âmbito nacional, designadamente a missão das Casa Abrigo.
- Identificar e analisar o significado e a importância da Casa Abrigo para as mulheres vítimas de violência conjugal e a sua perceção relativamente à importância da integração em Casa Abrigo como meio para construção do projeto de vida futura.

- Perceber se a resposta Casa Abrigo é adequada para as necessidades das vítimas de violência conjugal.
- Entender a pertinência da adoção de outra missão para a Casa Abrigo.

## PARTE I – ESTADO DA ARTE

## 1. NOÇÃO DE VIOLÊNCIA E CRIME

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência caracteriza-se conforme as suas manifestações empíricas (física, psicológica, sexual, negligência ou abandono), podendo ser pessoal, (autoinfligida, contra si próprio) ou coletiva (contra um grupo ou comunidade) como também se pode circunscrever às relações interpessoais, onde se destacam o contexto intrafamiliar e comunitário (Minayo, 2005),

Manifesta-se no uso intencional da força (física, psicológica, económica, política), ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação” (Krug et al., 2002, p. 5 cit. por Redondo, Pimentel, Correia, 2012). Engloba todos os atos de violência, quer sejam privados ou públicos, reativos (em resposta a acontecimentos prévios, como a provocação) ou pró-ativos (instrumentais, com vista a um determinado fim; ou antecipando ganhos pessoais), criminalizados ou não (Redondo, Pimentel, Correia, 2012).

Nela estão necessariamente presentes dois papéis complementares: o de vitimador (que força a vítima a fazer o que pretende, que concorde com ele ou, pura e simplesmente, que se anule e lhe reforce a sua posição/identidade) e o de vítima (submetida) (Ibidem).

No entanto, e contrariamente ao comportamento agressivo, o comportamento violento não tem a intenção de fazer mal à outra pessoa, ainda que habitualmente isso aconteça. O objetivo final do comportamento violento é submeter o outro mediante o uso da força (Ibidem).

No entender de Lourenço e Carvalho (2001, p. 4) a violência constitui-se como “uma transgressão aos sistemas de normas e de valores que se reportam em cada momento, social e historicamente, à integridade da pessoa”. Para estes dois autores esta definição engloba não só a imagem do agressor como também os efeitos de quem sofre essa violência, logo, a vítima.

Neste sentido, o conceito de violência é dinâmico, remete-nos genericamente para uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A sua qualificação tem sido construída em função das normas que se alteram conforme os contextos e que podem não ser assumidos por todos, assistindo-se a uma variação temporal e espacial do seu significado (Lisboa, Barros e Cerejo, 2009).

A aceitação social de determinados atos como violentos, ou mesmo como crimes, decorre da representação que uma sociedade faz desses atos e da necessidade de, por razões políticas, económicas, sociais e culturais, adotar medidas com o objetivo de os controlar e condicionar, assim como aos agentes que os praticam (Barroso, 2008). No mesmo sentido, Barros e Cerejo afirmam que violência corresponde à representação que os atores sociais, individuais ou coletivos fazem de determinados atos, estejam estes ou não identificados na lei como crimes (Lisboa, Barros e Cerejo, 2009).

Ainda dentro da mesma perspetiva, um ato para ser considerado violento tem de ser sempre representado como uma transgressão. O que varia é a gravidade da transgressão e o nível como esta é representada (Lisboa, Barroso, Patrício e Leandro, 2009).

Assim, violência não é sinónimo de crime, sendo que crime é todo o ato que é considerado como tal pelo sistema jurídico (Barroso, 2008). “Há atos que são crimes e não são percecionados como violentos e há atos que são violentos e que legalmente não são considerados crimes, mesmo que o possam vir a ser mais tarde ou noutros contextos” (Lisboa, Barroso, Patrício, Leandro, 2009, p. 24).

Contudo, o aumento da consciência social da gravidade de determinados atos, e a sua assunção pelo Estado, possibilitam que alguns atos passem a ser objeto de tratamento legal (como é o caso da violência doméstica e de alguns crimes sexuais), ou seja, que sejam identificados como crimes (Ibidem).

As normas e os valores que permitem a classificação de um ato como violento estão menos codificadas e são socialmente menos nítidas que aquelas que permitem a determinação de crime, desempenhando a violência um papel fundamental no condicionamento da conduta dos agentes sociais (Barroso, 2008).

De acordo com Dias e Andrade (1997, p. 84, cit. por Costa, 2009) a definição de crime assenta em duas premissas: por um lado, um crime resulta de “um comportamento humano” e, por outro “a definição desse comportamento por parte de outros homens que o consideram (...) impróprio ou proibido”.

Concretamente no que respeita à violência doméstica, em Portugal, há uma relativa concomitância entre a sua identificação como ato violento e a sua criminalização, sendo certo que, e para certos atores sociais e mesmo para algumas vítimas, ainda não sejam plenamente



representados como tal (Barroso, 2008), o que traduz a maturidade cultural e social atingida entre nós.

## 2- FAMÍLIA E VIOLÊNCIA

### 2.1- Considerando

Quando falamos de violência é frequente pensarmos em ameaças, assaltos, agressões e homicídios perpetrados por estranhos. Foi-nos incutido que «a rua é perigosa» e «em casa estamos seguros». Ensinar-nos a desconfiar de estranhos e a confiar em familiares, mas a verdade é que são estes últimos muitas vezes os autores da violência que faz parte da experiência de muitos lares. Segundo Gelles (1995), as pessoas são mais suscetíveis de serem mortas, agredidas, sexualmente vitimizadas, molestadas, lesadas, esbofeteadas ou espancadas dentro dos seus próprios lares do que em qualquer outro sítio na nossa sociedade.

A família é, tal como refere Sampaio & Gameiro (1985), “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”. Assim, e enquanto sistema, a família deve ser vista como um todo. Contudo, e segundo Alarcão (2002), ela constitui igualmente parte de outros sistemas, designadamente, de contextos mais vastos com os quais co evolui, tais como a comunidade ou a sociedade.

Tratando-se de um grupo institucionalizado que constitui uma importante base da vida social, na medida em que é nela que privilegiadamente se elaboram e aprendem dimensões significativas da interação<sup>1</sup> e se vivenciam relações afetivas profundas<sup>2</sup>, a família é frequentemente idealizada como um espaço de realização afetiva, compreensão recíproca e segurança (Alarcão, 2002). No entanto, quer por motivos intra ou extra familiares, nem todos os sistemas familiares se revelam capazes de cumprir os seus objetivos enquanto família, tendendo a ser conflituosos. Neste sentido, e tal como afirma Pagelow (1984, cit. por Dias 2004, p. 55), “muitas famílias, cuja base de constituição foi o amor romântico, acabam por se envolver em inúmeros conflitos e abusos de poder, tornando-se o lar numa espécie de «arena da violência» ”. Neste âmbito, e de acordo com Dias (2004), a família pode ser, simultânea e paradoxalmente,

---

<sup>1</sup> Designadamente, os contactos corporais, a linguagem, a comunicação e as relações interpessoais.

<sup>2</sup> Designadamente, a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade, entre outros.

um espaço de afetividade, intimidade, autenticidade e solidariedade, bem como um lugar de crueldade, opressão, obrigação e egoísmo, gerando, deste modo, violência entre os seus membros.

Apesar de a família ser representada como um local de estabilidade, afeição, “pólo de uma identidade e de uma revelação de si”, e ainda entendida como «refúgio» contra as pressões sociais aos quais os indivíduos estão sujeitos, existem estudos que apontam a instituição familiar como sendo também uma das mais violentas: afetividade e violência podem coexistir no seio das relações familiares, nomeadamente na relação conjugal (Casimiro, 2002, p. 604). Distante da vigilância do olhar externo, o lar é muitas vezes cenário de violações dos direitos humanos das mulheres e dos restantes membros da família (NEP/CES, s.d.).

Segundo Casimiro (2002, p. 604), e tendo como base um estudo sobre violência contra as mulheres, em Portugal “a casa é, de todos os espaços, aquele onde ocorre mais violência contra as mulheres”. Outros estudos indicam, também, que em Portugal 40% dos homicídios ocorrem no âmbito das relações de parentesco (Pais, 1996, cit. por, Casimiro, 2002). Ao nível europeu, Giddens (1989, cit. por Casimiro, 2002) refere que a casa é um dos lugares mais perigosos das sociedades modernas correndo uma pessoa de qualquer idade e sexo, mais perigo de ser atacado na sua própria casa do que noutra local qualquer.

A violência constitui sempre uma forma de exercício de poder que, mediante o uso da força (física, psicológica, económica e/ou política), traduz o resultado da existência de uma «ordem hierárquica», definindo inevitavelmente papéis complementares (vítima e vitimador) (Alarcão, 2002). No contexto familiar, o fenómeno de violência assume-se como qualquer ato, conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que sirva para infligir sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo direto ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não residindo no mesmo espaço doméstico, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a marital, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga, ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade (Machado e

Gonçalves, 2003; APAV, 2008)<sup>3</sup>. A violência exercida entre pessoas do mesmo sexo no seu relacionamento também se encontra englobada neste conceito.

A violência familiar sempre existiu, contudo ela hoje é mais debatida e denunciada, contribuindo desta forma para o aumento da sua visibilidade e maior sensibilidade para o problema. Hoje há uma maior consciencialização e respeito face aos direitos humanos, hoje reivindica-se e exige-se a mesma igualdade e liberdade entre mulheres e homens. Talvez esta consciencialização tenha contribuído para uma maior visibilidade da violência (Casimiro, 2002).

É precisamente no seio familiar que a violência se revela com maior intensidade do que em qualquer outro espaço, agravada pelo facto de, pela sua natureza algo disseminada e pelo secretismo que a envolve, escapar ao conhecimento público (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 97).

A violência ao desenrolar-se de forma particular, no local considerado de maior confiança e segurança, por iniciativa daqueles que mais se priva, provocará nas vítimas uma situação que poderá ser considerada de dupla vitimação: não é apenas a violência do ato em si que foi exercido mas também, o aumento dessa mesma carga de violência pelo significado que se revela ao tê-la sofrido num espaço onde, à partida, se esperaria estar em maior proteção e segurança (Ibidem, p. 104).

A violência perpetrada no interior dos lares, quando não assume dimensões dramáticas, ainda é tida como uma questão do foro privado, apenas da responsabilidade dos envolvidos. Delimita-se dessa forma a atuação da justiça, colocando de lado os imperativos éticos e políticos da integridade física e psíquica das vítimas, deixando-as desamparadas e sem proteção (NEP/CES, s.d.).

No seio da família coexiste a dimensão afetiva (a imagem romântica da família como proteção) e a dimensão conflitual, muitas vezes expressa em violência, sobretudo sobre as crianças, as mulheres, os idosos, e também os homens. A detenção de poder e a divisão de tarefas são dois domínios de frequente tensão na família moderna, uma vez que se continua a considerar a mulher como principal responsável pela produção do trabalho doméstico (Alvim, s.d.).

---

<sup>3</sup> Esta definição implica a referência a vários crimes: violência doméstica; ameaça; coação; difamação; injúria; subtração de menor; violação de obrigação de alimentos; violação; abuso sexual; homicídio; entre outros.

A família moderna para além de ser considerada um espaço de intimidade, afetividade, autenticidade e solidariedade ela poderá ser também um espaço privilegiado de opressão, obrigação, egoísmo, logo, um espaço de violência. Quer isto dizer que para além da imagem de família como um local de abrigo e proteção, também temos de a encarar como imagem realista da família que mata, de tal forma que para alguns autores “a licença para casar é também, para grande parte da população, uma licença para agredir” (Straus, Gelles, Steinmetz, 1988, p. 48, cit. por Alvim, s.d.).

A passagem da família tradicional para a família moderna ocorreu durante o período industrial, provocando alterações sucessivas dos papéis sexuais quer no âmbito familiar como profissional (Marques, 2009, p. 20).

Na sociedade tradicional o casamento era tido como um negócio que deveria ser rentável para ambas as famílias. Era incumbido ao chefe de família a escolha de um marido ou esposa para os seus descendentes. Para se casar era forçoso deter algum património, pois só assim se garantia o sustento da família logo, era um casamento de conveniência social e familiar (Giddens, 2000, cit. por Marques, 2009, p. 20). Desta forma, os sentimentos para com a pessoa com quem se ia casar não eram tidos como relevantes, uma vez que não se tratava de contribuir para uma relação conjugal que ao nível relacional fosse estável e equilibrada, mas antes de um interesse de sobrevivência familiar (Marques, 2009, p. 20).

O casamento estava diretamente associado à reprodução, primeiro porque permitia a continuação do prolongamento do nome de família e segundo porque um maior número de filhos possibilitava melhores garantias de uma sobrevivência familiar estável (Marques, 2009). O amor era reprimido pela moral da época que surgia principalmente como uma “moral do pecado” (Dias, 2004, p. 43).

Era uma sociedade que não considerava as mulheres, as crianças e os deficientes com direitos. Homem e mulher eram considerados de forma desigual e até às crianças eram negados direitos (Giddens, 2000, cit. por Marques, 2009, p. 21). A mulher era propriedade do progenitor até que este a entregasse ao seu marido e que lhe impunha determinados procedimentos familiares. De acordo com Giddens (2000, cit. por Marques, 2009, p. 21) nas sociedades pré-modernas os filhos constituíam mais uma fonte de rendimento para a família do que um ser humano com direitos.

Na sociedade tradicional a predominância do sistema patriarcal outorgava ao chefe de família o direito e o poder absoluto sobre as mulheres e os filhos garantindo-se, desta forma, a estabilidade doméstica (Dias, 2000).

No final do séc. XVIII ocorre a transformação deste modo de estar civilizacional que vem ocorrendo lentamente desde o final do séc. XVI. A realização familiar passou a dar lugar à realização pessoal. A valorização dos sentimentos alterou progressivamente as condutas sociais, convertendo o casamento numa relação conjugal gratificante (Dias, 2002).

O casamento passou a ser visto como um ato que apenas dependia da escolha individual e que dependia de sentimentos comuns entre os elementos que pretendiam formar o casal (Ibidem).

A família moderna é construída sobre as escolhas individuais e sentimentos como o amor e felicidade, representam um espaço de afetividade cuja realização pessoal ocupa um lugar relevante, assim como a educação dos filhos. Desta forma, a família moderna assenta o seu equilíbrio em sentimentos que nutrem entre os elementos da família nuclear, compensando ali as frustrações da vida em sociedade, ou seja, nesta transformação a família passa a ser o centro do indivíduo, das suas realizações e equilíbrio afetivo. Perante esta transformação, a violência doméstica na família moderna é considerada como impossível de coexistir com os sentimentos de afetividade que os indivíduos nutrem uns pelos outros. Considera-se a família um espaço de bem-estar cuja coação física ou psicológica não podem ter lugar, uma vez que o casamento constitui uma opção individual com o companheiro por quem se nutre sentimentos e não uma relação comercial (Marques, 2009, p. 23).

O ser humano é um ser de expectativas, de fé e de crenças. Também na família moderna esta característica tem demonstrado que a centralização do ser humano no núcleo familiar deformou as relações. Por esses motivos, a família pode ser simultaneamente um lugar de afetos e agressividade. Uma vez que os sentimentos não são duradouros, nem eternos, o casamento torna-se mais instável, levando por vezes a sentimentos como a frustração individual no que respeita às expectativas criadas (Ibidem, p. 24).

Não obstante, a grande mudança surgiu aquando a separação da vida pública com a vida privada, quer isto dizer, que aquilo que se passava dentro do espaço doméstico era da responsabilidade e liberdade dos cônjuges (Ibidem, p. 24).

Na família moderna, a relação entre os cônjuges é do domínio privado e por isso não pode haver intromissão pela parte do Estado, neste sentido, “a violência doméstica tornou-se inadequada e impensável no quadro da família moderna, na medida em que esta passou a ser considerada como um espaço privado” (Dias, 2004, p. 54).

De acordo com Machado e Matos (1999) o modelo patriarcal de sociedade e família continua atualmente em vigor, apesar das alterações legislativas que proclamam a igualdade entre os sexos (a substituir em grande parte das sociedades contemporâneas), verificando-se uma elevada tolerância e cumplicidade face ao homem que agride a companheira.

## **2.2- Violência Doméstica – conceito**

A violência doméstica abrange múltiplas formas e pode ocorrer entre qualquer um dos membros da família, designadamente, entre os cônjuges, entre pais e filhos, entre avós e netos, entre irmãos, entre filhos adultos e pais idosos, quando um deles emerge como o elo mais fraco ou vulnerável da cadeia (Antunes, 2002; Dias, 2004). Assim, o conceito de violência doméstica para além de integrar várias modalidades, designadamente a violência física, verbal, psicológica e simbólica, refere-se, factual e representacionalmente, às formas mais comuns de violência cometidas na família, isto é, à violência contra as crianças, as mulheres e os idosos (Pagelow, 1984, cit. por Dias, 2004).

A violência doméstica surge da necessidade de um dos cônjuges, um dos companheiros ou um dos elementos da unidade familiar dispor do poder e do controlo total da relação (Antunes, 2002). Apesar de não ser possível afirmar a existência de um perfil típico para as vítimas e agressores de violência doméstica<sup>4</sup>, pode-se constatar que as vítimas são maioritariamente mulheres ou a parte mais fraca de uma relação, enquanto o agressor é geralmente homem ou a parte mais forte da relação (Ibidem). Aos olhos da sociedade, os agressores aparentam ser responsáveis, dedicados, carinhosos e cidadãos cumpridores. Contudo, é reconhecido no agressor a sua baixa autoestima, a possibilidade de durante o ato de agressão ele estar sobre o efeito de álcool ou drogas, a sua não responsabilização pela sua conduta agressiva e de destruição e a sua desculpabilização pelos atos de agressão (Ibidem).

---

<sup>4</sup> Antunes (2002) para esta formulação toma como referência os registos recolhidos pela APAV dos últimos dez anos.

De acordo com a CIG (2009) a violência doméstica é entendida como um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar, ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar. Este padrão de comportamento violento de forma continuada resulta, a curto ou médio-prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente.

A violência doméstica não é apenas um fenómeno unilateral desencadeado por questões intergeracionais, prende-se, também, com fatores socioculturais associados aos papéis de género e à desigual distribuição de poderes no seio familiar. A violência de género é um padrão específico que se amplia e reatualiza na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado (Carvalho, 2012).

No contexto da violência doméstica é possível observar os vários tipos que a mesma toma, sendo que poderão surgir de forma isolada ou em conjunto, são exemplos: violência física, violência psicológica, isolamento social, perseguição/stalking, violência espiritual/religiosa, violência financeira, violência vicariante, violência sexual, privação de recursos, padrão violento mútuo bullying, situações fronteira, vitimação secundária (RIVS, 2011).

Nas sociedades ocidentais, e num sentido lato, podemos afirmar que a violência doméstica implica a prática de um ou mais crimes no contexto de uma relação de parentesco, adoção, afinidade ou simplesmente intimidade, são exemplos os pais/filhos, avós/netos, etc. A violência doméstica não se cinge apenas a pessoas que vivem ou viveram em situação conjugal, casadas ou não (APAV, 2010, p.11).

No que se refere às causas da violência doméstica, estas são objeto de estudo em particular de três abordagens teóricas. Por um lado, as teorias sociais e culturais que entendem a violência doméstica através dos valores culturais e estruturas sociais que legitimam o controlo e a dominação masculina sobre as companheiras. Por outro lado, as teorias baseadas na família que imputam os comportamentos violentos à estrutura da família e às suas interações mais do que ao indivíduo. Por último, as teorias centradas no indivíduo que associam a violência doméstica a problemas psicológicos, entendidos como desordens da personalidade, quer numa predisposição biológica do indivíduo (Cortez, 2009).



Quando falamos de violência doméstica é a dignidade do ser humano que é colocada em causa de forma intensa e, frequentemente, de um modo dramático, por isso cabe ao Estado, em articulação com as diversas respostas, válidas mas insuficientes, que têm sido levadas a cabo pela sociedade civil, um papel fundamental na sua identificação, prevenção e combate (Lourenço e Carvalho, 2001, p.101).

A violência doméstica atenta contra os mais básicos direitos individuais tanto ao nível nacional como internacional, violando de forma clara o direito do exercício de uma cidadania plena. Os efeitos da violência doméstica repercutem-se na qualidade de vida de uma sociedade (Ibidem, p. 104).

Inicialmente o problema da violência doméstica era entendido como um problema familiar, logo do foro particular, por isso a polícia, os serviços de saúde, as instâncias formais de controlo e os serviços sociais manifestavam relutância em intervir ou mesmo na forma como o faziam. Nos anos 70 do século XX, o reconhecimento coletivo do problema da violência doméstica, o envolvimento de defensores das mulheres na abertura de abrigos para mulheres maltratadas, a formação de equipas de apoio às mulheres nos abrigos e na comunidade, foi dando visibilidade pública ao problema definindo-o como problema social de grande dimensão, implicando a ação através de um leque de serviços sociais (Costa, 2009). Nos dias de hoje a violência doméstica é um problema que integra um conjunto de preocupações sociais e políticas relativamente aos direitos das mulheres, das crianças, dos idosos e dos dependentes (Antunes, 2002). Nas últimas duas décadas a definição e as teorias explicativas da violência doméstica, as políticas as estratégias de intervenção adotadas, entre outros aspetos que a envolvem, sofreram progressivas evoluções (CIG, 2009). Os avanços conseguidos não são, contudo, suficientes para erradicar o problema da violência no seio da família, pelo que o fenómeno da violência doméstica perdura, envolvendo um conjunto de crimes cujas vítimas sofrem, não apenas, efeitos físicos e psicológicos diretamente associados à experiência de vitimação, como também, consequências sociais resultantes da desorganização total ou parcial dos seus projetos de vida (Cortez, 2009).

Não podendo ser encarado como uma questão do foro particular, e dessa forma privada, o fenómeno da violência doméstica tem assumido tanto nacional como internacionalmente, uma importância pública, ao atentar contra os direitos e a qualidade de vida em geral de muitas

pessoas e comunidades. Neste fenómeno enquadram-se um conjunto de crimes de que resultam vítimas, maioritariamente mulheres, crianças, idosos e/ou pessoas dependentes, que não só sofrem diretamente os efeitos físicos e psicológicos da vitimação como, também as suas consequências sociais, materializados na desorganização total ou parcial dos seus projetos de vida (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 100).

A violência doméstica é uma violência ocultada devido à dificuldade de denúncia que lhe é intrínseca, por ocorrer maioritariamente na esfera privada da família, por ser perpetrada por aqueles com quem mais se priva e por ocorrer num espaço que, supostamente, se espera estar em maior segurança. Esta ocultação não permite conhecer na sua plenitude a verdadeira dimensão e natureza deste flagelo social (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 106).

O fenómeno da violência doméstica não deve ser entendido como um assunto privado, do foro familiar, por isso passa a colocar-se em causa a responsabilidade que o Estado, enquanto promotor e defensor dos Direitos Humanos, deve assumir junto dos cidadãos (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 105). Cabe ao Estado a responsabilidade de acabar com a violência e a salvaguarda da proteção das mulheres (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Em Portugal o crime de violência doméstica é um crime público, quer isto dizer que qualquer pessoa o pode denunciar. As autoridades que tenham conhecimento (próprio ou através de denúncia) da ocorrência devem tomar conta da mesma e comunica-la ao Ministério Público, para ser instaurado um inquérito. O facto de se ter constituído o crime de violência doméstica como um crime público permite haver um maior reconhecimento da crescente importância deste problema social. Com esta alargada capacidade de intervenção do Estado na esfera privada da família, espera-se que a violência doméstica adquira uma outra visibilidade (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 118).

### 3. GÉNERO e PODER – DESIGUALDADE e violência

Do ponto de vista sociológico, a violência exercida contra as mulheres tem recortes de desigualdade social, política, económica e cultural e obriga-nos a abordá-la, também, como um fenómeno de desigualdade de género, historicamente construída e culturalmente enraizada nos diferentes segmentos da sociedade portuguesa (Lisboa, Barros e Cerejo, 2009).

O sexo define a identidade biológica das pessoas, representa “as diferenças determinadas biologicamente entre homens e mulheres e que são universais”. Já o género remete-nos para as diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres. O género é uma questão social em permanente mutação e com grande variação entre e intra culturas; onde interagem todos os agentes de socialização (Comunidades Europeias, 1999).

O conceito de género surge no discurso das ciências sociais na década de sessenta e alude fundamentalmente aos papéis sociais, valores normas e modelos produzidos e reproduzidos socialmente ao longo do tempo, em cada contexto espacial e que delimitam a ação dos homens e das mulheres em sociedade. Correspondem a dimensões socioculturais que se constroem em cima das distinções biológicas de sexo – homem e mulher (Lisboa, Barroso, Patrício, Leandro, 2009). Segundo Amâncio (2003), “o conceito de género permite retirar a questão das diferenças entre sexos do domínio da biologia e orientar a análise das mesmas para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo”.

Grossi (1996) afirma que o fenómeno da violência contra a mulher não deve ser analisado considerando apenas os atos individuais isolados. Este tipo de violência é, acima de tudo, reflexo da desigualdade social, económica e política que as instituições sociais perpetuam, recebendo o reforço das ideologias sexistas, classistas e racistas. A dimensão da violência contra a mulher está relacionada com o *status* social e grupo étnico-racial a que ela pertence, assim como à sua condição física.

Segundo Carrillo (1997) os estudos sobre a violência doméstica sugerem que existem quatro fatores que determinam fortemente a predominância da violência contra a mulher na sociedade, são eles: a desigualdade económica entre homens e mulheres; um padrão de sociabilidade que envolve o uso da violência física para resolver conflitos; a autoridade masculina

e por último o controle da tomada de decisões e restrições quanto à capacidade das mulheres assumirem o controlo da sua vida e se desvincularem da família. Para este autor estes fatores são frequentemente dissimulados pelo predomínio de mitos sobre a violência contra as mulheres, tais como: o poder do homem sobre a mulher é parte intrínseca do sexo masculino e um exercício aceitável das prerrogativas masculinas; a violência contra as mulheres tem o efeito de atenuar a tensão masculina, durante períodos de pressão; reflete uma propensão natural masculina para a agressão sexual, que retrata a inferioridade das mulheres e o desejo de que os homens as dominem: e por último é uma característica inevitável e permanente das relações masculino-femininas (Cunha, 2009).

Foram essencialmente os movimentos feministas, que se centraram nas diferenças de género no contexto familiar, primeiro insistiram nas desigualdades de género como origem da violência doméstica. Segundo as perspetivas feministas as sociedades estão estruturadas com base no género e por essa razão, o homem exerce poder sobre a mulher. Enquanto a mulher possui um estatuto secundário e desvalorizado, o homem tem acesso diferencial a recursos materiais e simbólicos relevantes. De acordo com as perspetivas feministas os homens usam potencialmente a violência como meio de subordinação e controlo social da mulher. Desta forma, a violência infligida sobre as mulheres não só afeta as suas vidas como reforça a sua passividade e dependência em relação ao homem (Dias, 2000).

Também, vários estudos interculturais e antropológicos concluem que a violência conjugal é indissociável da questão do género (Machado e Dias, 2008).

Contudo, a ligação entre o género e a violência conjugal tem originado numerosas discussões e controvérsias, havendo autores que defendem a neutralidade/simetria de género enquanto outros asseguram que o género e o poder constituem o processo chave da violência conjugal (Dias e Machado, 2008). Na realidade, apesar da discussão acerca da simetria do género, várias abordagens teóricas e a maioria dos estudos empíricos, principalmente se considerarmos os orientados em contextos não ocidentais, remetem para a relevância de considerar o género no entendimento do fenómeno da violência doméstica (Ibidem). Machado e Dias (2008) também concluem que a violência conjugal é indissociável das questões de género e das relações de género.

Straus (1999) afirma que a maior parte do comportamento humano, no qual se insere a violência, é influenciado por normas culturais, em que as pessoas seguem preceitos culturais de atuação sem terem consciência disso. No que se refere à violência, as pessoas tendem a seguir normas e guiões culturais implícitos que são distintos para os homens e para as mulheres. Miller e White (2003) referem que é no modo pelo qual o género estrutura as relações – colocando maioritariamente a mulher numa situação de desigualdade face ao homem – que encontramos a natureza genderizada da violência conjugal. De facto, vários trabalhos que fornecem uma revisão dos estudos antropológicos e interculturais sobre a violência contra a mulher concluem que este é um fenómeno generalizado e que na maioria dos contextos culturais, mesmo nos mais favorecidos, existem desigualdades sociais na distribuição do poder e dos recursos, assim como uma conceção hierárquica da família (Machado e Dias, 2008).

A leitura dos estudos interculturais conclui que a violência contra a mulher é maior onde existe maior desigualdade económica e maior autoridade masculina e menor poder da mulher, o que vem corroborar a perspetiva feminista da violência conjugal, centrada nas desigualdades de género e de poder (Ibidem).

Para além disto, a análise intercultural do fenómeno em causa tem realçado também que a maior igualdade de género, quer no contexto conjugal como no contexto social mais alargado, é um dos fatores que aparece associado ao decréscimo das taxas de violência contra a mulher, a par com a maior autonomia financeira, a existência de sanções contra violência e de estruturas que permitam a saída da mulher da relação abusiva (Ibidem).

Se é certo que, quer no plano legislativo quer no das condutas coletivas as mudanças têm sido consideráveis, muitos dos recortes das desigualdades aliadas aos papéis de género, assim como do modelo patriarcal que ainda domina em diversas sociedades, ainda prevalecem (Lisboa, Barros e Cerejo, 2009).

Em Portugal, o debate público sobre a violência doméstica apenas emergiu no final dos anos oitenta e início dos anos noventa influenciado pelo já existente empenho político da União Europeia na área, mas também pelas novas condições sociais e políticas internas que permitiram que tais temas fossem trazidos para a esfera do debate público (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 12).

“Historicamente, a questão da igualdade entre os géneros só emergiu publicamente após o 25 de Abril de 1974, pelas vozes de alguns grupos de mulheres – o dito movimento feminista português – que, não obstante, nunca alcançou a mesma expressão que outros movimentos feministas internacionais, nomeadamente da Europa e dos Estados Unidos da América. Por conseguinte, contrariamente ao sucedido noutros países, esta expressão mais fraca do movimento feminista não teve o mesmo impacto no impulsionamento de propostas de mudanças na sociedade e, nomeadamente, mudanças nas condições de vida das mulheres portuguesas” (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 3).

Em Portugal no ano de 1970 surge um Grupo de trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social e no ano de 1973 seguiu-se a criação da Comissão para a Política Social relativa à Mulher. Esta Comissão tinha um carácter consultivo e o seu principal trabalho consistiu no levantamento das discriminações legais contra as mulheres e, ainda, elaboração das primeiras propostas de alteração ao direito da família e à legislação de trabalho (Pinto, 2009).

Após a Revolução de 1974 esta Comissão manteve-se, até que, em Janeiro de 1975 foi substituída pela Comissão da Condição Feminina. O ano de 1975 foi, ao nível internacional, marcante para a evolução das questões relativas à condição feminina e à igualdade. Foi o Ano Internacional da Mulher das Nações Unidas, realizou-se a I Conferência Mundial sobre as Mulheres na cidade do México, onde se instituiu a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985) e se subscreveu o respetivo Plano de Ação Mundial (Ibidem).

Portugal, após Abril de 1974, assistiu a uma redução das desigualdades de género, particularmente pela ação dos movimentos sociais de mulheres e determinadas forças políticas (Silva, Jorge, Queiroz, 2009). Apesar dos relativos avanços, em termos legais e políticos, na defesa dos princípios de tratamento igualitário nas relações entre homens e mulheres, diversos estudos nacionais demonstram a permanência de relevantes assimetrias em distintas dimensões da vida social nomeadamente, na divisão sexual do trabalho, no controlo do espaço doméstico e nos códigos de honra-vergonha, na segmentação sexual dos mercados de trabalho, nas principais oportunidades e nas remunerações, nos percursos profissionais e na participação/liderança em atividades políticas, nos sistemas de herança e casamentos, nos

contextos/interações quotidianas, nas mundividências simbólicas e nos contextos institucionais, inclusive ao nível do poder judicial (Silva, Jorge, Queiroz, 2009).

A 25 de Junho de 1990 surge a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no seguimento das progressivas solicitações de mulheres alvo de violência por parte dos seus maridos. Já a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), atualmente Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) surgiu no início dos anos noventa após um longo período de negociações é aprovado o novo diploma orgânico da Comissão, o Decreto-lei 161/91 de 9 de Maio, que cria a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (Ibidem).

No ano de 2000 o Ministério da Administração Interna publicou um manual com o intuito de ser utilizado pelas esquadras da PSP e GNR no aconselhamento às mulheres sobre as medidas de segurança pessoa (Ibidem).

Na maioria dos países europeus, o debate sobre a violência doméstica tem surgido intimamente ligado ao debate sobre a igualdade de género, e tem sido muito influenciado pelos movimentos feministas. Estes movimentos, na generalidade dos países da União Europeia, contribuíram, num primeiro momento, para a promoção do debate público e para a sensibilização política e social para o problema da violência doméstica (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 11).

Desde que o movimento feminista e as agências internacionais, como o Conselho da Europa e as Nações Unidas, colocaram a violência contra as mulheres e de género na agenda política pública, que alguns países, incluindo Portugal têm elaborado legislação e políticas sociais para o seu combate, promovendo um aumento de queixas e de procura de ajuda por parte das vítimas (Magalhães, Morais e Castro, 2011).

Sem políticas de apoio às mulheres muito dificilmente estas teriam condições para denunciar e seria, decerto, mais árduo fazer face aos preconceitos e construções culturais que tendem a inferiorizar a mulher e a legitimar a violência. A denúncia protege a vítima não apenas do sofrimento, mas também da vergonha. A criminalização da violência simboliza a rutura necessária em relação às interpretações e justificações culturais que de alguma forma a pretendem legitimar (Stecanela e Ferreira, 2009).

Não obstante à mudança do quadro social e legal, a violência de gênero continua a atormentar o cotidiano de muitas mulheres, articulando outras vulnerabilidades sociais e económicas e consolidando-se nas desigualdades das relações de gênero. São estas relações que em definitivo enclausuram a mulher numa malha de dependências que marca o seu processo de vítima e que condicionam bastante a sua forma de olhar a violência (Ibidem).

A mulher não só quer proteção como também clama pela intervenção. A mulher não pretende ser mais vítima e por isso quer a sua vida de novo de volta. A mulher também roga por justiça e pela reparação de um dano (Ibidem).

É importante reconhecer que a violência de gênero é incompatível com o valor da pessoa humana. Os direitos humanos das mulheres têm de ser reconhecidos e respeitados (Ibidem).



#### **4. VIOLÊNCIA CONJUGAL [contra a mulher]**

##### **4.1- Definição e tipos de violência conjugal contra a mulher**

“A violência contra as mulheres é uma manifestação da desigualdade, histórica, de poder nas relações entre homens e mulheres, que levaram à dominação e discriminação das mulheres pelos homens e à prevenção da emancipação das mulheres” (Plataforma de Ação, Conferência Mundial sobre as Mulheres, Nações Unidas 1996, p. 75 cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004). Também a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (adotada em Dezembro de 1993 pela Assembleia-geral das Nações Unidas) identifica a violência contra as mulheres enquanto manifestação da desigualdade histórica das relações de poder entre sexos, que conduziram à denominação sobre as mulheres e à descriminação contra as mulheres por parte dos homens, criando obstáculos ao seu pleno progresso (Costa, 2009).

A violência conjugal é, no contexto da violência doméstica, entendida como aquela que ocorre entre os cônjuges ou pessoas envolvidas em relações similares de intimidade amorosa (são exemplo as uniões de facto implicando ou não a coabitação). Este tipo de violência assume a forma de um comportamento intencional, cujo agressor tem como objetivo controlar e exercer poder e autoridade sobre a vítima (CIG, 2009).

De acordo com a OMS (2002, p. 87) a violência doméstica “ocorre em todas as regiões do mundo, e as mulheres arcam com a maior parte da sua carga (...) a prevalência de violência doméstica durante a vida de uma mulher situa-se entre 16% e 50% (...) uma em cada cinco mulheres sofre violação ou tentativa de violação durante a sua vida. Apesar da escassez de dados, através das provas documentais é possível afirmar que este é um problema social à escala mundial, sendo as mulheres, eventualmente, o grupo mais representativo das situações de violência doméstica conhecida em todo o mundo (Unicef, 2000, cit. por Lourenço e Carvalho, 2001, p. 107). De acordo com a ONU a violência contra a mulher é mencionada como uma violação dos Direitos Humanos e como um problema de saúde pública, desencadeando nas mulheres graves problemas de saúde. Do mesmo modo, a violência exercida sobre a mulher é considerada como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma sociedade (Lisboa e Pinheiro, 2005). Segundo Casimiro (2008, p. 586) “de acordo com inúmeras publicações, não só as mulheres são as principais vítimas da violência conjugal, como são também as que mais

sofrem.” Destarte o presente trabalho irá apenas centrar-se na abordagem à mulher vítima de violência conjugal.

Uma das formas de violência mais comuns é a que ocorre no contexto de intimidade, exercida pelo marido ou pelo companheiro do sexo masculino. Constitui uma violação dos direitos humanos e um problema social e de saúde pública, que afeta as mulheres de todas as idades e de todos os estratos socioeconómicos e culturais (Redondo, Pimentel, Correia, 2012). “A violência doméstica contra as mulheres é um problema social de dimensão universal, que ultrapassa as fronteiras culturais, geográficas, raciais étnicas de classe ou religiosas” (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 8).

De acordo com Gelles (1997), cit. por Gonçalves & Machado (2002, p. 85), “a violência sobre a parceira pode envolver o uso intencional da força ou intimidação, coagindo-a na sua ação ou causando-lhe dano físico e, por outro lado, um leque de agressões não físicas, mas igualmente violentas, designadamente a violência emocional ou psicológica, que pode assumir consequências mais profundas do que a vitimação física por si só”. Matos (2002), cit. por Gonçalves & Machado (2002), considera que o comportamento violento na conjugalidade manifesta-se, frequentemente, de uma forma contínua e arbitrária, podendo qualquer facto conduzir ao episódio de maus tratos. De acordo com a CIG (2009) a violência sobre as mulheres é entendida como qualquer ato de violência que tenha ou possa ter como resultado o dano ou sofrimento (físico, psicológico ou sexual) da mulher, ou a sua morte, abrangendo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação de liberdade, tanto pode ocorrer na esfera pública como na esfera privada, violência exercida sobre a vítima pelo facto de esta ser mulher. Este tipo de violência pode assumir distintas formas como a violência sexual, física, emocional e psicológica, social e económica, intra e extrafamiliar; tráfico de mulheres e raparigas; prostituição forçada; violência em situação de conflito armado; homicídios por motivos de honra; o infanticídio feminino; a mutilação genital feminina e outras práticas e tradições consideradas prejudiciais para as mulheres, que configuram situações de abuso ou maus-tratos.

Consumados isoladamente ou em associação, os maus tratos à mulher ocorrem, habitualmente, no contexto da vitimação múltipla e podem incluir: maus tratos físicos (e.g., pontapear, esbofetear, atirar coisas); isolamento social (e.g., restrição do contato com a família e amigos, proibição do acesso ao telefone, negação do acesso a cuidados de saúde); intimidação

(e.g., por ações, palavras, olhares); maus tratos emocionais, verbais e psicológicos (e.g., ações e afirmações que afetam a autoestima da mulher e o seu sentido de autovalorização); recurso ao privilégio masculino (e.g., recusa do maltratante em reconhecer a sua companheira como igual); ameaças (e.g., à integridade física, de prejuízos financeiros); violência sexual (e.g., submissão da mulher a práticas sexuais contra a sua vontade); controlo económico (e.g., negação do acesso a dinheiro ou a outros recursos básicos, impedimento da sua participação no emprego e educação) (Walker, 1994, cit. por Gonçalves & Machado, 2002).

A violência conjugal consiste, geralmente, num conjunto de crimes. Para dominar a sua vítima o agressor recorre a atos de natureza criminosos dos quais poderá ser responsabilizado perante a Lei. Alguns dos crimes mais frequentes são, os maus tratos (físicos ou psicológicos) do cônjuge ou de pessoa em condições análogas; a ameaça, através da intimidação dirigida à pessoa (provocando-lhe medo, inquietação ou prejuízo na liberdade de determinação); a coação (o agressor coage, através da violência ou de ameaça, a vítima a praticar determinado ato ou a suportar determinada atividade); o sequestro (ato de privar outrem da sua liberdade); a coação sexual (consiste em forçar outra pessoa a sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, ato sexual de relevo); violação (forçar alguém a manter relações sexuais); o abuso sexual a pessoa incapaz de resistência; a tentativa de homicídio; as ofensas à integridade física e por fim o dano (destruir, danificar ou desfigurar ou tornar não utilizável coisa alheia) (APAV, 1999, p. 35). Em Portugal, assim como na maioria dos países, a violência contra a mulher ocorre de forma privada, dentro do espaço doméstico, sendo mais frequente a violência psicológica e física e tendo como agressor o seu parceiro conjugal (Lourenço e Carvalho, 2001, p. 103).

As mulheres vítimas de violência por parte dos seus companheiros são, muitas vezes, prisioneiras nas suas próprias habitações. Os agressores controlam os seus movimentos, impedindo a vítima de ter uma vida independente. Herman (1992, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004, p. 9) explica que “embora o cativeiro político seja globalmente reconhecido, o cativeiro doméstico de mulheres e crianças raramente é visto. A casa de um homem é o seu castelo; raramente se pensa que essa mesma casa pode ser uma prisão para mulheres e crianças. No cativeiro doméstico, as barreiras físicas para fugir são raras. Na maioria das casas, mesmo nas mais opressivas, não há grades nas janelas, nem cercas com arame farpado. Normalmente as mulheres e as crianças não estão acorrentadas, embora isto ocorra com mais

frequência do que se possa imaginar. As barreiras para fugir são, geralmente, invisíveis. Contudo, não deixam de ser extremamente poderosas. As crianças são postas em cativeiro pela sua condição de dependência. As mulheres são postas em cativeiro por subordinações de ordem económica, social, psicológica e legal, bem como pela força física”.

Segundo Alarcão (2002, cit. por Marques, 2009, p. 42) a violência praticada na conjugalidade é entendida como um sistema circular que vai aumentando na agressividade. Este sistema circular começa, processa-se e termina, iniciando-se novamente na fase em que primeiro começou (Marques, 2009, p. 42).

O ciclo da violência conjugal, no qual as dinâmicas do casal se manifestam sistematicamente, passa forçosamente por três fases: a fase de aumento da tensão, a fase do ataque violento e a fase do apaziguamento ou fase da lua-de-mel (APAV, 2010, p. 26). A primeira é a fase das tensões quotidianas acumuladas pelo agressor que não sabe resolver essas mesmas tensões sem o recurso à violência. Esta é uma fase de eminente perigo para a mulher que é culpabilizada por tais tensões. Para o agressor qualquer pretexto pode servir para descarregar a sua tensão sobre a mulher vítima. É, também, frequente o agressor encontrar-se sob o efeito de álcool ou/e drogas que despoleta o aumento das tensões (Marques, 2009, p. 43).

Na segunda fase o agressor maltrata física e psicologicamente a mulher vítima, podendo chegar a tornar-se um homicida devido à violência atingida. A mulher vítima adota, parte das vezes, nesta fase, uma postura passiva, esperando que o agressor termine com a violência (APAV, 1999). Este ataque pode ser de grande violência, necessitando, por vezes, a mulher vítima de tratamento médico. Contudo, o agressor nem sempre lhe dá acesso imediato, por um lado para ocultar a sua agressão e por outro para dar continuidade ao domínio sobre a vítima (Marques, 2009, p. 43).

Na última fase do ciclo da violência conjugal o agressor mostra-se arrependido, justificando a sua atitude com razões externas a si e prometendo não mais ser violento. “Esta atitude de arrependimento pode levar a um período de “lua-de-mel” durante o qual o agressor trata a vítima com todas as atenções, fazendo-a acreditar que tudo não passou de um momento de descontrolo e que não se repetirá” (Marques, 2009, p. 43).

No tocante ao aumento da intensidade da violência conjugal, esta inicia-se de forma reiterada por uma agressão psicológica cujo agressor ridiculariza, ignora, ri-se, corrige publicamente a sua vítima que começa a sentir medo de falar ou de tomar qualquer iniciativa e começa a sentir-se deprimida. O segundo momento é marcado pela violência verbal (gritos, insultos, culpabilizações, ameaças de agressão física, de homicídio ou suicídio) que gera um clima de medo constante. No último momento surge a violência física, que pode conduzir a exigências de carácter sexual e a violação (Alarcão, 2002).

O comportamento violento na conjugalidade ocorre de forma contínua e arbitrária, podendo qualquer facto conduzir a um episódio violento (Matos, 2002).

O ciclo da violência conjugal dificulta as tomadas de decisão da mulher vítima, pois esta vive nele fases muito dramáticas (a tensão e o ataque violento), mas que terminam numa fase considerada gratificante (o apaziguamento), na qual a esperança de ter uma conjugalidade sem violência fá-la acreditar e tentar novamente viver o seu matrimónio (APAV, 1999, p. 25). Segundo Conceição Lavadinho, Coordenadora do II Plano Contra a Violência Doméstica, só quando as vítimas deixam de acreditar na mudança, então decidem apresentar queixa contra os seus agressores e cortar o ciclo (Marques, 2009, p. 43).

Este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, ou seja, pela sua repetição sucessiva, podendo as fases da tensão e do apaziguamento serem cada vez menores e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento, que poderá culminar um homicídio conjugal (APAV, 1999, p. 25).

A violência contra as mulheres afeta um grande número de indivíduos/vítimas, que pagam um elevado preço pessoal, físico, psicológicos, mental, familiar, social e financeiro para sobreviver à violência (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Apesar do problema da violência conjugal ser idêntico a muitas mulheres e poder ser identificado como um problema cíclico, as reações das mesmas não são iguais “cada pessoa reage considerando fatores individuais da sua personalidade, história de vida, contexto social e familiar” (Marques, 2009, p. 44). Apesar da reação de cada mulher vítima ser única, é possível identificar características comuns a todas elas. De acordo com Matos (2000), cit. por Gonçalves & Machado (2002), é ainda possível identificar um conjunto de caraterísticas comuns a todas as mulheres vítimas de violência conjugal, nomeadamente: distúrbios cognitivos e de memória (e.g.,

confusão mental, imagens intrusivas, memórias recorrentes do trauma, dificuldades de concentração, crenças incapacitantes sobre si e sobre os outros. Este grupo de sintomas compromete, sobretudo, as competências de tomada de decisão); comportamentos depressivos ou de grande evitamento (e.g., vergonha, isolamento, culpabilização, desânimo aprendido, baixa autoestima); distúrbios de ansiedade (e.g., hipervigilância, medo, percepção de ausência de controlo, fobias, ataques de pânico, taquicardia, ativação fisiológica) e outros: alterações na sexualidade, sobretudo quando está presente a violação marital (e.g., disfunções sexuais), alterações na imagem corporal, dependência de substâncias (e.g., automedicação, álcool), desordens de sono e de apetite.

De uma forma geral, a gravidade destas consequências depende do tipo e duração da vitimação, do grau de relacionamento com o agressor, da idade da vítima, do seu nível de desenvolvimento e da sua personalidade, bem como o nível de violência e ameaças sofridas (APAV, 2010, p. 30).

A violência é uma experiência traumática cujas feridas de algum modo se confinam aos danos físicos. O objetivo do comportamento violento é devastar a autoestima da vítima e reduzir a sua resistência. Uma das consequências do comportamento violento é a vítima viver num medo constante de sofrer de mais violência. Nalguns casos o agressor já não necessita de cometer atos violentos uma vez que, as ameaças e a memória da violência anterior são suficientes para assegurar que a mulher obedece às suas ordens. Herman (1992, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004, p. 8) explica que “embora a violência seja um método universal de terror, o perpetrador pode usar a violência com pouca frequência, como último recurso. Não é necessário usar a violência frequentemente para manter a vítima num estado de medo constante. A ameaça de morte ou danos graves é muito mais frequente que o recurso à violência. Ameaças contra outros são, frequentemente, tão eficazes como as ameaças diretas contra a vítima. As mulheres vítimas de violência, por exemplo, relatam frequentemente que o seu agressor as ameaçara de matar os seus filhos, os seus pais ou quaisquer amigos que se aproximassem delas, caso elas tentassem fugir”.

Muitas mulheres não têm forma de se protegerem da violência, violência essa que pode ser perpetrada sobre elas durante longos anos, mesmo depois de ter havido a separação do agressor (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Quando abordamos o tema da violência sobre as mulheres, para além de nos centrarmos nas consequências dessa violência, também devemos centrar-nos nos custos sociais, psicológicos, económicos e culturais deste fenómeno bem como nas implicações sociais e individuais daí resultantes. Devemos consciencializar-nos para os custos que afetam a vítima individualmente; os custos em relação aos familiares que estão mais próximos das vítimas; os custos que recaem sobre as pessoas envolvidas; os custos que são suportados pela própria sociedade através dos impostos, nomeadamente as Casas Abrigo, polícias, tribunais, equipas interdisciplinares de intervenção junto das vítimas e agressores de violência doméstica, etc.; custos que têm uma expressão económica mas, também, custos difíceis de quantificar como os psicológicos sociais e culturais; custos visíveis a curto prazo, habitualmente associados aos atos de violência, mas ainda custos que se prolongam ao longo da vida, como o *stress* pós traumático, ou mesmo os que afetam as gerações futuras através, por exemplo, dos filhos (Barros, Manuel e Cerejo, 2009). Segundo os autores Barros, Manuel e Cerejo (2008) os custos relacionados com a violência sobre a mulher podem ser de ordem qualitativa ou quantitativa. Os primeiros apenas conseguem ser avaliados através de instrumentos qualitativos como por exemplo os aspetos relacionados com as dimensões emocionais e afetivas, cujas consequências têm expressão na ação pessoal quotidiana ou futura. Os segundos, avaliados de forma quantitativa, apenas se centram na dimensão económica e inclusivamente muitos desses custos são objeto de cálculo macroeconómico como é o caso dos que se expressam por faltas ao trabalho, perdas salariais devido à não progressão na carreira e despedimentos, tempo e dinheiro gastos com divórcios, separações conjugais, despesas hospitalares, etc. Barros, Manuel e Cerejo (2008) ainda fazem referência a outros custos, nomeadamente, os relativos aos gastos orçamentais das organizações públicas e privadas e instituições do Estado.

A violência deixa marcas profundas no corpo e na alma, destruindo a autoestima e a independência da vítima. Contudo, note-se que as mulheres expostas à violência não são meramente vítimas passivas das suas experiências, elas desenvolvem uma grande capacidade para lidar com as diferentes situações. As mulheres inventarão uma variedade de estratégias para se defenderem e parar a violência. As mulheres observarão de perto os seus companheiros para perceberem quando um ataque violento parece iminente, fugindo para ficarem seguras; elas tentarão serenar o agressor se este chegar a casa com uma disposição agressiva e tentarão

proteger as suas crianças dele, correndo o risco de serem, elas próprias, agredidas. É importante observar a força e a vontade de sobrevivência destas mulheres (Applet, Kaselitz, Logar, 2004). Nenhuma vítima gosta de ser batida, no entanto, as vítimas de violência doméstica são sobreviventes, o que faz com que muitas das vezes estas aguentem a situação até acreditarem que é seguro ou que estão reunidas as condições para deixarem a relação abusiva (McCue, 2008, cit. por Meireles, 2012).

As mulheres vítimas de violência conjugal podem ter como características determinantes para a permanência no casamento, uma visão tradicionalista sobre o mesmo, podem ter dificuldade em aceitar a ideia de fracasso do seu matrimónio, ter um conceito de amor que as faça suportar a violência ou a eterna esperança que o agressor mude o seu comportamento, ter dificuldades económicas que as impeçam de se autonomizar, podem ter falta de uma rede de apoio familiar e/ou social (dado o isolamento a que a vítima vai sendo sujeita), podem ter medo de represálias, podem não conhecer a existência de uma rede institucional preparada para acolher as vítimas e, mais grave, o desconhecimento dos seus direitos tendo como consequência a mulher não se considerar vítima de crime (APAV, 2010, p. 28).

A mulher vítima poderá permanecer no ciclo da violência conjugal devido, sobretudo, ao domínio que o agressor exerce sobre ela, que utiliza diversas estratégias para ter esse poder sobre ela. Essas estratégias poderão ser utilizadas de forma isolada ou conjuntamente e de um modo subtil ou violento. O agressor poderá utilizar como estratégia o uso da violência física e psicológica sobre a mulher, poderá exercer violência sexual, poderá isolá-la de qualquer relacionamento inclusive poderá proibi-la de trabalhar, poderá intimidar a sua mulher através do medo e por último poderá exercer domínio económico sobre a mulher. Estas estratégias pretendem manter a mulher vítima atemorizada e sob domínio, acompanhando sempre o ciclo da violência, de onde a mulher muito dificilmente se consegue libertar (APAV, 1999, p. 29).

A APAV (2010, p. 28) destaca quatro modelos explicativos da decisão de permanência ou abandono da relação violenta. O primeiro tem a ver com impedimentos psicológicos, a vítima permanece na relação devido a handicaps individuais; o segundo modelo tem a ver com o abandono aprendido, ou seja, a vítima interioriza uma atitude de passividade e culpabiliza-se; o terceiro modelo – teoria da troca- defende que a vítima se encontra num dilema entre permanecer na relação ou o desconhecido, as dificuldades económicas, a falta de apoio pessoal



e comunitário, o medo de uma educação monoparental feminina; o último modelo – teoria do comportamento planeado – explica-nos que a vítima interioriza uma atitude passiva, culpando-se e acomodando-se ao comportamento agressivo do agressor. Para além das razões acima mencionadas, poderá existir outra razão que faça as mulheres permanecerem na relação violenta como a ambivalência. Nestas situações, a imagem do agressor situa-se no conflito entre a repulsa da violência e a afeição que a mulher continua a manter pelo agressor. O mesmo homem que desrespeita, humilha, bate e ameaça na sua companheira é, ao mesmo tempo, o que a protege, sustenta, acarinha, é bom profissional, bom pai e bom amante (Cunha, 2009).

As qualidades do parceiro, ou seja, o seu lado positivo fomentam a esperança, quase sempre presente nas mulheres, e reforçaria o medo da perda. Por um lado as características positivas do companheiro parecem ter como finalidade a justificação das atitudes do parceiro violento, fortalecendo na mulher a esperança da mudança, tanto do seu companheiro como do relacionamento do casal. Por outro lado, este mesmo homem, que possui características positivas e é capaz de comportamentos que socialmente são considerados bons, possui características negativas que dizem respeito a dificuldades emocionais. Algumas mulheres descrevem essas dificuldades justificando esses comportamentos como resultados de traumas, dupla personalidade, alcoolismo, etc. Estas interpretações retiram a culpa do agressor e, ainda, conferem ao seu comportamento um carácter impulsivo, de inconsciência, desresponsabilizando as suas ações (Ibidem).

Tanto as características positivas como as negativas do homem violento parecem proteger as mulheres das dificuldades em romper com a relação violenta, ao mesmo tempo que reafirmam na vítima a capacidade de perdoar, compreender e suportar as contrariedades da relação (Ibidem).

Uma outra razão que parece manter muitas mulheres presas na relação violenta é a vergonha. Muitas mulheres sentem-se envergonhadas por ter que informar sobre algo que elas têm vindo a perpetuar (Ibidem).

A exposição constante à violência pode levar a vítima a identificar-se com o agressor e agir em sua defesa, como estratégia de sobrevivência. Esta submissão da vontade da vítima não é uma decisão voluntária, mas um resultado direto da violência. Não obstante, o agressor pode não exigir apenas a submissão da mulher, mas também que ela o ame. De acordo com Herman

(1992, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004, p. 9) “o objetivo primordial do perpetrador parece ser a servidão da sua vítima e ele alcança-o exercendo o controlo déspota sobre todos os aspetos da vida da vítima. Mas a simples submissão raramente o satisfaz; ele parece ter uma necessidade psicológica de justificar os seus crimes e para isso ele precisa da afirmação da vítima. Assim, ele exige implacavelmente à vítima demonstrações de respeito, gratidão ou até mesmo de amor. O seu objetivo último parece ser a criação de uma vítima predisposta.” A identificação com o agressor como uma resposta à situação de ser enredada numa situação aparentemente sem esperança é referida como “Síndrome de Estocolmo” (Applet, Kaselitz, Logar, 2004). Qualquer pessoa pode ser propensa ao Síndrome de Estocolmo, ou seja, à identificação com o agressor, se estiverem reunidas as seguintes condições: se a vida da pessoa estiver sob ameaça, se a pessoa não puder fugir (ou pensar que não o pode fazer), se a pessoa estiver isolada do mundo exterior e por último, se o agressor for, pelo menos esporadicamente, amigável. Segundo os psicólogos Graham e Rawlings (1998, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004) as condições estão, frequentemente, reunidas em casos de violência doméstica. Nestes casos a vítima terá medo de fazer alguma coisa que provoque ou irrite o agressor, ela vai tentar ganhar a sua simpatia e agir como sua aliada (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Apesar disto, há mulheres que rompem com o ciclo de violência recorrendo a apoio de instituições. Este pedido de ajuda pode acontecer por três motivos, dependendo, obviamente, de cada mulher. Podem pedir ajuda quando os atos de violência ainda não se estabeleceram enquanto realidade continuada (no início da violência); quando já não aguentam mais a situação da violência e deixam de conseguir lidar com a sua intensificação ou quando se estabelece, para elas, uma situação insuportável, que as forcem a pedir ajuda (como, por exemplo, os maus tratos e/ou abuso sexual dos filhos; ser expulsa de casa; ter sido vítima de tentativa de homicídio) (APAV, 1999, p. 28).

O fenómeno da violência contra as mulheres não é novo, apesar de só recentemente, através dos movimentos feministas (anos setenta), ter começado a ganhar visibilidade, a ser denunciada, tendo-se tornado um problema público merecedor de total atenção (APAV, 1999, p. 17). Segundo Portugal (2000) a consciencialização pública para a violência conjugal deve-se à ação dos movimentos feministas e ao papel que as instâncias supranacionais, como a ONU e a UE, têm desempenhado na formulação de políticas públicas de combate ao problema e de

redução de danos. Paulatinamente, e muito através da consciência alargada dos direitos humanos e da igualdade de género, as sociedades democráticas demonstram sinais de intolerância social face à violência sobre as mulheres.

A violência conjugal até ao início do século XX era socialmente aceite, entendida como uma dinâmica familiar aceite e transmitida de geração em geração, por raízes culturais muito assentes no patriarcado (Neves, 2008; Silva, 1995, cit. por Cunha e Pinho, 2011).

A violência contra a mulher é um termo que surge nos anos setenta, através do movimento feminista ao denunciar perante a sociedade que as mulheres eram o principal grupo alvo da violência praticada pelos homens (Lisboa e Pinheiro, 2005).

A violência contra a mulher no âmbito das relações conjugais tanto pode ocorrer nos países desenvolvidos como nos menos desenvolvidos de forma semelhante. Assim como, pode ocorrer tanto nas classes sociais altas como nas classes sociais baixas, a diferença poderá, eventualmente, residir no tipo de violência ou no modo como essa violência é sentida (Silva, s/d).

Quando estudamos a violência conjugal é impreterível analisar o contexto sociocultural da vítima, uma vez que é um fator que permite compreender os mecanismos de produção e reprodução da violência, que assentam, por vezes, em representações sociais bastante acentuadas acerca do papel da mulher e do homem na sociedade. Uma sociedade cujos valores se encontram ancorados numa identidade de submissão do género feminino, que disseminam o casamento para a vida, são impedoras, em determinados contextos sociais, de a mulher vítima de violência conjugal denunciar o seu cônjuge/companheiro, submetendo-se ao sofrimento em silêncio e permanecendo na relação violenta. Por vezes, a própria família da vítima pressiona-a para permanecer nessa relação sendo iniquamente responsabilizada pelos atos de agressão que lhe são infligidos (Barroso, 2008).

A violência conjugal é apenas uma das diversas formas de dominação social masculina. Apesar das mudanças sociais e políticas que ocorrerem nos dois últimos séculos nas sociedades e nas estruturas e relações familiares, as mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência conjugal e de discriminação social (DGAI, 2010).

De acordo com os dados de 1997 da UNICEF<sup>5</sup> existem no mundo menos sessenta milhões de mulheres. Esta diminuição do número de mulheres prendeu-se com, abortos realizados pelo facto de os fetos serem do sexo feminino, com assassinato de bebés ou vítimas de maus-tratos. Para este efeito contribui o facto de a violência contra as mulheres não ser punida em setenta e nove países. Os dados relativos à Europa também não demonstram uma realidade diferente do resto do mundo: do total de casos de agressão, apenas cinco por cento chega sob forma de queixa aos órgãos responsáveis, é estimado que um em cada cinco casos se refira a violências praticadas por parceiros íntimos e ainda, vinte e cinco por cento do total de todos os crimes violentos cometidos e registados na União Europeia foram cometidos por homens contra as suas mulheres ou companheiras. Outros dados ainda demonstram que a violência ocorrida em espaços domésticos é a maior causa de morte e invalidez de mulheres, com idades entre os dezasseis e os quarenta e quatro, ultrapassando as mortes por cancro, guerras e acidentes de viação. Relativamente aos dados referentes à violência contra as mulheres a nível mundial, em especial as perpetradas com armas de fogo, é intensificada a ideia de que os agressores são comumente conhecidos, tratando-se, na maioria das vezes, dos seus parceiros íntimos. A complexidade em recolher e cruzar dados relativos ao autor da violência, a sua relação com a vítima, o local de ocorrência do crime e os instrumentos de agressão contribuem para tornar a questão ainda mais brumosa (NEP/CES, s.d.).

Os números relativos à violência conjugal são difíceis de determinar com exatidão uma vez que, se torna difícil fazer referência quer à incidência, quer à prevalência dos maus tratos à mulher. Fatores como o silêncio, a vergonha, a relação de proximidade entre o agressor e a vítima, o sentimento de impotência das vítimas, o desconhecimento dos seus direitos e, por vezes, a própria terminologia ambígua das investigações relativas à prevalência e incidência dificultam o conhecimento real desta problemática (Matos, 2000). A grande maioria das mulheres maltratadas opta por não denunciar a violência a que está sujeita, assumindo uma atitude de submissão e fatalidade, devido ao peso dos valores socioculturais que a impossibilitam de tomar uma atitude de rutura da conjugalidade que provocaria a perda da posição social e que a colocaria em situação de grande vulnerabilidade e fragilidade perante a sociedade (Silva, 1991, cit. por Lourenço e Carvalho, 2001, p. 106).

---

<sup>5</sup> Este estudo toma como referência UNICEF e Innocenti Digest (2000), *Domestic violence against women and girls*, n. 6, Junho de 2000.

#### 4.1.1- Fatores de Risco da Violência Conjugal

Os fatores de risco são caracterizados como os aspetos que aumentam a probabilidade de ocorrência ou manutenção da violência, podendo ser as características individuais da vítima, as características do meio familiar e as características socioculturais. Individualmente nenhum fator de risco garante a ocorrência de uma situação de violência contudo, a conjugação de diversos fatores de risco aumentam a probabilidade de se verificar uma vitimação (Almeida, 2009).

Os fatores considerados de risco para uma situação de violência conjugal podem ser potenciados pela violência na família de origem. É usual os parceiros maltratantes terem vivenciado violência grave na sua infância infligida pelos pais (e.g., maus tratos, disciplina severa) ou então, terem sido vítimas vicariantes (e.g., testemunhar os maus tratos conjugais). O fato de uma pessoa testemunhar essa violência e, concomitantemente, sofrer o impacto indireto da mesma, representará uma maior probabilidade de se tornar um parceiro violento (Fernandes, 2002). A violência contra as crianças também constitui um fator de risco uma vez que, dentro do espaço doméstico, as crianças podem testemunhar o abuso diretamente. A exposição da criança, de forma continuada, à violência entre os pais poderá fazer com que a criança seja pautada por marcas e consequências a curto, médio e longo prazo e ainda, que tome a violência como um comportamento certo, passando também ela a agir de forma violenta para satisfazer as suas necessidades e obter controlo (Rodrigues, s.d.).

A violência conjugal é transversal a todos os estratos socioeconómicos, no entanto alguns estudos consideram-na mais predominante nos níveis educacionais e económicos mais baixos. Apesar disso essa violência não é exclusiva de tais estratos, embora possa aí ser mais abundante e ter maior visibilidade (Matos, 2002). Além disso, o facto de a mulher possuir um estatuto económico e educacional superior ao do seu companheiro, poderá constituir-se um fator de risco (Ibidem). Nestes contextos o homem poderá recorrer ao uso da força física para ressarcir a sua incapacidade de ser o principal sustento da família, ou então poderá optar por o fazer porque se sente ameaçado nas suas convicções e regras. Quando o marido possui um estatuto superior, a violência sobre a parceira pode ser interpretada como um mecanismo de manutenção do domínio e controlo sobre a companheira (Fernandes, 2002).

Para além dos fatores de risco acima mencionados é possível, ainda, indicar outros fatores que se constituem como fatores de agravamento do risco como o consumo habitual e excessivo de álcool e o consumo de narcóticos (Matos, 2002).

Outros fatores de risco que poderão potenciar a ocorrência de violência conjugal são determinados défices comportamentais (e.g., dificuldades na assertividade) e a psicopatologia (apesar do seu papel na violência conjugal ser considerado diminuto) (Ibidem).

#### **4.1.2- Modelos Explicativos da Violência Conjugal**

Sendo a violência conjugal uma problemática muito complexa torna-se necessário explorar alguns modelos de compreensão do fenómeno em estudo.

##### **As perspetivas intra-individuais**

Historicamente, as perspetivas intra-individuais foram os primeiros modelos explicativos da violência familiar e conjugal (Alarcão, 2002).

Estas teorias centram-se nas características individuais do agressor e na personalidade da vítima, embora de forma superficial (Matos, 2002). Os defensores desta perspetiva tentam compreender as ações do agressor, centrando-se nas características individuais que fazem com que um indivíduo reaja de forma violenta, ao mesmo tempo que procuram identificar traços psicológicos das mulheres que suportam os maus tratos (Ibidem). Esta perspetiva direciona, principalmente, a atenção para as características psicopatológicas do maltratante, consideradas como as causadoras dos “comportamentos anormais”, designadamente os atos violentos (Pinto, 2009).

De acordo com esta perspetiva algumas causas explicariam o comportamento do agressor como seja a perturbação psicológica, fatores de risco como a irritabilidade, estilos de personalidade agressiva e hostil, sintomatologia borderline, ansiedade, depressão, queixas sintomáticas, consumo de substâncias, fracas competências sociais e de comunicação e, transmissão para a vítima de sentimentos de frustração com os quais o agressor não consegue lidar (APAV, 2010, p. 13).

A perspectiva em análise defende que o agressor/maltratante, quando agride a mulher está a ventilar a raiva e a frustração sentidas para com outras pessoas ou coisas com as quais ele não consegue lidar diretamente, designadamente com a capacidade de gerir as situações de *stress* (Ibidem, p. 14).

Nestas teorias os agressores são libertos de responsabilidade pelo comportamento, enquanto as características individuais das mulheres são apresentadas como legitimadores da sua situação (Matos, 2002).

### **As perspetivas diádicas familiares**

As perspetivas diádicas-familiares defendem que a origem da violência e a explicação dos comportamentos daqueles que são vitimados localiza-se nas suas interações (Matos, 2002, cit. por Cortez, 2009). Nesta dimensão explicativa é possível englobar-se algumas perspetivas teóricas, como a teoria sociopsicológica, a teoria da frustração-agressão, a teoria da interação simbólica, a teoria da troca e a teoria das atribuições (Matos, 2002). É, ainda, dado maior ênfase à teoria intergeracional da violência que defende que a experiência da vitimação na infância propícia a sua perpetuação na idade adulta (Cortez, 2009). Nesta ideia encontra-se implícita a noção de aprendizagem social, na medida em que defende que o comportamento do indivíduo é determinado pelo ambiente social que o rodeia, principalmente pelos seus familiares, através de mecanismos de reforço, modelagem ou coação (Matos, 2002). Esta teoria defende que quem tenha sido vítima de violência ou quem a tenha testemunhado na infância, possivelmente tornar-se-á um adulto agressor (APAV, 2010, p. 14).

No que concerne às vítimas, alguns autores defendem que quanto mais a mulher esteve exposta aos maus-tratos parentais, maior será a probabilidade de esta se relacionar com um parceiro agressivo (Matos, 2002). Da mesma forma que, também, é defendido que o risco de vitimação da mulher adulta agrava quando há uma exposição à violência parental na infância, uma vez que esta experiência conduz a uma baixa autoestima, para além de proporcionar a aprendizagem de padrões de comportamento cujo amor legitima a violência do seu companheiro. (Ibidem)

De acordo com Gelles (1997, cit. por Pinto, 2009) o núcleo familiar é o local onde os indivíduos podem aprender estratégias maltratantes assim como valores morais que viabilizam os comportamentos violentos.

Esta teoria é mais consistente no que aos homens diz respeito (eles tornar-se-iam com maior probabilidade em agressores) do que em relação às mulheres. Note-se, contudo, que o facto de uma criança ter sido exposta à violência nem sempre pré-determina um adulto violento, uma vez que existem outros fatores de mediação (Cortez, 2009).

### **As perspetivas socioculturais**

As perspetivas socioculturais analisam os fatores históricos, sociais, culturais e políticos que contribuem para os maus-tratos à mulher e entendem a violência conjugal como resultado de conceitos históricos e socioculturais, como sejam as sociedades patriarcais e as crenças emergentes das desigualdades de género (Cortez, 2009). De acordo com Matos (2003, p. 95) “numa abordagem sociocultural, os maus tratos à mulher são concebidos como resultado do seu tratamento histórico e da atual sociedade patriarcal”.

Nesta perspetiva as teorias feministas destacam-se como um dos modelos explicativos dominantes, concedendo importantes contributos para uma melhor compreensão do fenómeno da violência conjugal, alertando para a necessidade de reconceptualizar o papel da mulher, tanto na família como na sociedade (Carvalho, 2008).

As feministas criticam, de forma recorrente, a família tradicional pois entendem que a família atual deve ser repensada uma vez que, apesar das famílias não serem hoje estritamente patriarcais, são ainda em muitas situações, transmissoras de desigualdades sexuais (Matos, 2002). Para as feministas, a violência contra as mulheres na conjugalidade continua a ser desconsiderada judicialmente, já que é resultado, na sua perspetiva, do processo normativo de socialização masculina (APAV, 2010, p. 16).

No entender das teorias feministas a violência doméstica é um problema social e político e representa um dos modelos explicativos dominantes. Esta abordagem, uma vez que lida diretamente com a questão do poder, enfatiza a necessidade de dar voz às vítimas (Cortez, 2009). As teorias feministas salientam a forma como o poder é concebido e expresso, quer ao nível das suas bases (a influência), dos seus processos (dominação) e dos seus resultados (o



poder propriamente dito). A violência conjugal é entendida como uma expressão de poder relacional ou como uma reação à percepção de redução de poder. Desta forma, a violência funciona como estratégia de reconhecimento de poder e autoridade do homem sobre a mulher (Carvalho, 2008).

### **Perspetiva ecológica**

Para compreender a violência conjugal a perspectiva ecológica tenta articular destintos fatores que interferem nesta problemática, designadamente a individual, a familiar, a cultural, a social a ambiental e a relacional onde cada manifestação particular enfraquece todos os atores sociais nela envolvidos, e retira às vítimas o direito de afirmarem o ser livre da pessoa (Almeida, 2009).

Investigando a relação entre os fatores individuais e contextuais, e entendendo a violência como produto de múltiplos níveis de influência sobre o comportamento, retroagindo entre si, este esquema permite-nos refletir nos múltiplos fatores de risco associados a cada situação e nas múltiplas áreas de intervenção, necessárias para combater a violência. Este modelo é composto por diferentes níveis, o nível microssistémico, do indivíduo e da família e o nível macrossistémico, da ideologia e cultura dominante, passando pelos contextos mais ou menos proximais nos quais a violência se mantém. Em cada um destes níveis poderemos encontrar sinais que nos ajudem a compreender a violência doméstica e conjugal, no entanto nenhuma isoladamente constitui a explicação universal da violência (Redondo, Pimentel, Correia, 2012).

### **Perspetiva sistémica**

A perspectiva sistémica defende que a disfuncionalidade vai mais longe do que as características individuais dos cônjuges e das suas dinâmicas relacionais, uma vez que o subsistema conjugal interage com outros sistemas. Esta perspectiva defende que a família é um sistema aberto, depreendendo que existe autonomia e interdependência entre os diversos subsistemas que a compõem. Desta forma, no que respeita ao casal, uma das suas funções é preservar o seu espaço de individualidade, criando limites e fronteiras que preservem o casal dos outros elementos, como seja a própria família ou elementos externos como os amigos,

colegas, etc. Ao encarar a família como um sistema aberto protege a sua intimidade e privacidade, essenciais ao desenvolvimento psicológico dos seus elementos (Duarte, 2005).

#### **4.2. A Realidade em Portugal (violência conjugal em números);**

Os números referentes ao fenómeno da violência doméstica são difíceis de determinar com apuro, verificando-se uma falta de exatidão dos números. Torna-se difícil fazer referência à incidência e à prevalência dos maus tratos às mulheres. O silêncio, a vergonha, a relação de proximidade entre o agressor e a vítima, o sentimento de impotência por parte das vítimas, o desconhecimento dos seus direitos e, por vezes, a própria ambiguidade entre a terminologia de prevalência e ambiguidade complexificam o conhecimento rigoroso desta problemática (Matos, 2002).

Tendo como referência os Relatórios Anuais de Segurança Interna que nos remetem para uma análise entre o ano de 2000 e 2011, é possível verificar que os crimes contra as pessoas representam entre 23% a 25% de toda a criminalidade participada à PSP, GNR e PJ, constituindo a segunda grande categoria criminal.

De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entre os anos de 2000 e 2011 é possível concluir que as mulheres têm representado a maior percentagem de vítimas ao longo dos últimos onze anos, alcançado o valor máximo em 2002 com 6.958 casos. Durante este período o autor do crime de violência doméstica é maioritariamente o sexo masculino, sendo que no ano de 2002 atingiu o valor máximo no sexo masculino com 7.042 agressores. Estes agressores têm entre vinte e seis e quarenta e cinco anos de idade (APAV, 2012). Ao longo destes onze anos destacam-se os crimes de maus tratos psíquicos com registo de 50.293 casos, seguido dos maus tratos físicos com 46.427 casos. Importa ainda referir que os crimes de violação, violação da obrigação de alimentos e abuso sexual, respetivamente com 1.822, 1.447 e 1.371 casos de vítimas (Ibidem).

Relativamente a dados mais recentes disponibilizados pela APAV, no ano de 2013 a APAV fez 37.222 atendimentos, desenvolveram 11.800 processos de apoio e apoiaram 8.733 vítimas diretas. Os utentes apoiados pela APAV em 2013 referiram ter sido vítimas diretas de 20.642 crimes (APAV, 2014). Através de informação prestada pela APAV a um Inquérito Europeu

realizado em 2014 sobre as queixas recebidas no ano de 2013 à APAV chega-se à conclusão que a crise está a diminuir o número de pedidos de apoio e, por outro lado, a dificultar as respostas às vítimas (Faria, 2014). O José Duque da APAV defende que “as pessoas aparecem não só com o problema da vitimação mas com uma série de problemas relacionados, como a necessidade de casa, emprego, alimentação e saúde. E, com a crise, os técnicos têm muito mais dificuldade em responder a essas necessidades” (Faria, 2014). No ano de 2013 houve um menor número de vítimas diretas de crime apoiadas pela APAV, menos 212 vítimas diretas de crime, 8.733 contra as 8.942 de 2012. Esta descida contrasta com as sucessivas subidas dos últimos anos. Em contrapartida e apesar de haver um menor número de pedidos de ajuda, foram precisos mais 14.475 episódios de atendimentos por forma a garantir o respetivo encaminhamento – 37.222 atendimentos em 2013, contra os 22.747 do ano anterior (Faria, 2014).

Assim como nos anos anteriores, os crimes praticados no âmbito da violência doméstica representam mais de 80% dos crimes registados pela APAV. Os crimes contra as pessoas, nomeadamente os crimes contra a integridade física e liberdade pessoal, entre outros, perfizeram um total de 12,3% dos crimes em 2013 (APAV, 2014).

Observando o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) relativo ao ano de 2011 e os dados disponibilizados pela Direção Geral da Política de Justiça referentes a 2012, a violência doméstica (com 28.990 das participações) constitui, à semelhança do registado em 2010, o crime com maior peso na categoria dos crimes contra as pessoas (31,8%) (Quaresma e Cardoso, 2012). Contudo, verifica-se menos 2.255 participações do que no ano de 2010, correspondendo a um decréscimo de 7,2% (DGAI, 2012). No ano de 2011 foram registados vinte e sete homicídios conjugais (IASI, 2011).

Em 78% dos casos de ocorrência reportados às Forças de Segurança constatarem-se numa residência particular (em 83% dos casos tratava-se da residência da vítima e do denunciado ou residência da vítima). Em cerca de 17% dos casos a situação de violência ocorreu na via pública ou noutros locais públicos “fechados” (ex: organismo público, estabelecimento comercial, estabelecimento de restauração e bebidas...) (DGAI, 2012).

Em 40% das situações reportadas à GNR existiram ocorrências anteriores por agressão à mesma vítima e/ou a outro familiar praticadas pelo mesmo denunciado e nos casos reportados à PSP essa percentagem foi de 21,5% (Ibidem).

Em conformidade com os dados dos anos anteriores, a maioria das vítimas era do sexo feminino (85%) e os denunciados do sexo masculino (88%). Relativamente à idade, mais de três quartos das vítimas e denunciados encontravam-se no grupo etário dos 25 a 64 anos (77% e 87%), com idade média de quarenta anos e quarenta e um. No que respeita ao estado civil das vítimas, 51% eram casadas ou viviam em união de facto, bem como 53 % dos denunciados. 69% das vítimas possuíam habilitações literárias iguais ou inferiores ao 9º ano, 16% possuíam habilitações ao nível do ensino secundário e 8% ao nível do ensino superior. Quanto aos denunciados, 73,5% tinham habilitações literárias iguais ou inferiores ao 9º ano, 13% tinham habilitações ao nível do secundário e 6% ao nível do ensino superior (Ibidem).

No que concerne à relação vítima-denunciado 63% das vítimas mantinham, na ocasião da participação da ocorrência, uma relação conjugal com o denunciado, para 20% a conjugalidade existira anteriormente, 7,6% das vítimas eram descendentes do denunciado e 7,3% eram ascendentes, em 2% dos casos a relação era de outro tipo. As relações conjugais, presentes ou passadas, representaram cerca de 83% dos casos. Mais de três quartos das vítimas não dependiam economicamente do denunciado (78%) assim como a maioria dos denunciados não dependia economicamente da vítima (86%) (Ibidem).

Em termos de consumo de substâncias psicotrópicas, os dados do DGAI (2012) assinalam que cerca de 43% dos denunciados apresentavam problemas relacionados com o consumo de álcool e 11% com o consumo de estupefacientes.

Centrando-me agora no ano de 2012, foram registados pelas Forças de Segurança (GNR e PSP) 26.804 participações de violência doméstica o que corresponde a uma diminuição de 10%, menos de 2.816 casos que o ano anterior. As Forças de Segurança no ano de 2012 ainda registaram 37 homicídios conjugais (RASI, 2012).

Tendo como referência os recentes dados de 2013 disponibilizados pelas Forças de Segurança – PSP e GNR – estes registaram 23.318 participações de violência doméstica. Verificando-se mais 640 participações, correspondendo a um aumento de 2,4%, do que no ano de 2012 (RASI, 2014). No contexto da violência doméstica assinalaram-se 40 homicídios

conjugais/passionais, os quais resultaram 30 vítimas do sexo feminino e 10 vítimas do sexo masculino (Ibidem). As Forças de Segurança verificaram que em 41% das ocorrências foi sinalizada a existências de problemas relacionados com o consumo de álcool por parte do(a) denunciado(a) e para 11% problemas referentes ao consumo de drogas (quando apenas é analisado as situações de violência doméstica sobre ascendentes, este último valor aumenta para 31%) (RASI, 2014). No ano de 2013 em 80% das situações foi assinalada a existência de violência psicológica, em 71% violência física, em 12% violência do tipo social<sup>6</sup>, em 9% do tipo económica<sup>7</sup> e, em 2% violência sexual (Ibidem).

No ano de 2012 a APAV registou um total de 20.311 factos criminosos (crimes), o que representa um total de crimes superior ao ano de 2011 em cerca de 10% (APAV, 2012). O crime de violência doméstica, apesar de ter aumentado em número absolutos, sofreu uma ligeira descida percentual face ao total de crimes, passando de 85% (15.724) em 2011 para 83,6% (16.970) em 2012. Ainda centrando-nos nos crimes de violência doméstica, os maus-tratos psíquicos representaram, em 2012, cerca de 36% (6.085) seguindo-se os crimes de maus-tratos físicos com cerca de 28% (4.530) do total de crimes desta categoria. No tocante aos crimes de violência doméstica em sentido lato, o crime de violação do domicílio ou perturbação da vida privada destacou-se com cerca de 2% (319) face ao total. Apesar da descida percentual dos crimes de violência doméstica face a 2011, determinados crimes em particular demonstraram uma tendência contrária como sejam o crime de injúrias/difamação que aumentou em mais de 100% (mais 861 crimes) e os crimes de natureza sexual que aumentaram 94,1% (mais 128 crimes) (APAV, 2012).

Centrando-me agora nos últimos dados divulgados pela APAV referentes ao ano de 2013, os crimes de violência doméstica representam 84,2% do total de crimes expostos pelas vítimas à APAV. Nesta categoria os crimes mais comuns são os maus tratos psíquicos (36,8%) e os maus tratos físicos (26,9%), cujo somatório perfaz 63,7% dos crimes de violência doméstica em sentido estrito. Relativamente aos crimes de violência doméstica em sentido lato, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (1,3%) foi o crime que mais vezes foi exposto, seguindo-se os crimes de furto/roubo (0,7%) e de dano (0,6%) (APAV, 2014).

---

<sup>6</sup> O agressor impede a vítima de contactar com os seus familiares, amigos, vizinhos, etc.

<sup>7</sup> O agressor mantém a vítima dependente economicamente, assumindo o controlo total sobre os recursos financeiros.

No ano de 2012, as vítimas de violência doméstica eram, em 82% das situações assinaladas, do sexo feminino. Em termos etários, 81,5% das vítimas possuía 25 ou mais anos, cerca de 10% possuía menos de 16 anos e cerca de 9% possuía entre 16 e 24 anos (RASI, 2012). Os autores do crime foram homens, aproximadamente, 87%. A maioria dos/as autores do crime possuíam idade igual ou superior a 25 anos (94%), 6% tinha entre os 16 e 24 anos e apenas 0,1% tinha menos de 16 anos de idade. No ano de 2013, 81% das vítimas de violência doméstica foram mulheres e 86% dos(as) denunciados(as) foram homens. Importa, ainda, referir que em 82% das situações a vítima é do sexo feminino e o denunciado do sexo masculino, em 9% eram de ambos os sexos (3% do sexo feminino e 6% do sexo masculino) e em 9% a vítima era do sexo masculino e o denunciado do sexo feminino. No que toca às idades, 81% das vítimas detinha 25 ou mais anos, cerca de 10% possuía menos de 16 anos e cerca de 9% possuía entre 16 e 24 anos. A grande maioria dos(as) denunciados(as) possuía idade igual ou superior a 25 anos (94%), 6% tinha entre os 16 e os 24 anos e apenas 0,1% tinha menos de 16 anos de idade (RASI, 2014). No tocante ao grau de parentesco/relação entre as vítimas e os autores do crime, em 61% dos casos as vítimas eram cônjuges ou companheiros/as, em 17% eram ex-cônjuges/ex-companheiros/as, em 14% eram filhos/as ou enteados/as, em quase 6% eram pais/mães/padrastos/madrastas e em 3% dos casos correspondiam a outras situações (RASI, 2012). No que concerne ao grau de parentesco/relação entre as vítimas e denunciados(as) no ano de 2013, em 58% dos casos a vítima era cônjuge ou companheira(o), em 16% era ex-cônjuge/ ex-companheiro(a), em 14% era filho(a) ou enteado(a), em quase 6% era pai/mãe/padrasto/madrasta e 7% dos casos correspondiam a outras situações (RASI, 2014).

Centrando a análise segundo o tipo de relação entre a vítima e o denunciado(a), as Forças de Segurança concluíram que na violência contra descendentes e ascendentes o predomínio das situações de violência em que a vítima é do sexo feminino e o denunciado é do sexo masculino é menor do que nas situações de violência nas relações íntimas (49% e 61%, respetivamente versus 86%). Nestas duas tipologias de vitimação a proporção de situações em que ambos são do sexo masculino é mais elevada, 31% da violência contra descendentes e 24% da violência contra ascendentes (na violência entre cônjuges e ex-cônjuges este valor é de 2%). Verifica-se ainda que em 20% das situações de violência contra descendentes a denunciada é uma mulher, sucedendo o mesmo para 15% das ocorrências contra ascendentes (nas restantes

tipologias estes valores variam entre 11% e 12%). Na violência praticada no âmbito de relações íntimas as situações em que a vítima é do sexo masculino e a denunciada do sexo feminino representam 10% das ocorrências entre cônjuges e 11% das situações entre ex-cônjuges (RASI, 2014).

Relativamente aos dados obtidos pela APAV, do total de 8.733 vítimas diretas de crime acompanhadas pela APAV no ano de 2013 82,8% eram pessoas do sexo feminino. Em termos de idade das vítimas, as mesmas situavam-se acima de tudo entre os 25 e os 54 anos de idade com particular relevo para as faixas etárias entre os 35 e os 44 anos, com total de 14,2%. No que respeita aos menores, a faixa etária mais expressiva situa-se entre os 11 e os 17 anos de idade (5,2%). Relativamente aos idosos, os registos indicaram 8,9% do total de vítimas que recorreram à APAV em 2013 (APAV, 2014).

No que concerne ao estado civil, as vítimas que procuraram a APAV em 2013, eram em mais de 30% dos casos casadas, ou em 23,5% das situações, solteiras. Concomitantemente ao estado civil das vítimas está o tipo de família, pelo que 43% as vítimas vivem em famílias nucleares com descendentes e 6,1% em famílias nucleares sem descendentes. Na ordem dos 13% apresentam-se as famílias monoparentais (Ibidem).

Ao nível do ensino, as vítimas caracterizam-se entre aqueles que possuem o ensino superior (6,9%) e as que completaram os 2º e 3º ciclo de ensino básico (ambas com 4,5%) (Ibidem).

Relativamente à atividade económica, 29,1% das vítimas encontravam-se empregadas e 19,7% em situação de desemprego. O grupo dos reformados e dos estudantes estão representados entre 11% e os 12% (APAV, 2014).

No que toca à nacionalidade das vítimas, estas são maioritariamente de nacionalidade portuguesa (90,8% - 7.925 – dos 92,9% de europeus). Seguidamente destaca-se o Brasil (2,8% - 244), Angola e Cabo Verde (0,6% - 51 e 0,5% - 39), Roménia (0,5% - 40) e a Ucrânia (0,5% - 41) (Ibidem).

No que concerne à relação da vítima com o autor do crime, destacam-se as relações de conjugalidade (30,7% - cônjuge; 12,3% - companheiro; 6,9% - ex-companheiro e 5,5% - ex-cônjuge) e as relações familiares (filhos 12%; pais – 7,9%; irmãos – 1,6%; avós – 0,6%, etc.) (Ibidem).

No que respeita à análise da distribuição diária as Forças de Segurança constatarem que cerca das 33% das ocorrências sucederam-se ao fim de semana (17,9% ao Domingo e 15,5% ao Sábado) e as restantes ao longo dos outros dias da semana. Cerca de 38% das ocorrências registaram-se entre as 19h00 e as 24h00, 15% de madrugada, 18% de manhã e 29% à tarde (RASI, 2012). No ano de 2013 cerca de 32% das ocorrências sucederam-se ao fim de semana (16,7) e as restantes ao longo dos outros dias da semana. 44% das ocorrências foram assinaladas entre as 19h00 e as 24h00, 29% da parte da tarde, 18% de manhã e 9% de madrugada (RASI, 2014).

Das 77% das ocorrências a intervenção policial surgiu na sequência de um pedido da vítima, em 9% derivou de informações de familiares ou vizinhos, 4% resultou do conhecimento direto das Forças de Segurança e, nos restantes casos, o motivo foi uma denúncia anónima (3%) (RASI, 2012). Ao nível da intervenção policial, cerca de 77% das ocorrências surgiu na sequência de um pedido da vítima, 5% ocorre do conhecimento direto das Forças de Segurança e nos restantes casos, o motivo foi uma denúncia anónima (3%) ou outro (RASI, 2014).

No que toca ao contato com a APAV, em mais de 50% dos casos são as próprias vítimas a contactar a instituição supra referida. Contudo, os familiares (19,4%) e os amigos (9,1%) são também uma fonte de contato com a instituição. A forma de contato mais utilizada é o contato telefónico (57%), sucedendo-se, muitas vezes após este primeiro, o contato presencial com 33% das situações sinalizadas (APAV, 2014).

Em 42% das ocorrências participadas foi destacada a presença de menores (Ibidem). Importa também referir que no ano de 2013 39% das ocorrências foram presenciadas por menores (RASI, 2014).

No que respeita às detenções, importa mencionar que o número de suspeitos detidos foi de 417 indivíduos (RASI, 2012). No que toca ao número de detenções efetuadas pelas Forças de Segurança no âmbito da violência doméstica, estas registaram em 2013 um total de 510 de detenções. De uma forma global, as Forças de Segurança verificaram uma tendência de aumento do número de detenções, tendo apenas existido uma diminuição no ano de 2012. Do ano de 2009 para o ano de 2010 o número total de detenções duplicou; entre 2010 e 2011 verificou-se um aumento de 6%; de 2011 para 2012 diminuiu 11%; e em 2013 voltou a aumentar (22%) (RASI, 2014).



Ao nível da caracterização dos autores do crime no ano de 2013, a APAV assinalou um total de 8.982 autores de crime, mais 249 autores de crime face às 8.733 vítimas diretas apoiadas. Do referido total, 82,3% eram do sexo masculino com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade destacando-se o grupo etário dos 35 aos 44 anos (12,8%). O estado civil dos autores do crime era casado (38,8%). Ao nível da atividade económica, estes encontravam-se empregados (31,5%) (APAV, 2014).

Segundo dados da APAV no ano de 2012 registaram-se 6.785 mulheres adultas vítimas de crimes, 5.669 mulheres vítimas de violência doméstica e 646 homens vítimas de violência doméstica. Através destes números é possível perceber que o crime de violência doméstica continua a vitimizar, de forma maioritária, as mulheres (APAV, 2012). No que diz respeito ao tipo de vitimação, a vitimação continuada (74%) sobrepõe-se ao tipo de vitimação não continuada. Este facto deve-se à elevada percentagem de casos que ocorrem em ambiente doméstico (APAV, 2014). De acordo com a APAV (2014) a permanência da vitimação mais assinalada foi entre os dois e os seis anos (14,7%). No entanto, as situações com duração superior a vinte anos apresentam registos na ordem dos 4%, mais de 400 casos assinalados. No que respeita aos locais de vitimação, a residência comum da vítima e do autor do crime foram mais referenciados (51%), seguindo-se a residência da vítima (13,2%) e por último o lugar/via pública (10,2%). Relativamente às queixas apresentadas junto das entidades policiais, 39% das vítimas declaram ter apresentado queixa (APAV, 2014).

Seguidamente centrar-me-ei nos dados da UMAR (União de Mulheres Alternativa e resposta) obtidos por meio do trabalho desenvolvido através do Observatório de Mulheres Assassinadas. Estes dados são referentes ao ano de 2012 e apenas se centram em dados relativos ao femicídio ocorrido em Portugal. No período acima mencionado foram registados em Portugal 40 homicídios e 53 tentativas de homicídio (UMAR, 2012).

No que respeita à relação existente entre as vítimas e os homicidas a UMAR (2012) constatou que continua a ser o grupo dos homens com quem as mulheres mantêm uma relação de intimidade aquele que aparece com maior expressividade, correspondendo a 52,5% do total de vítimas assassinadas. Segue-se, assim como nos anos anteriores, o grupo de homens de quem elas já se tinham separado ou mesmo obtido o divórcio com 20%. Constata-se desta forma que as relações de intimidade presentes e passadas representam 72,5% do total dos femicídios. A

violência intrafamiliar, nomeadamente a praticada por outros familiares, contabiliza 17,5. Desde o início do Observatório e, da obtenção dos dados, que a UMAR verificou que se mantém a tendência de maior vitimação das mulheres às mãos daqueles com quem ainda mantinham uma relação, fosse ela de casamento, união de facto, namoro ou outro tipo de relação de intimidade, logo seguido pelo grupo dos ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados (Ibidem).

No que respeita ao grupo etário a UMAR (2012) registou que o grupo com mais homicídios foi o das vítimas com idades compreendidas entre os 36 e os 50 anos (30%), seguido do grupo etário com idades compreendidas entre os 51 e os 64 anos (27,5%). As idades compreendidas entre os 24 e os 35 anos correspondem a 22,5% das vítimas e por último, o grupo das mulheres com idades superiores a 65 anos de idade registou 15% do total das situações. O intervalo dos 18-23 representa 5% das situações registadas (Ibidem).

Relativamente à idade dos autores do crime de homicídio contra as mulheres a UMAR (2012) verificou que é o grupo etário dos 36 aos 50 anos que inclui o maior número de indivíduos (32,5%), seguindo-se os agressores com idades compreendidas entre os 51 e os 64 anos (25%) e por último os homicidas com idades compreendidas entre os 24 e os 35 anos (17,5%).

A UMAR (2012) verificou que no ano de 2012 todos os meses se registou ocorrência de femicídios, sendo de três a média de mulheres assassinadas por mês em Portugal no contexto da conjugalidade, relações de intimidade ou relações familiares privilegiadas em que existia já um contexto de violência doméstica. Relativamente aos meses com maior registo de homicídios, em Março e Setembro contabilizando sete em cada um deles, totalizando catorze dos quarenta homicídios registados no ano de 2012.

No que toca aos distritos, no ano de 2012, a UMAR constatou que em Lisboa ocorreram treze homicídios, seguindo-se a cidade do Porto com seis e por último o distrito de Setúbal com três. Os distritos de Beja, Braga, Faro, Leiria, Vila Real e Viseu registaram, cada um deles, duas situações de femicídio (UMAR, 2012).

Depois de analisadas as características das vítimas e dos homicidas a UMAR (2012) analisou o contexto, a motivação, o meio e local onde o crime ocorreu. Relativamente à suposta motivação/justificação constatou-se que a maioria dos homicídios praticados e registados pelo Observatório das Mulheres Assassinadas ocorreu num contexto de violência doméstica (55%). Os

homicídios ocorridos com alegada justificação em conflitos familiares existentes contabilizaram 18% dos crimes de homicídios registados. Por último, em 5% das situações é anotado o facto do alegado homicida não aceitar a separação da vítima ou o rompimento da relação de intimidade. Os ciúmes, a atitude possessiva são referenciados como a justificação em 2% do total dos homicídios e, com valor idêntico, a atitude de possessão do homicida em relação à vítima (Ibidem).

A UMAR (2012) cruzou, ainda, a prevalência do femicídio com a presença de violência doméstica nas relações de conjugalidade e intimidade, presente ou passadas, e relações familiares privilegiadas, constatando que 57% das mulheres assassinadas no ano de 2012 foram vítimas de violência doméstica nessa relação. Nas situações que a UMAR conseguiu identificar a presença de episódios abusivos na relação, a mesma era conhecida pelos familiares, vizinhos, amigos e muitas delas denunciadas aos órgãos competentes.

A UMAR (2012) constatou, também, que no ano de 2012 a residência/habitação continua a ser o espaço onde a maior parte dos femicídios ocorre (74%), seguindo-se aqueles que são praticados na via pública (15%).

Centrando-nos agora na relação entre a vítima e o agressor constatou-se que no que respeita às cinquenta e três tentativas de homicídio contabilizou-se, no ano de 2012, a maioria (79%) teve como seus autores aqueles com quem as vítimas mantêm ou mantiveram uma relação de intimidade. Verificou-se, portanto, que 49% dos homicídios na forma tentada tiveram com autores os maridos, companheiros, namorados e indivíduos com quem a vítima mantinha uma relação de intimidade, e que 30% das tentativas foram praticadas por aqueles com quem as vítimas já tinham terminado a relação (UMAR, 2012).

No que respeita aos motivos que estiveram implícitos à prática de homicídio na forma tentada verificou-se que, assim como nos homicídios, a grande maioria das tentativas ocorre em contexto de violência doméstica com 62% das situações (Ibidem).

Tendo como referência um parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Erradicação da violência doméstica contra as mulheres que data do ano de 2012, é possível afirmar que 45% das mulheres na União Europeia disseram ter sofrido, nalguma altura, assédio sexual no trabalho. Estima-se que na Europa tenham morrido por dia sete mulheres vítimas de violência de género. Este parecer concluiu, ainda, que a violência contra as mulheres nos

quarenta e sete países membros do Conselho da Europa tem um custo anual de pelo menos 32 mil milhões de euros (Soares, 2012).

A UMAR, por meio do trabalho que desenvolve no Observatório de Mulheres Assassinadas, elaborou um relatório estatístico com dados relativos ao femicídio ocorridos em Portugal referentes ao primeiro semestre de 2013. De acordo com a UMAR entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2013 foram contabilizados 20 homicídios/femicídios e 21 tentativas de homicídio/femicídio (UMAR, 2013).

Relativamente à relação existente entre as mulheres assassinadas no 1º semestre do presente ano e os homicidas, constata-se que o grupo que aparece com maior expressividade é o das mulheres que mantêm uma relação de intimidade com os homicidas, correspondendo a 60% do total de mulheres que foram assassinadas no período em análise. De seguida deparamo-nos com o grupo de mulheres assassinadas pelos seus ascendentes diretos (15%) e o grupo das mulheres que já se tinha separado, ou mesmo adquirido o divórcio (10%). A violência intrafamiliar, particularmente a exercida por outros familiares, regista 15% (Ibidem).

No 1º semestre de 2013, o grupo etário que assinalou mais homicídios foi o das mulheres com idades compreendidas entre os 51-64 anos de idade (45%), segue-se o grupo etário das mulheres com 65 ou mais anos (30%) e por último encontra-se o grupo etário com idades compreendidas entre os 24 e os 35 anos (15%). O intervalo dos 18-23 e 36-50 anos corresponde cada a 5% das mulheres assassinadas (Ibidem).

Relativamente à idade dos autores do crime de homicídio contra mulheres, verifica-se que é o grupo etário dos 24-35 anos que inclui o maior número de indivíduos (40%), seguindo-se os agressores com idades com mais de 65 anos com 30%. Com menos predomínio surgem os homicidas dos grupos etários dos 51-64 anos com 15%, os 36-50 anos com 10% e por último os 18-23 anos de idade com 5% (Ibidem).

A UMAR (2013) conclui que em Portugal, à semelhança dos anos anteriores e em média, são assassinadas três mulheres por mês no contexto da conjugalidade, de relações de intimidade ou de relações familiares privilegiadas.

Depois de analisadas as características das vítimas e dos homicidas a UMAR (2013) analisou o contexto, a motivação, o meio e local onde o crime ocorreu. Relativamente à suposta motivação/justificação constatou-se que a maioria dos homicídios praticados e registados pelo

Observatório das Mulheres Assassinadas ocorreu num contexto de violência doméstica (30%), 10% foram assassinadas devido aos ciúmes e o facto de o homicida não aceitar a separação. Por último, com um femicídio cada, foram identificadas com motivações para a prática do homicídio, o alcoolismo e/ou outras dependências, compaixão pelo sofrimento da vítima, pedido de divórcio, problemas financeiros e questões relacionadas com a saúde mental do homicida (Ibidem).

A UMAR (2013) cruzou, ainda, a prevalência do femicídio com a presença de violência doméstica nas relações de conjugalidade e intimidade, presente ou passadas, e relações familiares privilegiadas, constatando que 60% das mulheres assassinadas no primeiro semestre de 2013 foram vítimas de violência doméstica.

A UMAR (2013) constatou, também, que no primeiro semestre de 2013 a residência/habitação continua a ser o espaço onde a maior parte dos femicídios ocorre (80%), seguindo-se aqueles que são praticados na via pública (20%).

Centrando-nos agora na relação entre a vítima e o agressor constatou-se que no que respeita às 21 tentativas de homicídio contabilizou-se, no primeiro semestre de 2013, a maioria (85,8%) teve como seus autores aqueles com quem as vítimas mantêm ou mantiveram uma relação de intimidade. Verificou-se, portanto, que 42,9% dos homicídios na forma tentada tiveram com autores os maridos, companheiros, namorados e indivíduos com quem a vítima mantinha uma relação de intimidade, e que 42,9% das tentativas foram praticadas por aqueles com quem as vítimas já tinham terminado a relação (UMAR, 2013).

No que respeita aos motivos que estiveram implícitos à prática de homicídio na forma tentada verificou-se que, assim como nos homicídios, a grande maioria das tentativas ocorre em contexto de violência doméstica com 33% das situações. Os ciúmes e o não aceitar a separação surgem reportados como a motivação para a prática do crime em 28% das situações (14% para cada), assim como os conflitos familiares, identificados com igual percentagem (14%) (Ibidem).

Convém salientar que estes dados não revelam a verdadeira dimensão do fenómeno, uma vez que, infelizmente, um elevado número de vítimas não tem ainda coragem para denunciar ou lutar contra esta forma de violência, perspetivando-a como uma vergonha ou, pior ainda, como um desígnio, algo legitimado e quase “natural”. Segundo os dados da APAV (2012) 43% das

vítimas não apresentou queixa junto das autoridades, apenas o fizeram 32% das vítimas (APAV, 2012).

Quando se fala em números sobre a violência doméstica persiste a eterna questão: se por um lado não se conhecem com exatidão os dados estatísticos, por outro, desconhece-se a sua percentagem em relação ao real. Sabe-se que existe, que é um dos maiores problemas da sociedade e que tem maior expressão nos grupos mais vulneráveis, nos quais se incluem maioritariamente as mulheres, mas também crianças e pessoas idosas<sup>8</sup>.

Desde que os movimentos feministas e as agências internacionais puseram a violência contras as mulheres e de género na agenda política pública, alguns países, incluindo Portugal têm concebido legislação e políticas sociais com o objetivo de combater este flagelo social. Esta abertura do fenómeno provocou um aumento de queixas e de procura de ajuda por parte das vítimas (Magalhães, Morais e Castro, 2011). Em Portugal, o aumento tem sido de 11% por cada ano, sendo que em 2009 mais de 30.000 vítimas tinham apresentado queixa junto das Forças de Segurança (RASI, 2010).

---

<sup>8</sup> Em 2012 a APAV assinalou 6 785 mulheres vítimas de crime; 887 crianças e jovens (dos 0 aos 17 anos) vítimas de crime; e 809 pessoas idosas vítimas de crime (APAV, 2012).

## 5 - MEDIDAS DE PROTECÇÃO À VITIMA

### 5.1. Contributos europeus – perspetiva histórica

A crescente perceção da violência doméstica enquanto problema social que exige medidas particulares de combate, deve-se às diversas recomendações, declarações e orientações a nível internacional, particularmente pelas Nações Unidas e pela União Europeia, que foram sendo adotadas.

As organizações internacionais têm-se debruçado afincadamente no problema da violência. A tendência registada é acompanhada de uma evolução, em termos legislativos, que a partir de uma completa ausência de disposições legais, evoluiu para a adoção medidas relevantes referentes à situação de violência doméstica e para a elaboração de leis específicas relativas à violência doméstica, bem como à reunião de disposições dispersas no sentido de as tornar mais eficientes (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 15).

Na Europa foram sendo progressivamente assumidas iniciativas relevantes no combate à violência contra as mulheres. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos de 1950 garante a todas as pessoas o direito à vida, à saúde e à liberdade, proibindo a tortura ou qualquer outra forma de tratamento degradante e desumano. Esta Convenção coage os Estados que a assinaram a tomar ação no combate à violência contra as mulheres e a protegê-las de todas as formas de violência (Nações Unidas, 1993, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Também no contexto das Nações Unidas, se destaca a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, de 1967, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, de 1995. Todas elas pretendem prevenir e eliminar a violência contra as mulheres, através da criação de legislação nacional adequada para a prevenção da mesma e punição dos infratores (Cardoso, 2012). O período compreendido entre 1976 e 1985 foi declarado como a Década das Mulheres e aprovou-se o respetivo Plano de Ação Mundial (Azambuja e Nogueira, 2008).

Ainda no Conselho da Europa, o Comité de Ministros adotou, em 1985, a Recomendação R (85)4 sobre A Violência na Família e posteriormente, em 1990, sobre Medidas

Sociais Relativas à Violência na Família, bem como a Recomendação Rec (2002) 5 sobre proteção das mulheres contra a violência, em 30 de Abril de 2002. No ano de 2005, em Varsóvia, os Estados-membros assumiram o compromisso de suprimir a violência contra as mulheres, abrangendo a violência doméstica. Para o conseguir, criaram uma *task force* com o objetivo de avaliar os avanços alcançados entre os diversos Estados-membros (Santos, 2012).

Segundo Monteiro (2005, cit. por Azambuja e Nogueira, 2008) foi em 1979, após a realização da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, organizada pela ONU, que a violência contra as mulheres passou a ser reconhecida oficialmente como um crime contra a humanidade. A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres das Nações Unidas (CEDAW) foi um documento importante no combate à violência estrutural e pessoal contra as mulheres é a. No ano de 1999 houve uma adscrição ao CEDAW o que permitiu às mulheres, às quais os seus direitos foram violados apresentar queixa às Nações Unidas (Nações Unidas, 1993, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Aos poucos o problema da violência contra as mulheres passou a ter maior visibilidade. Primeiramente, por força e iniciativa das organizações a favor dos direitos das mulheres. E, a partir de 1980, ao nível dos organismos internacionais, como a ONU e algumas das suas agências especializadas e, ainda de outras organizações como a Amnistia Internacional e a Federação Internacional para o Planeamento Familiar (Azambuja e Nogueira, 2008).

Relativamente às Nações Unidas, a 1 de Dezembro de 1993 foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (3ª Comissão) a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Santos, 2012).

Após a Década das Mulheres e até o ano de 1995, a ONU elaborou três conferências mundiais especificamente sobre mulheres 1980, Copenhaga; 1985, Nairóbi e 1995, Pequim. Em 1993, como resultado da Conferência sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena (Áustria), surgiu a Declaração de Viena para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Nesta, deparamo-nos pela primeira vez numa clara classificação das diferentes formas de violência (Lopes, 2005; Monteiro, 2005, cit. por Azambuja e Nogueira, 2008): primeiro a violência praticada por outros membros da família (abrangendo as agressões físicas e psicológicas, as sevícias sexuais infligidas às crianças do sexo feminino, violação conjugal,



mutações genitais e outras práticas tradicionais, assim como a exploração económica); segundo diversos tipos de violência ocorridos no contexto das comunidades locais (violação, intimidação sexual e intimidação no local de trabalho, ensino ou outras instituições, proxenetismo e prostituição forçada); e por último a Violência perpetrada ou tolerada pelo próprio Estado (seja por negligência ou falta de respostas dos serviços institucionais) (Azambuja e Nogueira, 2008).

Além de apresentar estas definições, a Conferência de Viena tem sido considerada como um marco, uma vez que representou uma mudança radical ao impor aos governos a obrigação de zelar pela garantia dos direitos das mulheres (Ibidem).

No ano de 1997 o Comité do Parlamento Europeu sobre os Direitos das Mulheres recomendou um refúgio por cada 10000 habitantes. Ainda no mesmo ano a União Europeia lançou o Programa DAPHNE para apoiar projetos transnacionais no combate à violência contra as mulheres e crianças (Nações Unidas, 1993, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Em 1992, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realizada em Viena em 1993, representou um enorme progresso na mobilização da comunidade internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, ao defini-la como uma violação dos direitos humanos e ao apelar aos Estados para que tomassem medidas urgentes na sua prevenção (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 6).

Em 1993, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 48/104 que continha a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Já em 1994 estabeleceu-se na Comissão dos Direitos Humanos um Relator Especial sobre a Violência Contra as Mulheres (Ibidem, p. 6).

A estas iniciativas essenciais seguiram-se outras medidas relevantes e, em 1995, na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em Pequim, assinalou-se um novo progresso através da definição da Plataforma de Ação contendo um grande número de recomendações e medidas preventivas contra a violência a implementar pelos países-membros, e uma declaração segundo a qual “a violência contra as mulheres é um obstáculo para a obtenção da igualdade, desenvolvimento e paz” (Ibidem, p. 7).

Ao nível europeu, o empenho político para o combate da violência contra as mulheres teria o seu primeiro impulso com a Comunicação sobre o Tráfico de Mulheres, de 1996, seguida

pelo lançamento, no ano de 1997, da iniciativa DAPHNE. Ainda no ano de 1997, o Parlamento Europeu solicitou à Comissão que lançasse uma campanha “Tolerância Zero” cujo objetivo era a sensibilização para a questão e a promoção de uma atitude de tolerância zero face à violência contra as mulheres (Nações Unidas, 1993, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Em 1997, o *Lobby* Europeu das Mulheres concebe o Centro Europeu de Ação Política referente à violência contra as mulheres e o Observatório da Violência Contra as Mulheres (Ibidem).

Nos anos de 1998 e 1999, ocorreu em Viena e Polónia duas conferências internacionais de peritos que determinaram mais de sessenta normas e recomendações sobre a forma de combate à violência masculina contra as mulheres. Estas reuniões contribuíram para influenciar as políticas da União Europeia relativas à matéria em análise (Ibidem).

No início de 1999, como resultado do empenho político, ocorreu o lançamento da Campanha Europeia contra a Violência Doméstica que teve um impacto positivo na maioria dos Estados-membros uma vez que, fez crescer a relevância política e também legislativa do fenómeno como resultado deste empenho político (Ibidem).

Estas iniciativas contribuíram significativamente para a adoção de planos de ações nacionais, para a melhoria das condições das Casas Abrigo para mulheres e ainda contribuíram para o aparecimento de novas propostas legislativas em diferentes Estados-membros (Ibidem).

Em Março de 1999, o *Lobby* Europeu das Mulheres expôs os seus primeiros resultados de investigação relativos às estatísticas da violência doméstica e, em Julho de 1999 foram publicados os resultados da investigação do Eurobarómetro referentes às atitudes relativas à violência doméstica (Ibidem).

No começo do ano 2000, a segunda fase do Programa DAPHNE, que vinha a apoiar atividades de ONGs na área da violência doméstica contra mulheres e crianças iniciou um período adicional de quatro anos. Este Programa funcionou entre os anos de 2004 e 2008 e, o seu objetivo consistia em apoiar organizações que desenvolvessem medidas e ações de prevenção e combate a todos os tipos de violência contra crianças, jovens e mulheres, assim como de proteção às vítimas e grupos de risco. O programa ficou reconhecido pois contribuiu para aumentar a sensibilização para o problema dentro da União Europeia e para consolidar a

cooperação entre organizações dos Estados-membros que combatem este problema social (Ibidem).

No ano de 2000 a Assembleia Geral das Nações Unidas fez uma avaliação dos resultados práticos conseguidos, face aos objetivos enunciados na Conferência de Pequim, tendo aprovado um documento a que chamou Iniciativas e Ações Futuras para a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim – 2000. Este documento reconheceu, por um lado, a existência de diversos obstáculos à concretização dos objetivos da Conferência de Pequim, como por exemplo a influência, em alguns países, de medidas legislativas, a ausência de programas dirigidos a agressores, a inexistência de uma resposta holística para a violência doméstica e, por outro lado sugeriu a adoção de novas medidas, tais como a modificação da legislação com vista ao incremento da proteção e reparação das mulheres face à violência, a punição dos agressores e o desenvolvimento de processos que evitem a reincidência, o incremento de uma abordagem holística para o combate a este flagelo (Cardoso, 2012).

A partir de 2000 tem havido um empenho político consecutivo na União Europeia para promover a igualdade entre ambos os sexos nas diferentes esferas da sociedade, para aumentar e intensificar atividades relativas à necessidade de prevenção e combate da violência contra as mulheres, assim como o tráfico de mulheres (Nações Unidas, 1993, cit. por Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

No ano de 2002 os acontecimentos foram significativos uma vez que, os Estados-membros estipularam um conjunto de indicadores da violência contra as mulheres, desenvolvidos no quadro do trabalho efetuado no seguimento da Plataforma de Ação de Pequim. Os indicadores deveriam permitir aos estados-membros medir a dimensão e natureza da violência contra as mulheres e, dessa forma, avaliar o progresso efetuado nesta área (Ibidem).

Ainda no ano de 2002 a Organização Mundial de Saúde desenvolveu o primeiro Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, que também trata da questão da violência entre parceiros íntimos. Segundo esse relatório ainda há necessidade de percorrer um longo caminho para erradicar a violência com base no género, especificamente a violência doméstica (Ibidem).

A Resolução n.º 61/143 (2006) da Assembleia Geral sobre a intensificação da ação no sentido de eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, adotada por consenso, reafirma todos os compromissos internacionais dos Estados, incluindo a obrigação de promover

a defender todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres e raparigas e de atuar com diligência para prevenir os atos de violência, para os investigar, punir os seus autores e proporcionar proteção às vítimas, reafirmando ainda que todos e qualquer incumprimento desta obrigação atenta contra os direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres e raparigas ou impossibilita o seu exercício (Santos, 2012).

No ano de 2009 a 18 de Dezembro foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas duas novas resoluções relacionadas com a violência contra as mulheres: Intensificação dos esforços para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e a Violência contra as mulheres trabalhadoras imigrantes (Ibidem).

Relativamente à União Europeia importa salientar a Resolução do Parlamento Europeu A4-0250/97, sobre a campanha europeia de tolerância zero na violência contra as mulheres, inspirada na Plataforma de Pequim de 1995, a proclamação para o ano de 1999 de «Ano Europeu contra a violência contra as mulheres», a criação do Programa *Daphne* pela Comissão Europeia, que pretende desenvolver estratégias conducentes à prevenção da violência contra as mulheres, jovens e crianças, a Recomendação Rec (2002) 5 do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a Proteção das Mulheres contra a Violência e a circunstância da erradicação de todas as formas de violência em razão do sexo constituir uma das áreas prioritárias de intervenção que constam do Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres para o período de 2006-2010 (Cardoso, 2012).

Torna-se importante referir a Estratégia Europeia de Combate à Violência contra as Mulheres, 2011-2015, que pretende erradicar todas as formas de violência sobre as mulheres no espaço da União Europeia. Ambiciona-se que até 2015 sejam reforçados, em todos os Estados-membros, os sistemas de prevenção, de proteção das vítimas e de penalização afetiva dos perpetradores (Ibidem).

Ao nível da Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres, 2010-2015, a qual apresenta os compromissos da Comissão Europeia nesta matéria, alicerçando-se nas cinco prioridades definidas na Carta das Mulheres, salienta-se o fortalecimento da vertente da dignidade, integridade e o fim da violência de género através de um quadro de ação específico (Ibidem).

Por último, a Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de Abril de 2011, centrada nas prioridades e definição de um novo quadro político comunitário em matéria de combate à violência contra as mulheres, representa, da mesma forma, um marco na abordagem a esta problemática, pois propõe uma nova abordagem de política global contra a violência baseada no género (Ibidem).

Centrando-me ainda na política da União Europeia, é de salientar o empenho político crescente no que toca à violência doméstica, com o empenho ativo de movimentos sociais, evidenciando-se o trabalho levado a cabo por organizações de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, ao aparecimento de programas específicos de financiamento e apoio de projetos, ao lançamento de campanhas de sensibilização e, por último, à definição de planos de ação e indicadores que permitirão a monitorização e a avaliação de resultados na área (Ibidem).

## **5.2. A Realidade em Portugal; Enquadramento legal (perspetiva histórica); o papel da criminalização como instrumento de proteção à vítima.**

À medida que, quer a nível nacional quer a nível internacional foi crescendo a consciência das consequências da violência doméstica, a forma de encarar a solução legal foi também evoluindo.

Neste sentido, constata-se que sempre que a violência doméstica é encarada como um problema grave, existe uma maior pressão para que se encontrem soluções legais para responder a esta problemática, traduzindo-se quer na procura de uma forma mais eficaz de aplicar legislação existente, quer na alteração da legislação existente no sentido de a tornar mais eficaz. Temas como o combate, prevenção e apoio à vítima, saúde, indemnização e medidas de proteção, traduzem as preocupações que envolvem a discussão à volta desta realidade, que chega a admitir a legitimação da intervenção do Estado e respetivos organismos, em situações de violência doméstica (Matos, 2003). A criminalização da violência doméstica assume particular importância neste processo, uma vez que será esse enquadramento que irá permitir a aplicação de legislação penal aos incidentes de violência doméstica, assim protegendo a vítima, punindo o agressor e impelindo-o a não reincidir (Matos, 2003).

A nível nacional, os progressos legislativos ocorridos, acompanham as alterações internacionais, cujos marcos essenciais da contemporaneidade reportam à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres – 1979, à Convenção para a Eliminação da Violência Contra a Mulher – 1993, bem como à Resolução do Parlamento Europeu para uma campanha de recusa da violência contra as mulheres – 1997, (Bolieiro, 2003, cit. por Rocha, Lalanda, Caldeira, Sousa, Palos, Soares, 2010).

Ainda há poucos anos, a violência exercida contra as mulheres era socialmente aceite, estando inscrita nos códigos de conduta normal do relacionamento entre os sexos, devendo a mulher obedecer e submeter-se ao seu marido. Segundo Marques (2009) as próprias leis – Código Civil de 1867, 1966 até à reforma de 1977 e mesmo o Código penal então em vigor – obrigavam a mulher ao dever de obediência ao seu marido, legitimando socialmente o exercício de poder masculino.

Constata-se também que os estudos centrados na problemática da violência doméstica são relativamente recentes, assim como as preocupações dos diversos países para o seu combate. De facto, durante bastante tempo, estas práticas de abuso contra a integridade pessoal escapavam por completo à tutela do Direito e do Estado. Este era considerado um assunto que pertencia de forma exclusiva à esfera familiar (Marques, 2009, p. 56). A própria lei portuguesa, durante bastante tempo, não ousava regulamentar a esfera privada da família e as poucas vezes que interferiu, fê-lo adotando atitudes diferenciadoras no tratamento entre os sexos, promovendo a desigualdade que se ia transformando, paulatinamente, em graves injustiças (Duarte, s/d, p. 8).

A violência praticada contra as mulheres era socialmente aceite como uma forma de obediência a que estavam sujeitas por força do casamento ou de filiação (Ibidem, p.13). No mesmo sentido, qualquer ato de violência que fosse cometido sobre as mulheres não era considerado como uma atitude de excesso, por parte do homem, uma vez que, por força da lei, à mulher incumbia o dever de obedecer (Marques, 2009, p. 56).

Atente-se como o Código Civil de 1867, (no seu artigo 1185º), obrigava a mulher ao dever de obediência ao seu marido, a quem competia dirigi-la. Ainda, cem anos passados, o Código Civil de 1966 (e até à reforma de 1977), conservava a subalternidade das mulheres em relação aos respetivos maridos, o mesmo acontecendo com o Código Penal que até então

vigorava, legitimando socialmente o exercício de poder masculino, nomeadamente ao diferenciar legalmente o adultério do marido e o da mulher (Ibidem, p. 57).

Os quarenta e oito anos de ditadura, e um feminismo fragilizado pelo contexto social e político (que o remeteu durante anos para a clandestinidade) justificam que apenas em 1982, com a publicação do “Novo Código Penal” se vem finalmente criminalizar a violência no seio da família, importante conquista tendo em conta que durante milénios foi uma pratica não apenas tolerada mas completamente fora da esfera do Estado (Duarte, 2011, p. 2).

Simultaneamente, na Assembleia Geral das Nações Unidas, este era então um tema preocupante e merecedor de total atenção. Na Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para a Mulher, realizada em Copenhaga em 1980, foi levantada a questão da violência doméstica (Ibidem).

No Sexto Congresso da ONU centrado na Prevenção Criminal e o Tratamento de Agressores, em 1985, ficou aprovada a Resolução 40/36, específica sobre violência doméstica (Ibidem).

Ainda, na mesma década, em 1989, diversas associações europeias se envolveram no *European Forum for Victim Services*, com o objetivo de estimular e promover distintas respostas de apoio às vítimas de crimes (Ibidem).

Em Portugal mediante a publicação da Lei n.º 61/91 de 13 de Agosto, o processo evoluiu no sentido de melhor garantir a proteção adequada às mulheres vítimas de violência, reforçando os mecanismos de proteção legal (Ibidem). Posteriormente, as Leis n.º 31/99 e n.º 129/99 regulamentaram a proteção às mulheres vítimas de violência, bem como a indemnização às vítimas de violência conjugal. Ainda no mesmo ano, em 15 de Julho, foi aprovado o I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99) e, através da Lei 107/99 (posteriormente revogada pela Lei 112/2009 de 16 de Setembro), estabelecido o regime jurídico aplicável à violência domestica, se regulará a criação “da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência” (CIG, cit. por Pinto, 2009).

Assinale-se ainda que, a revisão feita ao Código Penal pela Lei n.º 48/95 de 15 de Março, assume taxativamente os maus-tratos conjugais como crime semipúblico (Ibidem), passível de punição, incluindo os maus-tratos psíquicos e passando a considerar como agente do crime não só o marido, mas também as pessoas equiparadas ao cônjuge.

Ainda, a alteração ao Código Penal introduzida pela Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro vem reforçar, de acordo com Marques (2009, p. 58), o entendimento do crime como “semipúblico mitigado”, assim legitimando o Ministério Público a iniciar o procedimento administrativo sempre que esteja em causa o interesse da vítima e que até à dedução da acusação a vítima não se oponha. Também na mesma lei, (Lei 65/98 de 2 de Setembro), a constatação de malvadez e egoísmo entre cônjuges ou indivíduos que vivam em união de facto, é condição para o reconhecimento de crime de violência doméstica (Andrade, 2012).

Com a Lei n.º 7/2000 de 7 de Maio o regime penal volta a ser modificado, mais uma vez reforçando as medidas de proteção a vítimas de violência doméstica, e a natureza pública do crime (Marques, 2009, p. 58). A denúncia de qualquer situação identificada, às autoridades competentes, por parte da comunidade e, como indica o artigo 386º, por parte das entidades policiais e funcionários civis (Ibidem, p. 59), passa a ser obrigatória, sendo que a abertura do processo deixa de exigir queixa por parte da vítima, bem como não se extingue por desistência da mesma. Este entendimento vem a ser mais tarde reforçado pela Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro, que vem consagrar a violência doméstica como crime autónomo, agravando o limite mínimo da pena, no caso de ser praticada na presença de menores ou no domicílio da vítima (Rocha, Lalande, Caldeira, Sousa, Palos e Soares, 2010).

Também, ainda no ano 2000, com o Decreto-Lei n.º 323/2000 que regulamenta a lei 107/99, são ditadas formas de ação para a criação e funcionamento das “casas de apoio” e “centros de atendimento a vítimas de violência” (Pinto, 2009) e, em 2003 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003 de 7 de Julho, aprovará o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica, em vigor até o ano 2006 (Marques, 2009, p. 41).

Em 2007 o artigo 152º do Código Penal sofre alterações na sua “previsão legal, compreendendo, de forma genérica a violência sobre as mulheres, as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência, que coabitem ou não com o agressor, podendo este ser cônjuge ou com condições análogas (uniões de facto), ou progenitor de descendente comum e pessoas de outro ou do mesmo sexo” (Marques, 2009, p. 59). Com as alterações ao artigo anteriormente mencionado, o legislador pretende que a violência doméstica seja considerada crime ainda que os maus-tratos tenham sido infligidos “...de modo reiterado, ou não...”, incluindo, também os “maus-tratos psíquicos, os castigos corporais, as privações de liberdade e as ofensas sexuais”



(n.º1, artigo 152.º do Código Penal). Em suma, o artigo 152.º do Código Penal passa a considerar como agressor “Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) ao cônjuge ou ex-cônjuge; b) a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; c) o progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou d) a pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

O ano de 2007 fica também marcado pela Resolução da Assembleia da República (n.º 17/2007 de 16 de Abril) que reúne um conjunto de recomendações aceites por Portugal no âmbito da Campanha Europeia Parlaentos Europeus na Luta Contra a Violência Doméstica (Rocha, Lalanda, Caldeira, Sousa, Palos e Soares, 2010).

Em 2009, a Lei n.º 104/2009 de 14 de Setembro que estabelece o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, e pretende garantir os meios necessários às vítimas que tenham sofrido danos graves para a saúde física ou mental, diretamente resultantes de atos de violência (art.º2, n.º1) e que, devido a esse motivo, adquiram uma incapacidade permanente e percam de forma notória, qualidade de vida (Ibidem).

Ainda em 2009, após um debate parlamentar prolongado sobre distintas Propostas de Lei, foi publicada a Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro, que veio unificar o acervo normativo relativo à violência doméstica, estabelecendo o Regime Jurídico aplicável à prevenção da Violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e revoga a lei n.º 107/99 de 3 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro. O Regime Jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, e configura o estatuto da vítima no âmbito da violência doméstica desde que é apresentada a denúncia (artigo 14.º) (Rocha, Lalanda, Caldeira, Sousa, Palos e Soares, 2010). Consagra um quadro normativo de direitos e deveres, não apenas no âmbito jurídico, reconhecendo a necessidade de uma

resposta integrada, tanto ao nível laboral como social e de acesso aos cuidados de saúde de forma adequada<sup>9</sup>.

Assim, com a apresentação de uma denúncia da prática de crime de violência doméstica, é atribuído de forma imediata, o estatuto de vítima, implicando um conjunto de direitos que lhe assistem (como o direito à informação, à audição e à apresentação de provas, direito à proteção, direito à indemnização e a restituição de bens, entre outros) (Canço e Santos, 2011). A lei supra referida desencadeia, de igual forma, a possibilidade de recurso por parte dos tribunais, a instrumentos essenciais à proteção das vítimas do crime de violência doméstica, nomeadamente meios técnicos de teleassistência e de controlo à distância (Portaria n.º 220-A/2010, de 16 de Abril) (Ibidem), ao encontro da necessidade imediata das vítimas, que após a denúncia contra o agressor, pretendem alcançar a segurança<sup>10</sup>.

Ainda no mesmo diploma existem mecanismos de tutela social tais como a transferência do pedido do trabalhador, o regime de faltas, o apoio ao arrendamento, entre outros (Santos, 2012).

A Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro institui, ainda, a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, a qual é constituída pelo organismo da Administração Pública responsável pela área da cidadania e da igualdade de género, as Casas Abrigo<sup>11</sup>, os centros de atendimento especializado.

A Lei n.º 112/2009 consagra, ainda, diversas respostas na vertente jurídico-legal, orientadas para a proteção integral da vítima, salientando a consagração da natureza urgente dos processos relativos à violência doméstica. Esta lei prevê a adoção de medidas urgentes de proteção, aplicáveis nas 48 horas seguintes ao crime, assim como a clara consagração da proteção da vítima e das testemunhas no âmbito da recolha de meios e de prova e no âmbito da audiência e de discussão e julgamento, promovendo o recurso à videoconferência e à

---

<sup>9</sup> O Decreto-Lei n.º 173/2003 de 1 de Agosto, com as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 201/2007 de 24 de Maio, abrangerá na isenção de pagamento de taxas moderadoras, as vítimas de violência doméstica desde que declarem perante os técnicos da área da saúde, ser vítimas de maus-tratos e que os sintomas ou lesões comprovem essa situação.

<sup>10</sup> Contudo de acordo com os dados do Ministério Público, entre 1998 e 2006, em 95% dos casos de violência doméstica apenas foi aplicado ao cônjuge a medida de coação de termo e identidade e residência, o que não confere à vítima nenhum tipo de proteção, uma vez que o agressor retorna ao local onde pratica o crime (Andrade, 2012).

<sup>11</sup> O Decreto Regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro, assumirá um conjunto de normas técnicas com o objetivo de promover uma maior uniformidade ao nível da organização, funcionamento e fiscalização das casas abrigo (Santos, 2012).

teleconferência (Ibidem). Prevê ainda, em situações em que haja perigo de sequência da atividade criminosa ou se tal se mostrar imprescindível à proteção da vítima, a eventualidade de detenção fora de flagrante, quer mediante mandado do juiz ou do Ministério Público quer por iniciativa das autoridades policiais (Ibidem).

No ano de 2013 o Código Penal é novamente alvo de alterações, nomeadamente às alíneas b) e d) do artigo 152. Através da alteração à alínea b) o legislador pretendeu alargar a possibilidade de ser considerado o crime de violência doméstica, não só nas “relações análogas à dos cônjuges” mas também nas relações de namoro. A alteração à alínea d) permitiu ao legislador alterar a frase acrescentando, na mesma, a palavra “nomeadamente”, assim abrindo a possibilidade de enquadramento de situações taxativamente enquadráveis como outras não descritas explicitamente.

Para além de Diplomas Legais específicos, existem ainda, quer na Constituição Portuguesa quer no Código Penal, artigos que constituem disposições legais no âmbito da violência conjugal, tal como os artigos 9º, 13º, 20º, 25º e 36º da Constituição e, os artigos 143º, 152º e 200º do Código Penal Português (Pinto, 2009). Esta circunstância permite que, situações de enquadramento legal específico dúbio possam encontrar aqui enquadramento<sup>12</sup>.

Paralelamente, outros instrumentos oficiais traduzem a preocupação política em relação à violência contra as mulheres. Os quatro Planos Nacionais contra a Violência Doméstica, aprovados consecutivamente, têm duração de um triénio e respondem à necessidade de uma política global e nacional que integre todas as medidas, por forma a combater de forma mais eficiente a violência doméstica.

Constata-se que, no decorrer dos últimos vinte anos, tem sido possível alcançar vitórias políticas determinantes na área da violência doméstica, tendo o Estado legitimado, legislado e cumprido com políticas que protegem e fortalecem o poder das mulheres em situação de violência doméstica (Ibidem).

A mudança das mentalidades, não obstante o peso das fronteiras da privacidade familiar- amplo obstáculo à intervenção sobre a problemática da violência conjugal, gera-se na

---

<sup>12</sup> As vítimas de violência doméstica e conjugal são muitas vezes ameaçadas e privadas da sua liberdade individual, ficando como que sequestradas nas suas próprias habitações. Não sendo específico para as situações de violência doméstica os artigos do Código Penal 153º (Ameaça) e 158º (Sequestro) podem ser aplicados neste domínio, uma vez que há um atentado contra a vida, a integridade física a liberdade pessoal, a liberdade e a autodeterminação sexual (Marques, 2009, p. 60).

tensão entre duas tendências; por um lado a linha descriminalizadora que assenta no paradigma liberal de intervenção mínima e de preservação da liberdade de decisão e da intimidade privada, por outro, acompanhando as transformações culturais, o peso das reivindicações e dos movimentos feministas<sup>13</sup> que enformam a tendência generalizada no sentido da denúncia da não punibilidade dos crimes sexuais e a penalização desses atos tradicionalmente tolerados ou ocultados, resquícios de um sistema penal patriarcal cujo regime jurídico é determinado em prol dos homens e no qual as mulheres foram as principais vítimas (Duarte, s/d, p. 10).

Neste processo de rompimento das fronteiras do mundo privado e de transformação do problema pessoal da violência conjugal num problema social, a subsequente tendência para a criminalização da violência conjugal assume importância capital. Tender para a criminalização é fomentar o alargamento do espaço coberto pelo sistema formal de controlo social (Ibidem, p. 11).

Apesar de toda esta evolução, o certo é que o facto de a violência conjugal ser considerada um crime público não incrementou, como era esperado, o aumento das denúncias, por parte da sociedade civil, nem retirou à vítima a responsabilidade num processo criminal, que continua a primar pela morosidade. Se é possível combater o medo da formalização da queixa não é possível combater o medo de testemunhar as agressões, nem minorar as pressões, tanto sociais como do cônjuge, para que o silêncio se imponha (Ibidem, p. 11).

Fazer uma denúncia (seja vítima de violência ou seja um terceiro) requer a certeza da existência de condições de proteção, segurança e apoio para a vítima e, quando a situação leva à prisão do agressor, a certeza de que este será acompanhado por programas específicos para agressores, por forma a evitar represálias. O sistema judicial deve ser capaz de intervir e dispor de medidas legais adequadas e eficazes, no quadro da violência doméstica (Ibidem, p. 12).

Ao nível jurídico verifica-se uma grande disparidade entre a aplicação da lei e as situações que de facto ocorrem. A legislação que condena o agressor e que protege as vítimas comporta três lacunas nomeadamente, a morosidade, a inadequação e uma fraca aplicabilidade, explicada, ou pela ausência de testemunhas da agressão, ou pela ausência de provas, uma vez que é requerido o flagrante delito, ou mesmo o medo, da vítima e de testemunhas, em fazer

---

<sup>13</sup> De acordo com as feministas os maus tratos às mulheres permanecem ignorados pelo sistema de justiça criminal e social. O mito tomando lei que permitia o homem a agredir a mulher ainda nos dias de hoje permanece e influi a intervenção da justiça. Neste sentido, a violência consiste numa forma de preservação do status quo que exerce a função de controlo e surge como manifestação do exercício simbólico do poder.

participação. Os serviços que estão capacitados para apoiar as vítimas de violência conjugal não se encontram ajustados para dar respostas proactivas de forma eficaz e, desta forma, se o sistema de justiça criminal e o serviço social não possui capacidade de resposta adequada, o mais presumível é a vítima regressar à relação violenta; a um desconhecimento da violência conjugal, enquanto realidade legislativa, sendo normal agir como se a violência, em vez de ato criminoso e público, perpetrando uma violação dos direitos fundamentais à integridade física e psíquica, apenas fosse um problema de foro íntimo da família (Ibidem, p. 12).

De acordo com Duarte (s/d, p. 12) podemos procurar explicar a violência conjugal nos fatores internos da família, nas características e histórias pessoais dos seus membros, nas relações de género ou nos fatores de ordem estrutural e ideológica em que se enquadra a realidade familiar, contudo tentar compreender a permanência da violência conjugal nas sociedades modernas, obriga-nos a compreender que a violência entre cônjuges, no seio familiar, é algo sigilosamente bem guardado pela instituição matrimónio, que perpetua estereótipos de género, uma socialização diferencial entre homens e mulheres e questões de poder que particularmente se deve: a um vazio, não legislativo, mas de ação política.

De certa forma, explicado, pelo facto de as mudanças que se constataram na lei não terem sido externalizadas/internalizadas ao nível do senso-comum, verificando-se uma discrepância entre a forma da lei (que concebe a igualdade de género) e a realidade concreta em que muitas vítimas, maioritariamente mulheres, vivem. O peso da tradição e dos imperativos de ordem sociocultural, pese embora as mudanças da lei, é perpetuado pelas mulheres, que ao não usufruírem dos direitos que lhes são permitidos, se resignam com situações de injustiça, o que leva a encarar a violência conjugal como algo normal tradicional e socialmente legitimado na relação entre os cônjuges (Duarte, s/d, p. 12).

O facto de se ter tornado o crime de violência conjugal público não significou o fim deste pacto de silêncio, nem para as vítimas nem para as que continuam emaranhadas no ciclo da violência conjugal, e muito menos parece intimidar os perpetradores que têm aliados poderosos como a mentalidade machista, o servilismo da mulher, a vergonha, o medo e legislação permissiva, reflexos de uma sociedade cujos estereótipos sexuais, as condições de vida e os espaços de poder determinam normas que interferem na capacidade de autonomia. Um

conjunto de obstáculos profundos à concretização dos objetivos de igualdade, liberdade e dignidade (Ibidem, p. 13).

Quer em Portugal quer em outros países da Europa foi possível identificar necessidades já há muito detetadas, em relação às quais as leis existentes não tiveram, até ao momento, real eficácia. Um dos exemplos desta falta de eficácia foi apontado a Portugal e prende-se com o afastamento do agressor da habitação familiar. Em Portugal é habitual ser a vítima a deixar a habitação. Frequentemente, este tipo de problema não se encontra relacionado com a inexistência de disposições legais, mas antes com a forma como a legislação é (ou não é) tornada acessível àqueles diretamente interessados. Outros obstáculos foram assinalados a Portugal, nomeadamente em relação às diversas interpretações referentes ao direito da polícia de intervir no espaço privado e às dificuldades na recolha de provas e depoimentos para processos judiciais e falta de uniformidade em relação ao nível de prova necessário para estabelecer a existência e maus-tratos (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 17).

Afonso (2010) destaca também alguns constrangimentos sentidos ao nível da aplicação da lei, nomeadamente. A morosidade das decisões judiciais que faz com que sejam desajustadas à situação das pessoas que delas necessitam<sup>14</sup>. Outro constrangimento assinalado por Afonso (2010) centra-se na falta de articulação das decisões judiciais quando no âmbito dos processos-crime são decretadas medidas de proteção para a mulher e para os filhos e os processos de jurisdição de menores tomam decisões que comprometem seriamente a segurança das vítimas, a estabilidade e o desenvolvimento dos menores e, consequentemente, o seu projeto de vida. O terceiro constrangimento remete para o direito de representação, Afonso (2010) defende que é necessário que seja assegurado o direito à vítima de representação, tendo em conta a sua vulnerabilidade. Atualmente a concretização do direito de representação de uma vítima de violência doméstica, que não possa constituir advogado, por falta de recursos é morosa, ao contrário do que acontece com o agressor que, quando constituído arguido no processo penal lhe é sempre nomeado um advogado. O quarto constrangimento indicado por Afonso (2010) centra-se no ónus da prova que se traduz num poder/dever que fica à responsabilidade da vítima de violência doméstica, dificultando dessa forma o seu processo de

---

<sup>14</sup> Constituinte normalmente um problema prático de redefinição do projeto de vida da mulher que tantas vezes passa pela integração da mulher e dos seus descendentes em Casa de Abrigo, quando este deveria ser o seu último recurso a esgotar.

autonomização e efetivação de direitos. O quinto constrangimento prende-se com a duração do processo, que apesar dos processos de violência doméstica terem carácter urgente na prática a justiça é morosa. A morosidade das decisões judiciais faz com que as mesmas sejam inevitavelmente desadequadas ao caso concreto, pois, a vida das pessoas não se compadece com a longa espera pelas decisões judiciais. Torna-se importante fazer referência ao facto de que no decorrer do processo-crime não serem tomadas medidas de coação protectionistas para a vítima de violência doméstica que garantam a sua segurança.

## **6- As CASAS ABRIGO como resposta específica para o problema [das mulheres vítimas de violência doméstica]**

### **6.1. Conceito; Enquadramento legal específico**

No presente capítulo serão tanto utilizados os termos “refúgio” ou “Casa Abrigo” para descrever as casas de apoio que acolhem mulheres vítimas de violência doméstica. O termo “refúgio” é tendencialmente utilizado nos países Europeus que falam inglês para definir um alojamento seguro para mulheres que tenham sofrido violência no espaço doméstico. Em Portugal também se encontra este conceito no enquadramento legal das designadas Casas Abrigo (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

A violência doméstica que ocorre no seio familiar e nas relações íntimas é a principal causadora dos abusos físicos e psicológicos contra as mulheres e as crianças. Devido às condições socioeconómicas que predominam na nossa sociedade, as mulheres e as crianças vítimas de violência, provocada por um membro das suas famílias, são obrigadas a abandonar as suas habitações para fugir à violência e salvar as suas vidas, procurando proteção e segurança. A grande maioria procura apoio junto dos refúgios para mulheres. Os refúgios são a solução institucional no compromisso ao combate da violência contra as mulheres. Desde a abertura dos primeiros refúgios, no início da década de 70, que têm desempenhado um papel relevante no desenvolvimento social, não apenas por serem espaços seguros para as mulheres, mas também por promoverem a igualdade de direitos e oportunidades entre géneros e por reforçarem o direito fundamental à integridade física, emocional e psicológica (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Na Europa a violência contra as mulheres infligida pelos homens, do ponto de vista social, foi abordada como assunto tabu até ao início dos anos setenta<sup>15</sup>. Nos anos setenta, nos países como a Dinamarca, Irlanda e Escócia, surgem as primeiras Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, refletindo a estreita relação entre os movimentos feministas e a disponibilização de respostas de alojamento em Casas Abrigo (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 22). Também em 1972 surge em Londres o primeiro refúgio para as mulheres.

---

<sup>15</sup> E até aos anos noventa na Europa de Leste.



Existem atualmente na Europa 1500 refúgios para mulheres. No entanto, em muitos países europeus, especificamente em países da Europa do Sul e de Leste, continuam a faltar refúgios para mulheres que disponibilizem proteção às mulheres vítimas de violência. Torna-se importante referir que em 1986 a Comissão do Parlamento Europeu para os Direitos das Mulheres e Igualdade de Oportunidades declarou que deve haver um refúgio por cada 10 000 habitantes. A abertura de um refúgio é um investimento exigente que ultrapassa a mera resposta ao nível do alojamento. É imprescindível para a intervenção nos refúgios capacitar as mulheres através do *empowerment*, no sentido de virem a conquistar uma vida independente, autodeterminada e livre de violência (Ibidem).

Em Portugal o investimento em Casas Abrigo ficou marcado pelos abrigos que surgiram antes da revolução de 1974 e, posteriormente a esta data, numa altura em que o tema da violência familiar já tinha emergido na sociedade portuguesa como um problema social que não podia ser ignorado (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 4). Os primeiros abrigos, apesar de não serem específicos para a problemática, eram fundamentalmente geridos por instituições de cariz religioso que acolhiam mães solteiras, mulheres em risco e prostitutas (Ibidem, p. 23).

A partir dos anos noventa, com a maior consciencialização para esta problemática, muitas instituições iniciaram um trabalho específico nesta área, apesar da profissionalização dos serviços nem sempre acompanhar a preocupação com o tema, continuando a existir, na grande maioria, uma lógica de suporte paternalista (Ibidem, p. 27).

A década de noventa marca definitivamente, as Casas Abrigo em Portugal, correspondendo a um atraso de cerca de duas décadas comparativamente com a realidade Europeia. A conjuntura política e social nacionais e particularmente a implementação dos Programas Nacionais e de outra legislação diretamente destinada a resolver problemas no domínio da violência doméstica e a identificar as necessidades de prestação de apoio nesta área (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 23). “ (...) Fundamentam este atraso. Sendo que dois terços das 16 Casas Abrigo estudadas abriram depois de 2000 (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 20). Importante também é cruzar esta realidade com alguns marcos legislativos que rodearam esta data (nomeadamente a aprovação, em 1999, do I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, seguida pela aprovação de uma lei específica (Lei 107/99) que estabeleceu a “rede pública de Casas Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica”. A visibilidade pública da violência

doméstica foi também reforçada quando, em 2000, a alteração ao Código Penal fez determinar que a violência doméstica se tornasse crime público. A nova vaga de Casas Abrigo está claramente relacionada com esta recente evolução do debate público e das novas possibilidades de intervenção tornadas disponíveis. Não obstante, as Casas Abrigo que primeiro desenvolveram intervenção específica nesta área remontam a 1995, o que constitui um bom indicador da breve história do programa de prestação de serviços de apoio na área da violência doméstica em Portugal” (Baptista, Silva e Nunes, 2004, p. 23).

Em 1999 foi criada em Portugal uma Rede Pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência (Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro) (CIG, 2009). A lei n.º 107/99 de 3 de Agosto estabeleceu o quadro geral da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, impondo ao Estado a responsabilidade de assegurar a criação, instalação, funcionamento e manutenção da rede. De acordo com este diploma esta rede deveria estar presente em todo o território nacional, sendo que cada distrito no continente e nas regiões autónomas deveria existir uma casa de apoio (Meireles, 2012). O Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, procedeu à sua regulamentação, tendo permitido uma avaliação mais justa e realista dos pontos fortes e fracos daqueles diplomas (Pinto, 2009).

Subsequentemente, o decreto-regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro introduziu um conjunto de normas técnicas cujo objetivo era conferir maior uniformidade no ordenamento legal referente às Casas Abrigo, prevenindo as condições mínimas de abertura e de funcionamento, assim como a qualidade dos serviços prestados às mulheres vítimas de violência doméstica (Correia, 2012).

O II Plano Nacional contra a Violência Doméstica, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de Julho, em sede de Capítulo IV – Proteção da Vítima e Integração social – alude para a “Elaboração de um regulamento interno das Casas Abrigo, acautelando a qualidade dos serviços prestados, as condições de abertura, de funcionamento e de fiscalização” (II Plano Nacional contra a violência doméstica, 2003-2006). Começa, então, a existir a profissionalização dos serviços, assim como a sua especialização, através da introdução de um conjunto de normas técnicas cujo objetivo é conferir maior uniformidade na sua aplicação

acautelando as condições mínimas de abertura e funcionamento das Casas Abrigo para além de zelar pela qualidade dos serviços prestados às vítimas de violência (Pinto, 2009).

Atualmente o Decreto-lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro e o decreto-regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro, constituem-se como guias orientadores das Casas Abrigo (Correia, 2012).

Neste sentido as Casas Abrigo são “unidades residências”, gratuitas, destinadas a acolher mulheres vítimas de violência doméstica e os seus respetivos descendentes (artigo 2º e artigo 5º). O alojamento nestas casas consiste no apoio residencial e compreende a prestação de serviços básicos (como alimentação, higiene, proteção e segurança) às vítimas de violência e aos seus respetivos filhos menores, por um período de tempo determinado (artigo 6º).

Conforme já atrás foi referido, com a disponibilização destas casas, pretende-se não só garantir às mulheres vítimas e aos seus filhos maior proteção e salvaguarda, como também, criar com estas mulheres um projeto de vida que as capacite e ative com um conjunto de competências que lhes permitam, aquando da saída da casa, conseguir estruturar uma vida melhor (artigo 4º). Este projeto é elaborado com a vítima, por uma equipa técnica multidisciplinar capaz de garantir a maior qualidade nos serviços e proporcionar uma intervenção alargada e integrada, trabalhando com a mulher as diferentes áreas da sua vida, sendo o apoio prestado pelos técnicos de âmbito social, psicológico, educacional, profissional e jurídico (artigo 7º). Cabe a esta equipa técnica acompanhar enquanto a vítima permanecer na casa, todo o processo relativo ao projeto de intervenção traçado, monitorizando e avaliando periodicamente o plano individual elaborado. Também compete à equipa técnica o encaminhamento das vítimas de acordo com as necessidades identificadas e tendo em vista a sua plena inserção profissional e social (artigo 16º).

A admissão nestas casas exige, por parte da instituição que teve o primeiro contato com a vítima, a elaboração de um diagnóstico que posteriormente será avaliado pelas técnicas da Casa de Abrigo para ser aferido o grau de perigosidade que a vítima corre. Estas casas também acolhem mulheres em situação de emergência, mediante encaminhamento das forças de segurança e por um período máximo de setenta e duas horas (artigo 8º).

A estada nas Casas Abrigo tem caráter transitório, evitando ser superior a seis meses. Contudo, e dependendo de como decorre o projeto de vida elaborado com a vítima e a equipa técnica, este período pode ser prorrogado (artigo 9º).

A cessação da permanência em Casa de Abrigo dá-se quando a intervenção capacitou a mulher vítima a ponto de ela ser capaz de se reinserir novamente na sociedade; quando terminou o prazo; quando a mulher exprime vontade de abandonar a casa ou quando as regras da casa não foram devidamente cumpridas (artigo 10º).

As Casas Abrigo devem trabalhar de forma conjunta com outras instituições para garantir a melhor qualidade de serviços para as suas utentes (artigo 19º), sendo que as instituições que colaboram com estas casas ficam obrigadas ao dever da confidencialidade (artigo 21º).

Quer a construção quer o funcionamento destas Casas Abrigo são financiados pelo Estado sendo que a fiscalização cabe ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (artigos 22º e 24º).

As Casas Abrigo encontram-se organizadas em unidades que promovem uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade. Possuem regulamentos internos próprios, previamente aprovados pelos membros do governo responsáveis pelas pastas da Cidadania e da Igualdade de Género e do Trabalho e da Segurança Social, que devem obrigatoriamente ser dados a conhecer às utentes aquando a sua integração e devem ser subscritos pelas mesmas (Lei n.º 112/2009).

Os refúgios continuam a manifestar-se necessários para proteger a vítima. Apesar de haver legislação importante de proteção contra as mulheres vítimas de violência, esta não pode ser assumida como um substituto dos refúgios. É importante ter em conta que as mulheres que correm um grande perigo necessitam de alojamento seguro durante o processo de separação uma vez que a lei não tem capacidade de disponibilizar total proteção contra a violência (Applet, Kaselitz, Logar, 2004).

Os refúgios preparados para acolher as mulheres vítimas de violência doméstica são locais que disponibilizam apoio orientado para as suas necessidades específicas e devem ter como critérios mais importantes a proteção e a segurança das vítimas. Estas instituições devem estar orientadas para a promoção do *empowerment* das vítimas e devem assumir como

compromisso a defesa dos direitos das mulheres. São instituições que defendem a libertação das mulheres das suas relações violentas e, a emancipação do controlo dos homens quer elas optem por permanecer com os seus companheiros ou quer elas os deixem. O objetivo dos técnicos que trabalham nos refúgios é terminar com a violência, independentemente da mulher terminar ou não com a relação violenta (Ibidem).

No refúgio as mulheres recebem o apoio necessário que lhes permite lidar com experiências traumáticas, recuperar a autoestima e criar as bases para uma vida independente, consoante as escolhas particulares de cada uma (Applet, Kaselitz, Logar, 2004). Estas Casas têm como finalidade concretizar os seguintes objetivos: acolher, temporariamente, as utilizadoras e seus descendentes, tendo em vista a proteção da sua integridade física e psicológica; proporcionar às mulheres vítimas e aos seus desentendentes as condições necessárias à sua educação, saúde e bem-estar integral, num ambiente que se espera tranquilo e seguro; promover a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais das utilizadoras; e ainda proporcionar, através dos mecanismos adequados, a reorganização das suas vidas, visando a respetiva reinserção familiar, social e profissional (CIG, 2009).

Atualmente existem em Portugal 37 Casas Abrigo com 632 mulheres. Não há recursos para criar novas casas logo, o que a Segurança Social tem optado por fazer é substituir esta opção pelo alojamento em pensões. A consequência é que muitas mulheres acabam por abandoná-las e voltar para a sua casa, o que se tem demonstrado como alternativa pouco capaz, chegando as mulheres, a abandonarem as pensões muitas vezes. As Casas Abrigo continuam a ser insuficientes (Comissão de Mulheres do MAS, 2012). Estas casas encontram-se distribuídas pelo território continental e pelas regiões autónomas dos Açores e Madeira em rede, com uma forte implementação na faixa litoral e áreas urbanizadas do país (Estorninho, 2006).

Estas casas podem diferenciar-se em termos da sua dimensão, orientação (laica ou religiosa), localização e em termos da sua especificidade ou não para situações de violência conjugal (Pinto, 2009).

## **6.2. Constrangimentos**

Segundo Baptista (coord.), Silva e Nunes (2004, p. 36) as Casas Abrigo possuem algumas limitações que passarei a enunciar. Nos países como Dinamarca, França, Irlanda e Portugal não

existe qualquer tipo de formação específica em violência doméstica para profissionais e outros trabalhadores das Casas Abrigo, não existe qualquer programa de formação a ser desenvolvido pelas Casas Abrigo para as suas equipas, apenas se encontra disponível formação sobre violência doméstica a partir de uma série de fontes diferentes às quais as equipas das Casas Abrigo têm acesso.

Outra limitação apontada pelos autores Baptista (coord.), Silva e Nunes (2004, p. 38) prende-se com o facto de não haver um acompanhamento posterior, devido a limitações financeiras, às vítimas de violência doméstica que saem das Casas Abrigo após findar o prazo aí estipulado para implementação do projeto de vida elaborado. O trabalho que é elaborado, em maior ou menor extensão, após a saída da vítima da Casa Abrigo merecia por parte das equipas técnicas um aperfeiçoamento, o que evitaria, certamente, alguns casos de retorno à Casa Abrigo nomeadamente auxiliar as mulheres e os seus descendentes na sua transição da Casa Abrigo para uma vida independente é fundamental pois esta é uma fase decisiva do processo de reconquista de autonomia. Contudo, são muito poucas as Casas Abrigo que possuem fundos suficientes para investir no trabalho de acompanhamento posterior. Outra limitação identificada, também sentida em Portugal, prende-se com problemas de realojamento e de emprego das vítimas. Estes problemas são obstáculos que as mulheres têm muitas vezes que defrontar por forma a conseguir passar do alojamento temporário para uma vida autónoma.

Baptista (coord.), Silva e Nunes (2004, p. 39) apontam como constrangimento os problemas ao nível da lotação (há uma insuficiência de locais disponíveis) e da cobertura insuficiente do território (a distribuição geográfica revela frequentemente a existência de grandes lacunas na disponibilidade de serviços, particularmente em áreas rurais mais remotas). Os problemas de financiamento são também tidos como um constrangimento, não só ao nível da insuficiência de recursos, como também ao nível do financiamento inadequado. Este problema acarreta consequências diretas no trabalho desenvolvido, quer no que concerne ao nível da cobertura em termos do número de funcionários, como também na sobrecarga que representa para os serviços, uma vez que têm de se empenhar de forma ativa na garantia de financiamento oriundo de outras fontes, o que ocupa bastante tempo (Ibidem, p. 39).

Uma outra limitação apontada prende-se com questões relativas à atitude da sociedade face à violência doméstica. Esta realidade pode dificultar o objetivo final das Casas Abrigo que

pretendem eliminar a violência contra as mulheres na sociedade (Baptista (coord.), Silva e Nunes, 2004, p. 39). “Muitas Casas Abrigo têm presente de forma clara que o seu objetivo fundamental é a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. Contudo, debatem-se com o dilema constante entre, por um lado, a tentativa de equilibrar de forma eficiente os recursos insuficientes e a prestação direta de serviços, e, por outro, o processo intangível e a longo prazo de contribuir para a mudança social.” (Morton, 2004, p. 32, cit. por Baptista (coord.), Silva e Nunes, 2004, p. 40).

Atualmente as Casas Abrigo apenas se limitam a elaborar avaliações orientadas para o financiamento, ficando de parte as avaliações de resultados externos e sistematizados (Ibidem, p. 40). A avaliação dos serviços prestados nas Casas Abrigo deveria ser uma prioridade.

Baptista (s/d) apresentou numa conferência os resultados da investigação desenvolvida no âmbito do projeto "*Violência: trajetórias institucionais de (re)inserção?*", coordenado pelo CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social, no âmbito do Programa Comunitário DAPHNE. Segundo a autora supra referida (s/d, p. 56) a qualidade das respostas das Casas Abrigo muito dificilmente corresponde às necessidades das vítimas ou à complexidade das situações e dos processos de violência doméstica que deram origem à institucionalização. As principais limitações ao funcionamento enquadram-se sobretudo na qualidade do trabalho de intervenção levado a cabo pelas equipas técnicas e não tanto ao nível da qualidade das infraestruturas físicas dos centros de acolhimento (Ibidem, p. 56). De acordo com a mesma autora (s/d, p. 56), assiste-se nas Casas Abrigo a um fraco investimento das organizações nos recursos humanos, particularmente no que se refere ao número diminuído de técnicos, à sobrecarga de trabalho do pessoal técnico, à quase total ausência de equipas técnicas e nalguns casos assiste-se à acumulação de funções e de responsabilidades das diferentes valências por parte da mesma pessoa. Baptista (s/d, p. 56), ainda, verificou a existência de problemas ao nível da orientação e da supervisão das práticas, assim como um défice ao nível da formação específica das equipas acabando por serem equipas pouco profissionalizadas. Este escasso investimento ao nível dos recursos humanos tem consequências diretas na ausência de espaços de diálogo com as mulheres e entre os próprios técnicos, na inexistência de qualquer tipo de avaliação do trabalho realizado e na ausência de metodologias de intervenção e de um planeamento das atividades de acordo com objetivos e metas específicas. Para além da

inexistência de uma avaliação do impacto sobre as mulheres e a sua passagem por esta nova etapa, constatou-se ainda que, após a saída das mulheres do centro de acolhimento não se efetua um trabalho de acompanhamento das vítimas do seu percurso posterior (Ibidem, p. 56).

Outra limitação identificada por Baptista (s/d, p. 56) nas Casas Abrigo é a ausência de um trabalho de intervenção junto dos filhos que acompanham as suas mães, vítimas de violência doméstica, na institucionalização.

Baptista (s/d, p. 57) reconheceu, ainda, outra limitação das Casas Abrigo que se prende com a falta de articulação entre as casas e outro tipo de respostas essenciais como sejam o emprego, a habitação, a saúde e que, em distintas etapas do percurso de vida das mulheres depois da situação de rutura, podem constituir-se fatores facilitadores ou bloqueadores de novas oportunidades de reinserção.

Na mesma investigação, Baptista (s/d, p. 58) ainda analisou o impacto da passagem ou da permanência das mulheres nas Casas Abrigo. A autora constatou, por um lado que para a grande maioria das mulheres vítimas a institucionalização constituiu uma última alternativa, ou seja, a única saída possível a uma situação que se tornou incontrolável e, noutros casos, mesmo ameaçadora da integridade pessoal da vítima e dos seus filhos.

De acordo com Baptista (s/d, p. 58) a saída da mulher da habitação para entrar num centro de acolhimento é vivida, de uma forma inicial, como um momento de libertação de um processo doloroso e que se tornara insustentável, mas também como uma perda, sendo vivida como uma fase de alguma incerteza face à perda de todo um conjunto de referências que, se algumas delas eram claramente negativas, outras pelo contrário constituíam recursos e experiências positivas que agora se quebram (perde-se a habitação e os pertences, os contactos familiares, de vizinhança ou outros, a atividade profissional, entre outros). Uma vez que a transição e entrada nas instituições de acolhimento encerram em si, de forma concomitante, risco e oportunidade, deve haver por parte das equipas técnicas um trabalho terapêutico sério e especialmente intensivo e focalizado na fase inicial do acolhimento, com o intuito de minimizar as perdas que a institucionalização acarreta e maximizar as suas potencialidades (Coutinho & Sani, 2010). No entender de Coutinho & Sani (2010), o essencial das preocupações interventivas nestas casas, não se devem centrar unicamente ao nível remediativo mas também, e sobretudo, ao nível preventivo. Quando as vítimas são acolhidas em Casa de Abrigo, grande



parte das vezes encontram-se completamente desorientadas, combatidas pela descontextualização que a integração lhes proporcionou, com um sentimento de perda de todas as referências e com apreensão face à nova realidade desconhecida a que se têm de adaptar. É nesta altura que se torna imprescindível o apoio e o acompanhamento da equipa técnica da Casa de Abrigo (Meireles, 2012). O trabalho multidisciplinar desenvolvido pela equipa das Casas Abrigo, numa lógica de intervenção integrada centrada no empowerment, contribui para a normalização das reações de acolhimento e integração desejadas dotando as vítimas de capacidades que lhes possibilitaram conseguir operar mudanças nas diversas áreas das suas vidas, minorando os efeitos decorrentes da exposição à violência contínua (Coutinho & Sani, 2010).

As Casas Abrigo pretendem parecer o mais possível com um ambiente familiar, por forma a minimizar o impacto da perda de todo um conjunto de referências que a vítima possui no contexto em que está inserida. Contudo, a adaptação a esta nova realidade nem sempre é fácil para as vítimas, uma vez que implica uma acomodação ao universo coletivo, onde cada vítima carrega consigo todo um conjunto de individualidades (Meireles, 2012). Quando integram numa Casa de Abrigo as vítimas procuram um local no qual se possam refugiar da violência exercida pelos seus companheiros. Esta integração nestas casas é, na maioria dos casos, a última alternativa que a vítima tem para fugir de uma situação de violência que se tornou intolerável (Batista, s/d, p. 58). No entanto, não chega criar um espaço de segurança para as vítimas, é indispensável trabalhar com elas todo um conjunto de competências e recursos pessoais, com vista a dotá-la de uma autonomia própria, que inviabilize o envolvimento da vítima em situações de risco e violência no futuro (Ibidem, p. 58).

O confronto com um ambiente totalmente diverso – Casa Abrigo – e com o qual muitas mulheres nunca haviam tido contacto ao longo do seu percurso de vida introduz a necessidade de adaptação a uma nova etapa ao mesmo tempo que a própria situação de rutura com a situação de violência e a perda de referências geográficas já haviam por si só constituído novas etapas de adaptação complexa. Para análise da adaptação devemos ter em conta não só as condicionantes objetivas, ou seja, ligadas a qualquer processo de rutura e institucionalização mas também devemos considerar outros aspetos de natureza subjetiva que marcaram as trajetórias destas mulheres. Uma das condicionantes será a forma como a mulher pensa e sente

a violência, neste contexto deparámo-nos com a esperança de que a sua situação se altere para melhor, sustentada pelos momentos de remorsos do agressor, a ideia de que o casamento é para toda a vida e a vergonha da separação, a ligação afetiva ao agressor, como também o medo de sofrer represálias caso fujam ou contem a alguém, alimentado pelas constantes ameaças de perseguição e até morte (Baptista, s/d, p. 58).

Para que a decisão de rutura da relação violenta seja definitiva não só é necessário a mulher querer sair da relação mas é, também, essencial criar condições para que a mulher rompa definitivamente com a violência e é ainda imprescindível um efetivo acompanhamento técnico, capaz de capacitar estas mulheres com ferramentas necessárias para não cair novamente nas malhas da violência (Ibidem, p. 58).

Baptista (s/d, p. 58) na sua investigação identificou em várias mulheres que entrevistou um sentimento de descontentamento e alguma desilusão, mas ao mesmo tempo o reconhecimento da possibilidade de se dispor de um local seguro. Nalgumas entrevistas, a autora constatou que as próprias regras de funcionamento ou a falta de articulação com outras respostas contribuem para um sentimento de dependência (particularmente, falta de soluções habitacionais ou de alternativa de emprego que não seja na própria instituição) relativamente à Casa Abrigo e à falta de perspetivas de futuro, e ao sentimento de que o principal apoio com que podem contar são elas próprias.

Segundo Peixoto (2002) as mulheres com uma situação precária, ao nível económico e profissional, e numa situação de grande dependência são aquelas que recorrem a este tipo de apoio. Infelizmente, a maior parte das vezes, estas mulheres não possuem retaguarda familiar, nem qualquer outro suporte social, sendo a Casa Abrigo a sua única opção para poderem abandonar uma relação violenta e reiniciar uma nova vida (Pinto, 2009).

A necessidade das Casas Abrigo surge, grande parte das vezes, como consequência do excessivo controlo exercido pelo agressor que provocam na mulher um isolamento familiar, social e profissional, obrigando à decisão de integração em Casa Abrigo como única saída ou opção para a vítima de violência doméstica (Pinto, 2009).

Quando uma mulher vítima de violência doméstica toma a decisão de romper com a relação violenta a sua primeira preocupação é a necessidade de arranjar um local seguro protegido de violência. É nesta altura que muitas vítimas recorrem aos serviços formais de apoio

uma vez que, não conseguem fazer face a todas as dificuldades implicadas na saída da relação (Macy, Nurius, Kernic, Holt, 2005, cit. por Meireles, 2012). Contudo, no nosso país a integração em Casa Abrigo não é um processo célere quanto os técnicos que trabalham nesta área desejariam que fosse. Os equipamentos existentes ainda não conseguem colmatar toda a procura requerida pelas vítimas e por vezes o período de espera após ser efetuado o pedido de integração torna-se um pouco demorado. Este período de espera pode ser muito difícil para a vítima gerir, uma vez que simultaneamente a toda a pressão e constrangimentos a que está sujeita na relação de violência, a expectativa de uma resposta ao seu pedido de ajuda cria-lhe bastante angústia e ansiedade (Meireles, 2012).

Desta forma, as Casas Abrigo devem ser o último recurso ao qual é necessário recorrer para garantir a proteção e a segurança da vida da mulher vítima de violência doméstica. Estes equipamentos não devem ser vistos como um recurso para todas as situações de violência doméstica, apenas devem ser utilizados em situações de risco/perigo. Nas situações nas quais a vítima se encontre em condições de fragilidade económica e/ou habitacional, devem ser encontradas outras respostas sociais alternativas, prevenindo o preenchimento de vagas desnecessárias e escassas (Silva, 2009; Magalhães, Castro, 2011).

De acordo com Coutinho & Sani (2010) deverão ser efetuados esforços no sentido de corrigir algumas falhas das Casas Abrigo que poderão estar na origem de práticas menos adequadas, designadamente, a escassez de formação sobre a violência doméstica, o isolamento profissional dos técnicos que impede a partilha de experiências, esclarecimento de dúvidas e melhoramento de intervenções, assim como a quase inexistente avaliação técnica das equipas.

Centrando-me, ainda, nos constrangimentos, Afonso (2010) destaca alguns constrangimentos sentidos na intervenção junto das vítimas de violência doméstica, alguns destes relacionados com a resposta dentro da Casa de Abrigo, outros são verificados no momento da saída da vítima de casa. O primeiro constrangimento assinalado prende-se com a morosidade das respostas aos pedidos de apoio social. Quando uma mulher vítima de violência doméstica opta por sair de casa e se encontra em situação de desproteção social, acolhida por familiares ou amigos temporariamente e sem condições, ou mesmo quando foi colocada em pensão, a demora na resposta ao pedido de apoio social impossibilita, na prática, a redefinição do projeto de vida dessa mulher. Logo, é indispensável que a resposta aos pedidos de apoio

social seja imediata e de compromisso. O segundo constrangimento centra-se no indeferimento de pedidos de apoio social. Quando sai de casa, a grande maioria das mulheres vítimas perde o acesso aos bens e ao dinheiro do casal, quer isto dizer, a vítima possui o dinheiro que trazia consigo no momento da saída da habitação e apenas acede novamente aos seus bens após um processo moroso na justiça. De acordo com Afonso (2010) os critérios de atribuição de apoios sociais deveriam ter em conta a situação específica da mulher vítima e dos seus descendentes e não o seu rendimento. O terceiro constrangimento indicado por Afonso (2010) centra-se na falta de acolhimentos temporários ou de emergência. A saída de casa por parte das mulheres vítimas é inevitavelmente um momento traumático e de enorme tensão, muitas vítimas precisam de alguns dias para se reorganizarem e poderem construir um novo projeto de vida que passa, demasiadas vezes, pela integração da mulher e do seu filho em Casa de Abrigo. Esta resposta deveria ser o último recurso a esgotar, uma vez que muitas mulheres poderiam continuar na sua área de residência, mantendo o seu emprego e mantendo as crianças nas escolas que costumam frequentar. Hoje em dia a resposta de emergência são as pensões que, para além de não garantirem a proteção e segurança necessárias não possuem condições mínimas, particularmente para as mulheres com filhos pequenos. O quarto constrangimento que Afonso (2010) identificou é a falta de respostas intermédias para as vítimas de violência doméstica. Não existem respostas intermédias, ou seja, se a mulher não possuir uma rede social de apoio ou não tiver meios económicos suficientes para adquirir uma habitação a única solução passa, uma vez mais, pela integração em Casa Abrigo. No entender de Afonso (2010) a solução passaria pelos apoios ao arrendamento para as mulheres vítimas de violência. O último constrangimento assinalado por Afonso (2010) é a falta de apoio financeiro pontual. Para a grande maioria das mulheres que saem de casa este momento representa um recomeço total, algumas mulheres fogem da violência com a roupa que tinham no corpo, outras saem com os seus pertences e os dos seus filhos, muitas vezes necessitam de medicação ou de próteses dentárias ou até mesmo de dentes, etc. Por isso, um apoio financeiro inicial, para os primeiros meses de arrendamento, para eletrodomésticos indispensáveis, para mobiliário, seria essencial para que estas mulheres pudessem (re)construir o seu novo projeto de vida livre de violência. Este apoio evitaria que estas mulheres, por falta de meios económicos, retomam à relação violenta, regressando mais fragilizadas e defraudadas nas suas expetativas em relação aos apoios existentes.

### **6.3. Alternativas?**

Esta realidade faz-nos refletir sobre a plena eficácia (e eficiência) das Casas Abrigo E A questioná-las como alternativa capaz para proteção da mulher.

Leva-nos ainda a colocar a seguinte questão:

Atentos os custos (de construção e financiamento) das Casas Abrigo, e os resultados até agora registados, não seria de maior eficácia dirigir todo esse investimento para a inserção e reabilitação dos agressores?

## PARTE II – PARTE METODOLÓGICA

## **1 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

Nesta fase serão abordados os aspetos relacionados com a metodologia utilizada neste trabalho de modo a obter respostas válidas para o estudo.

Com o objetivo de apresentar de forma organizada e crítica a metodologia esta será apresentada em quatro subpontos que descrevem a perspetiva sobre a qual realizei a investigação: 1) Problemática de investigação; 2) definição do método e das técnicas de investigação; 3) definição da forma de tratamento e análise de dados; 4) definição dos procedimentos efetuados neste percurso metodológico.

### **1.1 – Problemática de investigação**

Afigura-se como principal problemática desta investigação as representações das mulheres vítimas de violência conjugal sobre as casas de abrigo onde se encontram a residir. É importante conhecer a perceção que as vítimas têm destas casas para compreender se esta resposta social criada pelo Estado – Casa Abrigo - se afigura como adequada.

### **1.2 - Definição do método e das técnicas**

Grawitz (1993, cit. por Carmo e Ferreira, 1998) define métodos como “um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar as técnicas”.

As técnicas, por sua vez, “são procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, suscetíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problema e aos fenómenos em causa. A escolha das técnicas depende do objetivo que se quer atingir, o qual, por sua vez, está ligado ao método de trabalho” (Grawitz cit. por Carmo e Ferreira, 1998). São as ferramentas práticas através das quais se obtém a informação (Rubio e Varas, 2004).

No que respeita à obtenção e recolha de dados o método que pretendo utilizar é o método qualitativo porque como refere Pardal e Correia (1995), “o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais face à incapacidade da estatística de explicar fenómenos complexos únicos”. As técnicas associadas à metodologia qualitativa, e que serão utilizadas nesta investigação são a pesquisa documental e a observação. A pesquisa documental será utilizada quer na fase exploratória da investigação, como base de formulação do problema de estudo, quer na construção de contributos teóricos para o tema em estudo. A pesquisa documental será apoiada em “informação bruta” e “fontes indiretas” (Carmo e Ferreira, 2008:73). A informação bruta será utilizada com o intuito de reunir dados relativos às vítimas de violência conjugal. As fontes indiretas serão utilizadas com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema.

Por fim irei recorrer à observação não-participante para fazer a análise das reportagens televisivas transmitidas pela SIC Notícias (Fugir do medo), TSF (Portugal Solidário - Aqui As Portas Não Batem), RTP (Exemplos de violência doméstica e Vítimas da violência doméstica tentam recomeçar vida num abrigo), Jornal de notícias (Casa Abrigo ajuda vítimas de violência doméstica a recomeçar) e a ainda o documentário do GAF “. de partida” com o intuito de entender que perceção as vítimas têm das casas de abrigo para compreender se esta resposta social criada pelo Estado se afigura adequada. Como afirma Pardal (1995: 49), “não há ciência sem observação, nem estudo científico sem observador”. Optou-se pela observação não-participante uma vez que, no momento em que é realizada a observação, o observador não interage de forma nenhuma com o objeto de estudo (Carmo e Ferreira, 2008).

### **1.3 - Definição da forma de tratamento e análise de dados**

Quando a informação é de tipo qualitativo, é registada normalmente de forma escrita, ou ainda em suporte áudio e/ou vídeo. A perspetiva qualitativa analisa discursos, portanto utiliza análises hermenêuticas, como a análise de conteúdo, a análise do discurso, a análise etnográfica, a análise biográfica e a análise histórica, sendo que os mais utilizados são os dois primeiros (Rubio e Varas, 2004).



Relativamente à observação das reportagens e documentário, comecei por transcrever na íntegra o conteúdo dos mesmos. De seguida centrei-me na análise de conteúdo das reportagens e documentário, estruturada com base nas grelhas de observação, construídas com o objetivo de orientar/sistematizar a observação. Depois de recolhidos os dados, foram trabalhados por forma a permitir chegar a conclusões de forma direta e imediata, facilitando ainda a formatação em tabelas, oferecendo uma leitura amigável, mostrando as características mais marcantes da distribuição frequência e do relacionamento das variáveis, bem como a sua correlação (Duarte, 2004, p. 57).

#### **1.4 - Procedimentos**

Nesta fase do relatório, a minha atenção recai para a descrição minuciosa de todos os procedimentos realizados aquando a elaboração da metodologia. Assim, irei apresentar por ordem cronológica o percurso efetuado por mim que constitui um momento decisivo para a continuidade e efetivação da minha pesquisa.

Setembro a Outubro de 2013:

- Pesquisa documental referente às fontes indiretas com o intuito de aprofundar conhecimento sobre o tema;
- Pesquisa documental referente à informação bruta por forma a reunir dados relativos às vítimas de violência conjugal residentes em Casa Abrigo.

Novembro a Dezembro de 2013:

- Visionamento e transcrição das reportagens televisivas transmitidas pela SIC Notícias (Fugir do medo), TSF (Portugal Solidário - Aqui As Portas Não Batem), RTP (Exemplos de violência doméstica e Vítimas da violência doméstica tentam recomeçar vida num abrigo), Jornal de notícias (Casa Abrigo ajuda vítimas de violência doméstica a recomeçar).
- Análise de conteúdo das reportagens supra referidas.

Fevereiro a Março de 2014:

- Análise dos resultados obtidos na observação.

Maio a Junho de 2014:

- Visionamento e transcrição do documentário GAF “. de partida”.

Julho de 2004:

- Elaboração da análise de conteúdos do documentário do GAF.

Agosto a Novembro de 2014:

- Após recolhidos os dados da observação das reportagens e documentário foi efetuada ligação entre as reportagens e documentário a fim de obter as conclusões.

Dezembro de 2014:

- Redação da tese de investigação

Janeiro de 2015:

- Correções finais da tese de investigação com o objetivo de a preparar para entrega final.

## 2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta fase do trabalho pretende-se fazer a análise/conclusão final dos resultados cruzados entre as reportagens transmitidas pela SIC Notícias (Fugir do medo), TSF (Portugal Solidário - Aqui as portas não batem), RTP (Exemplos de violência doméstica e Vítimas da violência doméstica tentam recomeçar vida num abrigo), Jornal de Notícias (Casa Abrigo ajuda vítimas de violência doméstica a recomeçar) e o documentário apresentado pelo GAF (. de Partida).

Consciente de que as reportagens e outros documentos trabalhados, não são bastantes para conclusões suportadas, e que uma abordagem séria obriga a outras fontes, o exercício empreendido valeu pela reflexão que induziu, permitindo, inclusivamente, avaliar até que ponto a informação é pouca, vaga e/ou inconsistente e de que forma é possível adensá-la.

Começando por fazer referência às caraterísticas das vítimas, as fontes trabalhadas apontam-nos para idades compreendidas entre os vinte e os cinquenta anos, sendo que a maioria tem filhos a cargo.

Relativamente ao percurso das vítimas/historial de vitimação, é possível concluir que as relações são bastante longas e violentas. Ao nível das agressões, segundo as descrições das vítimas, agravam tendencialmente com o passar do tempo. De acordo com Meireles (2012), quando a violência surge numa relação de intimidade, a principal tendência é para que esta não só persista, como, com o passar do tempo, aumente quer de frequência, quer de intensidade. O acumular de tensões vai crescendo, tornando os episódios de agressão mais frequentes e severos.

Estas vítimas partilham ainda o isolamento. É possível verificar que a maioria das vítimas se queixa de se sentir isolada, afastada da sua rede familiar e social. Esse isolamento pode ser autoimposto pela própria, devido aos sentimentos de vergonha e culpa em relação à situação que está a vivenciar (Meireles, 2012). Para Meireles (2012) o agressor tenta colocar em prática um conjunto de estratégias, para obter o controlo total sobre a vítima, diminuindo a sua autoestima e a sua autonomia, limitando-lhe o poder dentro da relação, tendo uma postura dominante perante todos os aspetos da vida da vítima. Inclusivamente, por constrangimento/vergonha, muitas vítimas escondem das suas famílias as situações de violência

por que se encontram a passar. Muitas vítimas vivem no silêncio da violência pelo facto de sentirem embaraço ao admitir que são vítimas de agressão por parte dos seus companheiros logo, tentam aparentar uma situação de normalidade, quando a realidade é bastante diferente (Ibidem).

Na descrição dos percursos as vítimas destacam ainda o facto de os seus filhos assistirem à violência entre o casal. O facto de a criança estar exposta à violência conjugal pode ser motivo da mulher vítima de violência conjugal tomar algumas atitudes no que respeita às estratégias de segurança. O abandono do lar só é precipitado quando as mulheres se apercebem que os seus filhos são, também, vítimas diretas ou indiretas da violência. Para além de poderem ser vítimas diretas, estas crianças assistem à violência a que as suas mães estão sujeitas, provocando nelas insegurança, medo e confusão. O certo é que, se as mães destas crianças optam por abandonar a casa, também elas ficam sujeitas a mais uma nova adaptação (Dias, 2004).

A descrição dos momentos de fuga são comuns a todas as vítimas, no sentido em que todas, numa mesma conjuntura da sua vida, optaram por romper com a relação violenta.

É possível concluir que apenas quando a violência atinge um grau extremo e persistente e as vítimas já perderam o controlo da relação, sentindo um permanente medo e sobressalto e principalmente quando a violência atinge diretamente os seus filhos é que há o rompimento. A existência de filhos e a situação de vulnerabilidade dos mesmos face à agressão pesa na decisão de abandonar o lar, ultrapassando a vergonha ou constrangimento que a vítima sente em admitir a situação de violência perante terceiros. Até então, as diferentes agressões a que a vítima está sujeita são constantemente justificadas por si mesma. Não raramente, as vítimas encontram justificação para a violência a que estão sujeitas e ainda tendem a interiorizar as agressões como normais.

Ao nível da perceção das vítimas sobre o papel da sociedade, apenas uma das vítimas comenta que a sociedade não intercede junto dos casais que sofrem de violência doméstica, uma vez que as pessoas não se querem envolver nos problemas dos outros. Para esta vítima ainda prevalece na sociedade a ideia de que não nos devemos envolver na vida dos outros. Uma limitação apontada por Baptista (coord.), Silva e Nunes (2004, p. 39) prende-se com questões relativas à atitude da sociedade face à violência doméstica.

A comunidade tem responsabilidades quanto às problemáticas sociais que ela própria gera e encerra em si. Cada pessoa, enquanto membro da comunidade, pode e deve dar uma resposta pessoal aos problemas da comunidade, quer na prevenção das problemáticas, quer na intervenção direta sobre as mesmas, [...] porque todas as pessoas que a constituem podem vir a ser vítimas dessas problemáticas, como são o crime e a insegurança, a resposta que tem a dar deverá ser efetiva. (APAV, 1999).

No caso da problemática específica das mulheres vítimas de violência, a responsabilidade da comunidade e das instituições que nela estão presentes não pode ser menor que outras problemáticas, pois afeta a integridade e qualidade de vida no geral de muitas pessoas que são parte integrante da comunidade (Ibidem).

Conclui-se que, não obstante as campanhas levadas a cabo, não há informação/sensibilização que corresponsabilize a sociedade na resolução deste problema. Há que fazer perceber a noção de crime público associado à violência doméstica. Há que corresponsabilizar toda a sociedade, obrigando-a a intervir. As vítimas têm noção disto e sentem-se desprotegidas pela “negligência do coletivo”. Esta falta de corresponsabilização manifestar-se-á também no que respeita à inclusão. Não há trabalho de inclusão, não há políticas explícitas para a inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica. A sociedade não está habilitada para admitir e promover a inclusão. A sociedade não se sente corresponsabilizada na busca de soluções para o problema. As vítimas sentem-no.

A saída da relação violenta com o abandono do lar, é na maior parte das vezes motivada pelos filhos das vítimas, (o papel dos filhos) ou porque a violência começou a ser direcionada para eles, ou porque são mesmo eles a apoiar as vítimas a tomarem a decisão de sair da habitação. Para estas mulheres os seus filhos são a maior preocupação, são eles que lhes provocam reações, é por eles que rompem as relações de violência, são eles que lhes dão ânimo para continuar. “A mulher vítima de violência conjugal tem como principal preocupação os seus filhos, sendo estes a principal razão que leva estas mulheres a permanecer ou abandonar a relação violenta” (Dias, 2004).

“Verifica-se que para a grande maioria das mulheres vítima de violência doméstica a institucionalização constitui a última alternativa, ou seja, a saída possível para uma situação que se torna incomportável e, nalguns casos, mesmo, ameaçadora da integridade pessoal das

vítimas e dos respetivos filhos” (Baptista, 2002, p. 8). Para muitas, o momento da saída da relação é também sentido como aquele momento que vai permitir mudar de vida, recomeçar um novo ciclo numa nova cidade, com um novo emprego, com uma nova vida. Deixam tudo, mas recomeçam uma nova vida.

“Quando uma mulher vítima de violência doméstica toma a decisão de romper com a relação violenta, a sua primeira preocupação é a necessidade de arranjar um local seguro, protegido de violência. É nesta altura que muitas vítimas recorrem aos serviços formais de apoio, uma vez que não conseguem fazer face a todas as dificuldades implicadas na saída da relação” (Macy, Nurius, Kernic, Holt, 2005, cit. por Meireles, 2012). Nas reportagens é perceptível que a maioria das vítimas recorre à ajuda de amigos ou técnicos que já as acompanham. São estes que as alertam para o facto de serem vítimas de violência doméstica, a tomarem consciência disso, e, posteriormente, as encaminham para as instâncias que melhor as podem proteger.

A integração em Casa Abrigo não é imediata. A primeira noite é geralmente passada numa pensão ou Centro de Acolhimento Temporário (resposta de emergência), onde as vítimas aguardam por uma vaga para uma Casa Abrigo em qualquer ponto do país. Esta primeira resposta, ainda que temporária, de emergência, para além de não garantir a proteção e segurança necessárias, não oferece condições mínimas, particularmente para as mulheres com filhos pequenos (Afonso, 2010), conjuntura que não transmite às mulheres a segurança e confiança que procuram.

Apesar de tudo, a primeira noite longe da violência é percebida como a noite da mudança, de uma nova vida, “chega a ser um momento de felicidade”, referem algumas. “Em Portugal a integração em Casa Abrigo não é um processo célere, pois os equipamentos existentes ainda não são capazes de suprir toda a procura requerida pelas vítimas e, por vezes o período de espera após ser efetuado o pedido de integração é demorado” (Meireles, 2012). Afonso (2010) assinala que a morosidade das respostas aos pedidos de apoio social são um constrangimento. Quando uma mulher vítima de violência doméstica opta por sair de casa e se encontra em situação de desproteção social, acolhida por familiares ou amigos temporariamente e sem condições, ou mesmo quando foi colocada em pensão, a demora na resposta ao pedido de apoio social impossibilita, na prática, a redefinição do projeto de vida dessa mulher.

Para Afonso (2010) se a mulher não tem uma rede social de apoio ou não tem meios económicos suficientes para conseguir uma habitação, a única solução passa, uma vez mais, pela integração em Casa Abrigo. Uma das alternativas que se tem apontado para este problema, passa por políticas de apoio ao arrendamento para mulheres vítimas de violência.

Perante esta realidade concluímos que a saída da relação não é uma atitude planeada. Não obstante a lei assuma o direito da vítima à informação<sup>16</sup>, o certo é que não há conhecimento prévio das alternativas que se apresentam, nomeadamente dos procedimentos que devem ser encetados, dos apoios disponíveis e, nomeadamente, da existência das Casas Abrigo e do seu papel.

Creemos que a divulgação eficaz relativamente a estes apoios poderá libertar muitas mulheres de situações de vitimação evitando maus tratos e quiçá a própria morte. Neste sentido, deverá ser feita uma aposta na maior eficácia das ações desencadeadas ao nível da divulgação destes apoios, começando por uma avaliação séria relativamente às ações de divulgação levadas a cabo, no sentido de promover eventuais melhorias nas futuras ações a promover.

No mesmo sentido, a Convenção de Istambul (2011), (ratificada por Portugal e que entrou em vigor a 1 de Agosto passado) no seu art.º 19 refere que os Estados devem garantir que as vítimas recebam, numa língua que compreendam, informação adequada sobre os serviços de apoio e medidas legais disponíveis. O que se impõe ainda, é que essa informação não seja apenas dirigida às vítimas mas seja generalizada a todos os cidadãos, corresponsabilizando a sociedade.

Contudo, convém ter presente que as respostas atualmente existentes não são eficazes e bastantes para as situações que recorrem a apoio. Mais informação desencadeará mais pedidos de apoio e, aumentando os casos que recorrem a apoio, como dar-lhes resposta eficaz? Uma resposta eficaz exige um investimento que a conjuntura económica não facilita. Mesmo o apoio ao arrendamento para mulheres vítimas de violência, que muitas vezes se aponta como alternativa, o exige. Esta constatação leva-nos a levantar as seguintes questões: Será que haverá receitas menos onerosas (do ponto de vista financeiro, e não só. também do ponto de vista emocional)? Apostar na reabilitação do agressor não será uma aposta menos onerosa a todos os níveis? Um novo projeto de vida para o agressor terá reflexos num novo projeto de vida para a

---

<sup>16</sup> Artigo 15 da Lei 112/2009 de 16 de Setembro

vítima e a reabilitação do agressor evitará mais vítimas futuras (com todos os custos associados que representam).

No que respeita à Justiça uma vítima de violência doméstica partilha que, no seu entender a justiça é morosa no que concerne à elaboração do processo-crime. A vítima confidencia, dando o seu próprio exemplo, que no dia do julgamento o seu ex-marido saiu em liberdade enquanto ela teve que fugir e refazer toda a sua vida. Estas situações contribuem para uma representação desfavorável da justiça. O Estado deve investir na proteção efetiva e imediata, para que as vítimas possam manter-se em segurança no seu meio social de origem e na sua habitação, por forma a evitar processos vitimizadores, que lesam não apenas as mulheres, mas também todos os familiares a cargo (e.g., filhos, ascendentes) (Faro, 2012).

Também, ao nível da regulação das responsabilidades parentais as vítimas referem que este é um processo complicado pelo qual têm que passar. Confidenciam que os seus ex-companheiros utilizam os seus filhos para contactar com elas, o que resulta em insegurança para elas. Para as vítimas o facto de terem de partilhar com os seus ex-companheiros a guarda dos seus filhos, significa voltar a estar perto deles e por receiam voltar a ser agredidas. Comentam que, enquanto se encontram na Casa Abrigo, são as técnicas que levam e trazem as crianças aos seus pais. No entanto, quando saíram da casa, terão que ser elas a levar os seus filhos aos seus ex-companheiros o que as preocupa. De acordo com a Presidente da Associação Portuguesa das Mulheres Juristas (APMJ) quando as mulheres se dirigem aos tribunais para tratarem do divórcio ou da regulação das responsabilidades parentais, as questões da violência doméstica não são tidas pelos tribunais de família. Segundo Maria Almeida a postura dos tribunais de família estão em desconformidade com a proteção concedida às vítimas pela lei penal e processual penal. Para a Presidente, há uma desagregação entre a pessoa que foi vítima de violência doméstica, apresenta uma queixa nas forças policiais, recebe estatuto de vítima e é acompanhada ao longo de todo o processo pena, e o processo de divórcio posterior que parece ignorar plenamente estes antecedentes e este tipo de realidade. Para Maria Almeida a violência doméstica começa por ser ignorada como razão para a rutura ou desavença familiar e persiste a ser ignorada aquando da regulação das responsabilidades parentais ao serem assegurados direitos de visita e, nalguns casos, até mesmo a guarda das crianças aos progenitores agressores (Lusa, 2013). A coordenadora do projeto Themis, Isabel Estrela, declarou que o



direito de família tem como regra a guarda partilhada dos filhos, considerando que nos casos de violência doméstica e de abuso sexual esta solução não é adequada. O Tribunal Criminal determina o afastamento do agressor e o Tribunal de Família decide que a vítima é obrigada a conviver com o agressor através das visitas aos filhos (Ibidem).

Chega-se à conclusão que há que repensar as questões legais respeitantes à guarda partilhada dos filhos em caso de divórcio por razões de violência doméstica. A questão não se apresenta de fácil resolução, haverá direitos de todas as partes envolvidas a considerar. Mais uma vez, também sob este aspeto particular, fará sentido a reabilitação do agressor. Só assim se reabilitará também como pai aos olhos dos filhos que vivenciaram os episódios de agressão (própria ou sobre a mãe).

Poderá concluir-se que a falta de confiança na justiça não ajuda as mulheres a sentirem-se protegidas. A justiça atua muitas vezes tardiamente, em todas as fases do processo. Como refere a APAV (2014) no relatório recentemente enviado ao Parlamento, “Os tempos judiciais não se coadunam com as necessidades de segurança e proteção das vítimas”. É evidente a necessidade de uma maior eficácia da justiça na proteção às mulheres vítimas. Atente-se por exemplo, à luta da APAV e UMAR para que o Ordenamento Jurídico permita decretar o afastamento imediato do agressor na sequência de uma queixa de Violência Doméstica, sem que a decisão tenha de passar previamente por um juiz (Francisco, 2014). O importante é que a legislação evolua de forma a permitir atuar em tempo real.

A Convenção de Istambul (2011) incumbe aos Estados a obrigação de tomarem medidas legislativas e operacionais de forma a reduzir ao mínimo o número de vítimas de crimes de violência doméstica (artigo 20.º).

Ainda, no que toca à integração na Casa Abrigo importa referir que a decisão de ir para a Casa Abrigo, apesar de ser conjunta entre a mulher e o técnico que a atende, é sobretudo da mulher. Torna-se importante lembrar que a casa/lar é para a mulher a sua principal referência. Portanto, decidir deixá-la significa perder uma parte da sua identidade, da sua história, da sua luta e das suas conquistas materiais. Para estas mulheres estas conquistas significam sobrevivência física e não apenas emocional. Esta situação implica diretamente a decisão de ir para uma Casa Abrigo (Carloto e Calão, 2006).

Devido ao facto de não possuírem retaguarda familiar ou ao facto de não terem outra forma de fugir à sua relação violenta, as mulheres que dão o seu testemunho nas reportagens viram-se obrigadas a ir para uma Casa Abrigo. Para Afonso (2010) se a mulher não tem uma rede social de apoio ou não tem meios económicos suficientes para conseguir uma habitação, a única solução passa uma vez mais pela integração em Casa Abrigo. O apoio ao arrendamento poderia ser uma alternativa válida.

Ao nível da integração nestas casas, as vítimas descrevem que o primeiro momento em que tiveram contato com a casa lhes provocou uma sensação de pânico e desnorтеio pois, como referem, entram numa casa que não lhes pertence, num espaço que não é delas, que não conhecem onde encontram mais mulheres e crianças que lhes são completamente desconhecidas.

Quando as vítimas são acolhidas em Casa Abrigo, grande parte das vezes encontram-se completamente desorientadas, combatidas pela descontextualização que a integração lhes proporcionou, com um sentimento de perda de todas as referências e com apreensão face à nova realidade desconhecida a que se têm de adaptar. De acordo com Baptista (2012) a saída da mulher da habitação para entrar num centro de acolhimento é vivida, inicialmente, como um momento de libertação de um processo doloroso e que se tornara insustentável, mas também como uma perda, sendo vivida como uma fase de alguma incerteza face à perda de todo um conjunto de referências que, se algumas delas eram claramente negativas, outras pelo contrário construíram recursos e experiências positivas que agora se quebram (perde-se a habitação e os pertences, os contatos familiares, de vizinhança ou outros, a atividade profissional, entre outros).

As vítimas ainda acrescentam que a entrada na casa é um momento difícil, uma vez que se sentem desprotegidas e com medo (Meireles, 2012). Estas mulheres sentem medo pois desconhecem para onde vão, porque, conforme já atrás foi referido, não foram informadas sobre as casas e o seu funcionamento. Esta é uma situação contrária ao defendido pela CIG (2009) e RIVS (2011). A utente deve ser informada das implicações do acolhimento institucional em Casas Abrigo, nomeadamente das características principais deste tipo de resposta social, a saber: direitos e deveres das utentes; informação sobre o apoio prestado para reconstrução do seu projeto de vida; da necessidade restrição de contactos com o exterior por motivos de segurança; de que a colocação em casa abrigo pode ser em qualquer ponto do país, consoante

a primeira vaga de acolhimento disponível; de que apenas podem levar consigo os seus pertences de primeira necessidade, entre outras. Somente quando a vítima se encontra na posse de todo este conjunto de informação, é que esta pode proceder ao processo de tomada de decisão informado, consciente e voluntário.

Apesar de tudo, uma das vítimas entrevistada partilhou que, para ela, a entrada na Casa Abrigo significou sentir-se mais segura e liberta. Na chegada à Casa Abrigo há um impacto muito grande sobre a mulher e principalmente sobre os filhos/as. Em geral, os filhos chegam ao abrigo sem a maturidade e discernimento necessários para a compreensão do processo. O que se percebe, nos depoimentos das mulheres é uma total mistura de sentimentos, expectativas, medo do desconhecido, receio de que tudo não tenha resultado e que o retorno aos seus maridos/companheiros seja inevitável (Carloto e Calão, 2006). De acordo com Baptista (2002) a saída da mulher da habitação para entrar num centro de acolhimento é vivida, de uma forma inicial, como um momento de libertação de um processo doloroso e que se tornara insustentável, mas também como uma perda, sendo vivida como uma fase de alguma incerteza face à perda de todo um conjunto de referências que, se algumas delas eram claramente negativas, outras pelo contrário constituíam recursos e experiências positivas que agora se quebram (perde-se a habitação e os pertences, os contactos familiares, de vizinhança ou outros, a atividade profissional, entre outros).

Para integrar na casa estas mulheres tiveram que deixar tudo para trás, e têm completa consciência que por um longo período de tempo não vão poder regressar ao seu meio natural. Estas mulheres viram-se obrigadas a deixar as suas casas, os seus empregos, os seus pertences, as suas relações sociais, etc. Para a grande maioria das mulheres que saem de casa, este momento representa um recomeço total. Algumas fogem da violência com a roupa que têm no corpo, poucas saem com alguns dos seus pertences e com os dos seus filhos. Muitas vezes ficam para trás “medicação ou de próteses dentárias ou até mesmo de dentes, etc.” (Afonso, 2010).

O confronto com um universo de uma natureza totalmente diversa e com o qual quase a totalidade das mulheres nunca havia tido contato ao longo da sua trajetória de vida, introduz a necessidade de adaptação a uma nova etapa. Ao mesmo tempo a própria situação de rutura

com a situação de violência e o desenraizamento geográfico constituem, só por si, etapas que envolvem complexas exigências de adaptação (Baptista, 2002, p. 9).

Apesar de tudo, as vítimas também manifestam sentimentos de esperança. Referem que o facto de terem rompido com a relação em que viviam e poderem integrar numa Casa Abrigo permitiu-lhes ambicionar um futuro melhor, longe da violência a que estavam sujeitas. Também partilham que apesar das dificuldades que sentiram na integração das casas, consideram que foi a melhor decisão que poderiam ter tomado, arrependendo-se, parte das vezes, de não terem decidido sair da relação violenta há mais tempo. O facto de não terem conhecimento da existência das Casas Abrigo, levou a que demorassem mais tempo a romper com a relação violenta em que viviam.

Há no geral entre estas mulheres a consciência de que o acolhimento em Casa Abrigo possibilitou mudanças na vida, como a maior consciência dos recursos e da sua competência na gestão dos desafios que se colocam nos vários contextos. Também permite que as vítimas olhem para o futuro com maior otimismo (Continho & Sani, 2010). Para as vítimas a Casa Abrigo é um espaço onde lhes é permitido pensar para posteriormente agirem de forma consciente. É, ainda, um espaço onde lhes é dado o apoio necessário para se sentirem mais seguras, responsáveis, libertas e com autoestima. Nestas casas as vítimas recebem todo o apoio necessário para poderem prosseguir com as suas vidas, ao contrário do que poderia ter acontecido caso tivessem permanecido na relação violenta.

Conclui-se então que há consciência entre as vítimas que a institucionalização encerra em si risco e oportunidade. Percebe-se que se houvesse maior informação sobre as Casas Abrigo, as vítimas talvez não se sentissem tão amedrontadas aquando da sua integração. É nítida a falta de informação sobre os apoios e as Casas Abrigo, facto que retarda a decisão de rutura da relação violenta. Esta falta de informação dificulta, num primeiro momento, a entrada nas casas que é o momento mais crítico, e a adaptação, pois as vítimas desconhecem o que as espera e qual será o caminho a partir daquele momento. Outra perspetiva que levanta a análise das reportagens é o facto das vítimas não poderem integrar uma Casa Abrigo no momento imediato em que fogem do lar. As vítimas têm que aguardar por uma vaga, num Centro de Acolhimento Temporário ou Pensão, vendo-se obrigadas, bem como os seus filhos a adaptar-se

também a este espaço e tempo). Passarão depois, com a integração em Casa Abrigo, por nova adaptação.

Depois de ultrapassado o impacto com a realidade desconhecida a maioria das vítimas sente-se segura e livre. Mas a que custo? Para se sentirem desta forma tiveram que deixar as suas casas, as suas famílias, a sua cidade, o seu trabalho e toda uma vida organizada. As vítimas sentem-se seguras, sobretudo, porque se tornam anónimas e porque estão longe do agressor que, certamente, permanece em liberdade.

Ao nível da vivência dentro da Casa as vítimas comentam que inicialmente é perceptível a dificuldade na partilha do espaço e na convivência com outras mulheres, no entanto com o tempo, vão ganhando confiança e acabam por se habituar à convivência. As Casas Abrigo procuram assemelhar-se o mais possível a um ambiente familiar, de forma a minimizar o impacto da perda de todo um conjunto de referências (e.g., pertences, atividade profissional, vizinhança) que a vítima possui no contexto em que está inserida. Contudo, a adaptação a esta nova realidade nem sempre é fácil para as utentes, pois implica a adaptação a universo coletivo, onde cada vítima carrega consigo todo um conjunto de individualidades (Baptista, 2002).

De acordo com as vítimas, os técnicos orientam-nas na procura de emprego, na elaboração de curriculum, e ajudam-nas a lidar com as outras vítimas. Também as ajudam a gerir o seu dinheiro e a controlar os gastos para poderem ter algum suporte financeiro quando saírem da casa. Um dos grandes objetivos das Casas Abrigo consiste em possibilitar às vítimas o rompimento de forma definitiva com a relação violenta. Para isso, não é suficiente criar apenas um espaço de segurança para as vítimas, mas, essencialmente, devem ser trabalhadas um conjunto de competências e recursos pessoais da vítima, cujo objetivo é dotá-la de uma autonomia própria, que inviabilize o envolvimento da vítima em situações de risco e violência no futuro (Meireles, 2012). As vítimas, quando são acolhidas na instituição, apresentam-se muitas vezes desorientadas, abaladas pela descontextualização, com um sentimento de perda de tudo aquilo que lhes é familiar e com receio da realidade desconhecida a que se têm de adaptar. É neste ponto que se torna fulcral o trabalho de apoio e acompanhamento biopsicossocial que os profissionais da instituição desenvolvem (Ibidem).

É possível concluir que é evidente que a adaptação a uma conjuntura física e humana diversa é sempre um processo de adaptação que é tanto mais difícil quanto complexa é a

realidade da vítima, nomeadamente no que respeita à existência de filhos que traz consigo para a Casa Abrigo. Por outro lado, este processo de adaptação não representa uma plena construção para o futuro, uma vez que a passagem pela Casa é transitória.

Segundo os comentários das vítimas as regras da Casa Abrigo variam consoante a casa onde se encontram, umas casas têm mais regras do que outras. Maioritariamente, as regras passam pela gestão doméstica, nomeadamente organização e limpeza da casa, elaboração das refeições e ainda horários que têm de cumprir. A maioria das instituições procura estabelecer no seu regulamento interno, regras básicas nas quais estão consagradas as atividades cuja responsabilidade é das utentes, assim como regras para que convívio dentro da casa abrigo seja o melhor possível. Embora cada instituição tenha o seu próprio regulamento, na grande maioria, uma das principais regras diz respeito à responsabilidade de cada utente relativamente ao cuidado/tratamento do seu próprio espaço e dos seus filhos, de forma a tentar promover o bem-estar coletivo (Meireles, 2012).

Nenhuma das vítimas tinha conhecimento prévio sobre as Casas Abrigo, inclusivamente, algumas partilham que, se tivessem expectativas de ajuda há mais tempo, talvez não tivessem passado por tantas adversidades. De acordo com as vítimas os apoios às vítimas de violência doméstica deveriam ser mais divulgados. Algumas vítimas que deram o seu testemunho afirmaram que sentiram medo por integrar a Casa Abrigo, uma vez que não tinham conhecimento sobre elas.

Conforme já antes foi referido, não obstante a lei assuma o direito da vítima à informação<sup>17</sup>, o certo é que a maior parte das vítimas não tem conhecimento da existência de uma rede institucional preparada para prestar apoio em diferentes áreas, de forma a ajudá-la a romper com a relação violenta com os mínimos riscos (APAV, 2010).

Conclui-se então que é deficiente a informação ante integração em Casa Abrigo. As mulheres desconhecem os apoios disponíveis. Por isso agem sempre em situação limite, em caso de desespero e tardiamente.

No que respeita ao tempo de permanência na Casa Abrigo o Decreto Regulamentar de 1 de 2006 de 25 de Janeiro, afirma que a estada nas Casas de Abrigo tem carácter transitório, evitando ser superior a seis meses. Contudo, e dependendo de como decorre o projeto de vida

---

<sup>17</sup> Artigo 15 da Lei 112/2009 de 16 de Setembro

elaborado com a vítima e a equipa técnica, este período pode ser prorrogado (artigo 9º). No entanto, a opinião entre as vítimas sobre o tempo de permanência não é unânime. Algumas defendem que os seis meses são suficientes, outras consideram que é demasiado tempo para permanecerem na Casa Abrigo. Inclusivamente uma das vítimas entende que se deveria permanecer por nove meses. Apesar de o mencionar, ela admite o ideal será que antes disso a vítima conquiste condições para deixar a Casa. Para esta mulher este alargamento do tempo de permanência na Casa apenas seria aplicável àquelas mulheres que não têm retaguarda familiar, emprego ou rendimentos e com mais dificuldades para se puderem autonomizar. Há vítimas que entendem que todo este tempo seria demasiado saturante. Grande parte entende que a casa é uma lição de vida, que os técnicos as preparam para posteriormente saberem lidar sozinhas com os seus problemas.

Conclui-se que os casos são diferentes e nem sempre o tempo máximo estabelecido para permanência na casa é suficiente para preparar a mulher para a autonomia futura.

No tocante às mudanças que as vítimas fariam nas Casas Abrigo, estas referem que o ideal seria que cada vítima tivesse um quarto reservado só para si e para os seus filhos. Outra vítima menciona que mudava os horários na Casa Abrigo. Uma outra vítima refere que mudaria a forma como as técnicas falam com as vítimas quando estas se encontram em baixo. Uma das vítimas refere que apesar de tanto ela como os seus filhos se encontrarem bem, se questiona porque teve que ser ela a passar por toda esta adaptação, e não o agressor.

É possível concluir que a Casa não é um espaço de privacidade ideal e é disso que a maior parte das mulheres se queixam.

No que concerne às perdas por integrar a Casa Abrigo quatro vítimas partilham a mesma opinião. Apenas uma vítima referiu que o facto de ter integrado a Casa fez com que perdesse tudo mas, ao mesmo tempo, também consegue mencionar o que ganhou como a sua liberdade e os seus filhos. As outras vítimas mencionam que os seus ganhos foram superiores às perdas, nomeadamente que ganharam autoestima e força para prosseguir com as suas vidas. Lembremos que, de acordo com Baptista (2002), a saída da mulher da habitação para entrar num centro de acolhimento é vivida, de uma forma inicial, como um momento de libertação de um processo doloroso e que se tornara insustentável, mas também como uma perda, sendo vivida como uma fase de alguma incerteza face à perda de todo um conjunto de referências que,

se algumas delas eram claramente negativas, outras pelo contrário constituíam recursos e experiências positivas que agora se quebram (perde-se a habitação e os pertences, os contactos familiares, de vizinhança ou outros, a atividade profissional, entre outros). Uma vez que a transição e entrada nas instituições de acolhimento encerram em si, de forma concomitante, risco e oportunidade, deve haver por parte das equipas técnicas um trabalho terapêutico sério e especialmente intensivo e focalizado na fase inicial do acolhimento, com o intuito de minimizar as perdas que a institucionalização acarreta e maximizar as suas potencialidades (Coutinho & Sani, 2010).

Chega-se à conclusão que a percepção relativa integração em Casa de Abrigo não significará propriamente uma perda, sendo que o apoio que oferece permite à mulher prosseguir o processo de abandono do lar o que, isso sim, significa múltiplas perdas.

Centrando-me agora na saída da Casa Abrigo/perspetivas de futuro, é unânime o sentimento de insegurança face a esta saída, uma vez que dentro da Casa as vítimas contam com apoio, que perdem ao saírem. De acordo com Meireles (2012) a programação da saída da Casa Abrigo é uma tarefa importante, que deve ser realizada de forma cuidadosa e consistente. A saída da Casa é para a vítima a oportunidade de assumir novamente o controlo da sua vida. Apesar da saída da Casa Abrigo representar um passo decisivo para o estabelecimento de uma nova fase na vida da mulher, este também representa um momento de fragilidade e de tensão para a vítima. A perda de proteção e do anonimato garantidos pela Casa Abrigo podem relembrar os receios da vítima relativamente a um possível encontro com o agressor e as consequências daí advindas.

Apenas uma das vítimas afirma que os técnicos da Casa as preparam para a saída desde o início. Como afirma Meireles (2012), o apoio por parte dos técnicos nesta fase é fulcral para ajudar a vítima a equacionar as mais diversas dimensões envolvidas na sua reinserção social.

É possível concluir que é evidente a insegurança percebida pelas vítimas no que concerne à saída da Casa. O processo de reinserção é importantíssimo e essencial para a plena reabilitação da mulher. Neste tema em particular parecem ser poucas as políticas dirigidas a este aspeto particular.



Relativamente às perspetivas para o futuro, apenas duas vítimas dão o seu testemunho. Uma afirma que sente medo, medo de não ser capaz de mudar de vida. Acentua ainda a consciência de que, a partir daí, será apenas ela e a sua filha. Outra mulher afirma que pretende refazer a sua vida com os seus filhos, arranjar trabalho e pretende viver uma vida sem tormentos. Contudo, nenhuma evidencia confiança no futuro e na garantia de inclusão.

É possível concluir que as vítimas não têm perspetivas de inclusão na sociedade. Talvez valha a pena repensar as políticas de inclusão. Parece haver políticas com preocupações acrescidas na proteção, mas não são evidentes as preocupações com a inclusão<sup>18</sup> o que se reflete na perceção das mulheres relativamente a essa variável do processo.

É interessante refletir sobre a perceção relativa a finais felizes. Uma vítima é perentória ao afirmar que para as vítimas de violência doméstica não existem finais felizes, ao contrário de todas as outras histórias.

É preciso ter presente que, para um agressor, existem uma ou [geralmente mais] vítimas. Também neste sentido, a reabilitação das vítimas exige sempre um esforço muito maior do que a reabilitação do agressor.

---

<sup>18</sup> Também a Convenção de Istambul (2011) nos parece, também ela, um pouco redutora no que respeita à inclusão, acentuando a proteção.

### 3 - CONCLUSÃO

Antes de mais convém reforçar que a principal problemática desta investigação se prende com as representações das mulheres vítimas de violência conjugal sobre as Casas Abrigo onde se encontram a residir. É importante conhecer a perceção que as vítimas têm destas casas, como contributo para compreender se esta resposta social criada pelo Estado – Casa Abrigo - se afigura como adequada.

Através da análise das reportagens e documentário foi possível compreender que o processo de integração numa Casa Abrigo encerra em si múltiplos constrangimentos.

A rutura com a relação violenta ocorre em situações extremas, nunca sendo planeada. As vítimas desconhecem previamente a existência de apoios, nomeadamente a existência de Casas Abrigo e do seu papel, circunstancia que, conforme referem, condicionou a sua tomada de decisão de abandono do lar, que consideram tardia. Esta realidade leva-nos a questionar se as campanhas e meios de informação centrados nesta problemática, estarão a esquecer objetivos centrados na divulgação de informação dirigida à vítima. Creio que valerá a pena uma avaliação aprofundada das campanhas levadas a cabo e a definição clara dos objetivos a atingir com futuras ações de informação que não devem esquecer este objetivo particular. Contudo, é preciso ter consciência de que não basta resolver com eficácia a divulgação e informação. É exetável que, devidamente informadas, sejam em maior número as vítimas que recorram a apoio, e é preciso que haja respostas. Presentemente, constata-se já ser deficiente o número de respostas – Casa Abrigo- existentes. A resposta eficaz que se espera na sequência desta medida, exige investimento e a atual conjuntura económica não é favorável a essa condição.

Por outro lado, vergonha e constrangimento perante terceiros, relativamente à assunção das situações de vitimização, retardando a tomada de decisão de abandono do lar, são sentimentos referidos pelas vítimas, que vêm confirmar que a sociedade não está preparada para condenar a violência doméstica e para proteger e dar apoio às vítimas. As ações de informação e divulgação a promover devem também dirigir-se à responsabilização da sociedade relativamente à criminalização da violência doméstica e à busca de soluções.

Também, as respostas de emergência existentes (ainda que temporárias) - acolhimento temporário/ pensão - não são concorrentes para a segurança e confiança que a vítima necessita e procura, obrigando a mais um processo de adaptação, sem qualquer contributo para o projeto de futuro. O facto do processo de integração em Casa Abrigo não ser imediato, fragiliza o rompimento com a situação de violência, podendo conduzir ao retrocesso do rompimento e precipitar o retorno ao agressor.

Há que minimizar os efeitos decorrentes do acolhimento temporário, restringindo o tempo de espera por vaga em Casa Abrigo, disponibilizando mais e mais eficaz capacidade de resposta. Para tal, há que disponibilizar um maior número de Casas Abrigo, realidade à qual a atual conjuntura económica não é favorável.

Também, a intervenção da justiça não produz efeitos oportunos e eficazes, não produzindo a confiança capaz de dar suporte ao rompimento da relação violenta.

Por outro lado, as perdas inerentes à desinserção após o abandono do lar, são múltiplas e arrastam não só a mulher vítima, como também os filhos que com ela estão. Os custos emocionais são expressivos. Após as várias lutas o maior desafio a ultrapassar é a saída da Casa Abrigo e é evidente a insegurança sentida pelas vítimas e a falta de confiança no futuro e na garantia de inclusão. Ao nível das políticas públicas centradas nesta problemática, parece ter havido preocupações com a “proteção”, mas não são igualmente evidentes as preocupações com a “inclusão” o que se reflete na perceção das mulheres relativamente a essa variável do processo. No mesmo sentido, no que respeita às Casa Abrigo, funcionam essencialmente como abrigo e proteção, mas por si sós não conseguem promover a efetiva reorganização pessoal, reinserção familiar, social e profissional. É imprescindível garantir às vítimas o acesso a recursos (emprego e habitação) e suporte social, principais motores de autonomização e forma de garantir a eficácia da saída da Casa Abrigo e da violência doméstica. Em Portugal foram identificados problemas de realojamento e de emprego como obstáculos que as mulheres têm a maior parte das vezes de enfrentar de forma a conseguirem passar do alojamento temporário para uma vida autónoma (Silva e Nunes, 2004). Neste sentido, são necessárias medidas dirigidas ao acesso e mobilidade no emprego, à formação profissional e ao acesso a alojamento social, beneficiando-se vítimas que se encontrem em Casa Abrigo (aprofundando assim a ideia

da Casa Abrigo, enquanto resposta institucional promotora de (re)inserção social das vítimas) (Costa, 2010).

De tudo isto se conclui que, para além dos incomensuráveis custos emocionais, para a vítima e filhos que com ela vivem, há custos económicos associados às políticas de apoio a vítimas de violência doméstica, avultados e cada vez mais insustentáveis e, sobretudo, pouco eficientes.

Por outro lado ainda, os dados dos estudos empíricos e experiência clínica evidenciam que a violência doméstica/ conjugal é um crime que ocorre quer na mesma relação como também em futuras relações de intimidade. Por esta razão Manita (2008) defende que é fundamental desenvolver programas de intervenção junto dos agressores em concomitância com programas de intervenção a vítimas, por forma a promover mudanças comportamentais e cognitivas nos agressores e reduzir o risco de revitimização/ reincidência no crime de violência conjugal e doméstica. De acordo com Manita (2008) é imprescindível que em Portugal se encare a intervenção junto das vítimas e dos agressores de violência conjugal como modalidades de intervenção complementares, visando um mesmo objetivo comum: a interrupção da violência, a proteção das vítimas, a redução da violência conjugal e das elevadas taxas de reincidência neste tipo de crimes. Para Manita (2008) uma intervenção eficaz no que respeita ao fenómeno da violência doméstica/ conjugal implica uma articulação entre programas dirigidos a agressores e a vítimas. No entanto, a existência destes programas não suprime a intervenção policial e judicial, nem exonera o esforço para promover uma mais rápida e eficaz resposta às necessidades das vítimas, a especialização dos setores das polícias, tribunais e magistrados neste tipo de crimes, ou a formação específica dos diferentes profissionais que intervêm na área. Também não exige a educação comunitária, a promoção dos direitos e da igualdade e o crescente investimento na educação para a cidadania (Ibidem).

Em síntese:

A situação de violência e subsequente abandono do lar traz perdas - no que se refere ao equilíbrio emocional, envolvendo a habitação, o emprego/escola e o enquadramento familiar e social - não só para a vítima como para todos os filhos, com custos de reabilitação e reinserção exponenciados (há muitas pessoas a reabilitar e a reinserir), resultado de uma conjuntura para a

qual a vítima não contribuiu. Enquanto isso, o agressor não deixa a habitação, o emprego e a sua rede social e, não sendo alvo de qualquer ação de reabilitação, irá produzindo novas vítimas.

Perante esta realidade, e ao encontro de Manita (2008), apresenta-se-nos oportuna uma reflexão aprofundada sobre a possibilidade de uma nova missão para as Casas Abrigo, enquadrada nas políticas de reabilitação do agressor - a Casa Abrigo enquanto resposta institucional promotora de reabilitação do agressor.

## BIBLIOGRAFIA

- Afonso, I. (2010). Conferência de imprensa para apresentação dos resultados do P'RA TI e dos dados do Observatório das Mulheres Assassinadas. Página consultada em 23 de Julho de 2013. Disponível em: <http://umarprati.blogspot.pt/>.
- Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios familiares: uma visão sistémica* (2.ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, M. (2009). *Violência conjugal e álcool: (in)existência de uma relação causal?*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. Página consultada em 23 de Julho de 2013. Acedido em: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14286/1/Viol%C3%Aancia\\_Conjugal\\_e\\_Alcool.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14286/1/Viol%C3%Aancia_Conjugal_e_Alcool.pdf).
- Alvim, F. (s.d.) Mulheres (in) visíveis. Relatório da Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres. Portugal: Amnistia Internacional.
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), Lisboa, pp. 687-714.
- Andrade, A. (2012). *Violência doméstica: estudo da participação e opinião dos magistrados do departamento de investigação e ação penal do Porto*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa. Página consultada em 23 de Julho de 2013. Acedido em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3618/1/TESE-%20ALEXANDRA%20ANDRADE%2021-01-2013.pdf>.
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In: C. Machado & R. A. Gonçalves (coords.), *Violência e vítimas de crimes, vol. 1: Adultos* (43-77). Coimbra: Quarteto Editora.
- Azambuja, M. (2008). *Violência de Género e os Discursos Circulantes nos Cuidados de Saúde Primários*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho. Página consultada em 25 de Julho de 2013. Acedido em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8506/1/tese%20mariana%20azambuja.pdf>.

Azambuja, M. e Nogueira, C. (2008). Introdução à Violência Contra as Mulheres como um Problema de Direitos Humanos e de Saúde Pública. In *Saúde Soc. São Paulo*. 17 (3). 101-112. Página consultada em 25 de Julho de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000300011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300011).

APAV (1999). *A problemática das mulheres vítimas de violência: como compreender – Parte I*. Projeto Alcipe. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

APAV (1999). *A problemática das mulheres vítimas de violência: como proceder – Parte II*. Projeto Alcipe. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

APAV (2010). *Para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica*. Manual Alcipe. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Página consultada em 25 de Julho de 2013. Disponível em: [http://www.apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf](http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf).

APAV (2012). *Estatísticas APAV. Violência Doméstica 2011*. Página consultada em 25 de Julho de 2013. Disponível em: [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_VD\\_2011.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_2011.pdf).

APAV (2012). *Estatísticas APAV. Violência Doméstica 2000-2011*. Página consultada em 25 de Julho de 2013. Disponível em: [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Violencia\\_Domestica\\_2000-2011.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Violencia_Domestica_2000-2011.pdf).

APAV (2013). *Estatísticas APAV. Relatório anual 2012*. Página consultada em 25 de Julho de 2013. Disponível em: [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Totais\\_Nacionais\\_2012.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf).

APAV (2014). *Estatísticas APAV. Relatório anual 2013*. Página consultada em 12 de Maio de 2014. Disponível em: [www.APAV.pt/estatisticas](http://www.APAV.pt/estatisticas).

APAV (2014). *Parecer da APAV sobre as implicações legislativas da Convenção de Istambul do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a*

- Violência Doméstica*. Página consultada em 20 Setembro de 2014. Disponível em: [http://apav.pt/apav\\_v2/images/pdf/Parecer\\_da\\_APAV\\_relativo\\_as\\_implicacoes\\_legislativas\\_da\\_Convencao\\_de\\_Istambul.pdf](http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/Parecer_da_APAV_relativo_as_implicacoes_legislativas_da_Convencao_de_Istambul.pdf).
- Applet, B. Kaselitz, V., Logar, R., (2004). *Saindo da Violência. Linhas de orientação para implementar e gerir um refúgio para mulheres*. AMCV. Página consultada em 27 de Julho de 2013. Disponível em: [http://78.142.150.50/sites/wave.local/files/manual-zusammenfassung\\_port\\_web.pdf](http://78.142.150.50/sites/wave.local/files/manual-zusammenfassung_port_web.pdf).
- Baptista, I. (s/d). Casas-abrigo em Portugal: Uma realidade desconhecida: Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Género. Lisboa. Página consultada em 27 de Julho de 2013. Disponível em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628d4dd975f9\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d4dd975f9_1.pdf).
- Baptista, I. (coord.), Silva, M., e Nunes, J. (2004). National ReportPortugal, *Shelters@net*, Daphne Project. Página consultada em 27 de Julho de 2013. Disponível em: [http://www.cesis.org/admin/modulo\\_news/ficheiros\\_noticias/20130306111636-1sheltersnet\\_relatorioeuropeu.pdf](http://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20130306111636-1sheltersnet_relatorioeuropeu.pdf).
- Baptista, I. (2003). Violência Trajectórias Internacionais de (re)inserção. Relatório Final. Daphne Project. Lisboa. Página consultada em 28 de Julho de 2013: [http://ec.europa.eu/justice\\_home/daphnetoolkit/files/projects/2001\\_165/en\\_2001\\_165\\_final\\_report.pdf](http://ec.europa.eu/justice_home/daphnetoolkit/files/projects/2001_165/en_2001_165_final_report.pdf).
- Barros, P., Manuel, M. e Cerejo, S. (2008). Custos Sociais e Económicos da Violência Exercida Contra as Mulheres em Portugal: dinâmicas e processos socioculturais. In *IV Congresso Português de Sociologia*, Mundos Sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. 25-28 de Junho (pp. 1-11). Página consultada em 27 de Julho de 2013. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/60.pdf>.
- Barroso, Z. (2008). Violência nas relações amorosas. In *IV Congresso Português de Sociologia*, Mundos Sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. 25-28 de Junho (pp. 1-9). Página consultada em 29 de Julho de 2013. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/597.pdf>.



- Branco, M. (2007). *Violência Conjugal Contra A Mulher. Histórias Vividas e Narradas no Feminino*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta. Página consultada em 29 de Julho de 2013. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/736/1/LC349.pdf>.
- Cabral, M. (1991). Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciência & Saúde Coletiva*. 4(1), 183-191. Página consultada em 29 de Julho de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81231999000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100016).
- Canço, D. e Santos, F. (2011). *Igualdade de Género em Portugal 2010*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Página consultada em 29 de Julho de 2013. Disponível em: [http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/IGUALDADE\\_GENERO\\_2010.PDF](http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/IGUALDADE_GENERO_2010.PDF).
- Cardoso, C. (2012). *A Violência Doméstica e as Penas Acessórias*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica. Página consultada em 31 de Julho de 2013. Acedido em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9686/1/Tese%20mestrado%20-%20A%20Viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica%20e%20as%20penas%20acess%C3%B3rias.pdf>.
- Carloto, C. e Calão, V. (2006). A importância e o significado da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. *Emancipação*, 6 (1): 205-226, 2006.
- Carmo, H. e Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação*. Guia para auto-aprendizagem. (2.<sup>a</sup> ed). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carrillo, R. (1997). Introduccion: Violencia contra las mujeres. In *Las mujeres contra la violencia: rompiendo el silencio*. Editado por Ana Maria Brasileiro. Nueva York: Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM).
- Carvalho, A. (2008). *O estilo de vinculação em mulheres vítimas de violência conjugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Página consultada em 31 de Julho de 2013. Acedido em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/763>.
- Carvalho, C. (2012). *Construção social da violência doméstica mediante a análise de autos de notícia e de denúncia da Polícia de Segurança Pública (PSP)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa. Página consultada em 31 de Julho de 2013. Acedido em:

<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3619/1/TESE%20-%20Cristiana%20Carvalho%20%2810.12.12%29.pdf>.

- Casimiro, C. (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria de género. *Análise Social*, XLIII (3.º), 579-601. Página consultada em 31 de Julho de 2013. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222271301F5hRJ2yz1Oz55WJ0.pdf>.
- Casimiro, C. (2004). Violências na conjugalidade: um problema simétrico?. In VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão social do no milénio, Coimbra, 16-18 Setembro 2004 (1-18).
- Casimiro, C. (2002). Representações sociais de violência de violência conjugal. *Análise Social*, XXXVII (163), 603-630. Página consultada em 31 de Julho de 2013. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218733193N7ILR3rn1Yd68RN0.pdf>.
- CIG (2009). Violência doméstica: encaminhamento para casa de abrigo. Coleção Violência de Género 1. Lisboa.
- CIG (2009). Violência Doméstica: compreender para intervir. Coleção Violência de Género. Lisboa.
- Código Penal. Artigo 152º. Página consultada em 5 de Agosto de 2013. Acedido em: [http://www.redecivil.mj.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=204%3Aart-152-cp&catid=87&Itemid=74](http://www.redecivil.mj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=204%3Aart-152-cp&catid=87&Itemid=74).
- Comissão de Mulheres do MAS (2012). 25 de Novembro: Basta de violência contra a mulher! Basta de austeridade!. Sábado. Página consultada em 2 de Agosto de 2013. Acedido em: [http://www.mas.org.pt/index.php?view=article&catid=141%3Amulher&id=508%3A25-de-novembro-basta-de-violencia-contr-a-mulher-basta-de-austeridade&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=604](http://www.mas.org.pt/index.php?view=article&catid=141%3Amulher&id=508%3A25-de-novembro-basta-de-violencia-contr-a-mulher-basta-de-austeridade&format=pdf&option=com_content&Itemid=604).
- Comunidades Europeias (1999). *Guia de Avaliação do Impacto em Função do Género*. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Convenção de Istambul (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/convention-violence/convention/Convention%20210%20Portuguese.pdf>.

- Correia, S. (2012). O serviço social no combate à violência de género em contexto de Casas de Abrigo em Portugal. Licenciatura em Serviço Social, Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Página consultada em 2 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/97509062/O-Servico-Social-no-combate-a-violencia-de-genero-em-contexto>.
- Cortez, A. (2009). *Histórias de vitimação e seus significados*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Página consultada em 2 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55008/2/72831.pdf>.
- Costa, D. (2009). Privilégios e Direitos: Territórios sem Fronteira na Violência Doméstica?. In *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto*, Volume IV População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades, Braga, 4-7 Fevereiro 2009 (222-232).
- Costa, S. (2009). *Mediação Penal e Justiça restaurativa*. O debate em Portugal. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa. Página consultada em 2 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2445/1/tese%20mestrado\\_v%20final%20SC.pdf](http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2445/1/tese%20mestrado_v%20final%20SC.pdf).
- Coutinho, M. & Sani, A. (2010). Casa Abrigo: a Solução ou o Problema?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 633-641. Página consultada em 2 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000400007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000400007&script=sci_arttext).
- Cunha, D. e Pinho, M. (2011). Sugestionabilidade Interrogativa em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal. *Ex æquo*, 23, 133-147. Página consultada em 2 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087455602011000100011&script=sci\\_arttext7](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087455602011000100011&script=sci_arttext7).
- Cunha, T. (2009). Violência Psicológica contra a mulher: Dor Invisível. In *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto*, Volume IV População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades, Braga, 4-7 Fevereiro 2009 (237-244).
- Decreto-regulamentar n.º 1/2006, de 25 de janeiro, DR n.º 18, I Série. Regula as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas de abrigo previstas na Lei n.º

- 107/99, de 3 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro. Página consultada em 5 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://www.dre.pt/pdf1s/2006/01/018B00/05940601.pdf>.
- DGAI (2010). A violência doméstica na região autónoma dos Açores. Estudo socio-criminal. Coleção Direitos Humanos e Cidadania, 2.
- DGAI (2012). Violência Doméstica – 2011. Relatório anual de monitorização. Ocorrências participadas às Forças de Segurança (FS); Estruturas especializadas- FS; Atribuição do estatuto de vítima e decisões finais em processos-crime. Lisboa. Página consultada em 7 de Agosto de 2013. Acedido em: [http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30\\_relatorio\\_anual\\_seguranca\\_interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relatorio_anual_seguranca_interna.pdf).
- Dias, I. (2004). *Violência na Família – Uma abordagem Sociológica*, Porto: Edições Afrontamento.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica*. Porto: Afrontamento.
- Dias, I. (2000). *O espaço doméstico como lugar de violência inter-géneros*. In XI Noites de Sociologia da F.L.U.P., Portugal, 5 de Abril 2000 (pp 103-106). Página consultada em 10 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1483.pdf>.
- Duarte, C. (2005). *Percepções de conflito e violência conjugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Página consultada em 8 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19957/2/34183.pdf>.
- Duarte, M. (2012). *O lugar do Direito nas políticas contra a violência doméstica*. In Ex aequo, Portugal, 2012 (pp 59-73). Página consultada em 5 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602012000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0874-55602012000100006&script=sci_arttext).
- Duarte, M. (2011). *Violência Doméstica e sua Criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da Lei*. In Sistema Penal & Violência, Portugal, Julho/Dezembro 20011 (pp 1-12).
- Duarte, V. (s/d). *Violência Conjugal: o pacto de silêncio. Uma reflexão sociológica sobre o impacto da legislação penal portuguesa no crime de violência conjugal*. Página consultada em 5 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc\\_1154094288\\_60.pdf](http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1154094288_60.pdf).

- EMCDV (2006). *Guia de recursos na área da violência doméstica*. Página consultada em 10 de Agosto de 2013. Disponível em [http://www.magnete-tech.com/cig/docs/GuiaRecursosCompleto\\_200711081153.pdf](http://www.magnete-tech.com/cig/docs/GuiaRecursosCompleto_200711081153.pdf).
- Estorninho, C. (coord.) (2006). *Guia de Recursos na Área da Violência doméstica*. Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, do Trabalho e da Segurança Social. Lisboa. Página consultada em 10 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://www.magnete-tech.com/cig/docs/GuiaRecursosCompleto\\_200711081153.pdf](http://www.magnete-tech.com/cig/docs/GuiaRecursosCompleto_200711081153.pdf).
- Faria, N. (2014). Estudo mostra que 24% das portuguesas foram vítimas de violência. Inquérito Europeu. *Público*. N.º 14. 6 de Março. Acedido em: [http://web.seg-social.pt/app/newsletter/preview\\_documentos.asp?id=31751&m=pdf](http://web.seg-social.pt/app/newsletter/preview_documentos.asp?id=31751&m=pdf).
- Faro, P. (2012). *Representações das vítimas de violência doméstica sobre o sistema de justiça criminal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa. Página consultada em 28 de Julho de 2013: [http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3475/3/DM\\_24309.pdf&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=z7i7U5CJD-fX0QXJ8IBA&ved=0CBkQFjAB&usg=AFQjCNHlhGMneEcVzqHfoQldt3W1NoY4Q](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3475/3/DM_24309.pdf&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=z7i7U5CJD-fX0QXJ8IBA&ved=0CBkQFjAB&usg=AFQjCNHlhGMneEcVzqHfoQldt3W1NoY4Q).
- Fernandes, A. (2011). *Violência Conjugal: Intervenção Social e Direitos Humanos*. Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Página consultada em 12 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/4444/1/Viol%C3%Aancia%20Conjugal%20Interven%C3%A7%C3%A3o%20Social%20e%20Direitos%20Humanos.pdf>.
- Fernandes, F. (2002). *A mulher vítima de violência conjugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Página consultada em 12 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9829/3/4603\\_TM\\_01\\_P.pdf](http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9829/3/4603_TM_01_P.pdf).
- Ferreira, C. (2012). *A complexidade da violência doméstica: Contributos para a justificação da intervenção social em rede*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa. Página consultada em 12 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3521/3/DM\\_16496.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3521/3/DM_16496.pdf).
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na Investigação Social*. Lisboa: Monitor, pp. 130-131.

- Francisco, S. (2014, Agosto 20). Violência doméstica. Associações querem que a polícia possa decretar afastamento do agressor. [Versão eletrónica], *Jornal i*, <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/violencia-domestica-associacoes-querem-policia-possa-decretar-afastamento-agressor>.
- Gelles, R. (1995), Family violence and abuse, in R. J. Gelles (ed.), *Contemporary Families – A Sociological View*, Londres: Sage Publications, pp. 449-483.
- Grossi, P. (1996). Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde. In *Gênero e Saúde*. Porto Alegre, Artes Médicas (133-149).
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia.
- Jesus, A. (2004). *Violência Doméstica*. Licenciatura de sociologia. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Fontes de Informação Sociológica. Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra. Página consultada em 12 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2003020.pdf>.
- Ketele, J. & Roegiers, X. (1999). *Metodologia de Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos e Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Instituto Piaget. s.l.
- Lei n.º 19/2013 de 21 de Fevereiro. 29ª Alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. Diário da República, 1º Série, n.º 37.
- Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro de 2007, DR n.º 170, I Série. Alteração ao Código Penal Português, artigo 152º.
- Lei n.º 61/91 de 13 de Agosto de 1991, DR n.º 185, I Série. Garante proteção adequada às mulheres vítimas de violência. Página consultada em 5 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://dre.pt/pdfs/1991/08/185A00/41004102.pdf>.
- Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro de 2009, DR n.º 180, I Série. Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas

e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto -Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro. Página consultada em 5 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://dre.pt/pdf1s/2009/09/18000/0655006561.pdf>.

Lisboa, M., Barros, P., Cerejo, D. (2009). Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, reconstruindo identidades. In *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto*, Volume IV População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades, Braga, 4-7 Fevereiro 2009 (161-165).

Lisboa, M. (coord.), Barroso, Z., Patrício, J., Leandro, A. (2009). Violência e Género-Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Lisboa, T. e Pinheiro, E. (2005). A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a Mulher. *Katálysis*, 8, 2, 199-210.

Lourenço, N. e Carvalho, M. (2001). Violência doméstica: conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. *Themis*, Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano II, 3, 95-121. Página consultada em 14 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/407/1/2001\\_THEMIS.pdf](http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/407/1/2001_THEMIS.pdf).

Lourenço, N. e Carvalho, M. (2001). Estudos sobre a mulher. *Faces de Eva*. Universidade Nova de Lisboa. 6, 9-26.

Machado, C., Dias, A. (2008). Género e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, XXVI (4), 571-586. Página consultada em 14 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v26n4/v26n4a04.pdf>.

Magalhães, M. (2010). *Violência e abuso. Respostas simples para questões complexas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Página consultada em 14 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://pt-br.kilibro.com/books/4d34f1db-bf8b-4b7b-91b5-76decbead69d>.

Magalhães, M. (2005). A violência nas relações de intimidade. Um contributo para a definição de alguns conceitos. CIIE- FPCEUP. Página consultada em 14 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/ViolenciaConceitosMJM2005.pdf>.

- Magalhães, M., Morais, C., e Castro, Y. (2011). Organização e Funcionamento duma Casa de Abrigo de solidariedade social. *Psicologia & Sociedade*, 23 (3), 598-607. Página consultada em 20 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000300018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822011000300018&script=sci_arttext).
- Magalhães, M., Castro, Y. (2011). Projeto “Amor, Medo e Poder”: um balanço da investigação. Página consultada em 15 de Agosto de 2013. Disponível em [http://www.fpce.up.pt/love\\_fear\\_power/apresentacoes/apresenta\\_visao\\_vitimas.pdf](http://www.fpce.up.pt/love_fear_power/apresentacoes/apresenta_visao_vitimas.pdf).
- Marques, A. (2009). *A Violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projectos de vida alternativos. Um estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Página consultada em 20 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/123456789/111/2/TMES%207.pdf>.
- Matos, M. (2002) Violência conjugal. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords), *Violência e Vítimas de crimes, Vol I: Adultos*. Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2003) Violência conjugal. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords), *Violência e Vítimas de crimes, Vol I: Adultos*. Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento: Universidade do Minho. Página consultada em 19 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf>.
- Matos, M. & Carla, M. (1999). Violência Conjugal e o Modelo de Intervenção em Crise. Teoria, investigação e Prática, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2, 373 – 388.
- Matos, E. (2003). Estratégias de Combate à Violência Doméstica. Manual de Recursos. Lisboa: Direção Geral da Saúde. Página consultada em 19 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/estrategias%20v%20d.pdf>.
- Meireles, M. (2012). *A integração em Casa Abrigo como forma de reorganização do projeto de vida*. Tese de Licenciatura: Universidade Fernando Pessoa. Página consultada em 20 de Agosto de 2013. Acedido em:



[http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3613/1/Projeto%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o\\_vers%C3%A3o%20completa-%20Marisa%20da%20Silva%20Meireles\\_21824\\_Servi%C3%A7o%20Social.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3613/1/Projeto%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o%20completa-%20Marisa%20da%20Silva%20Meireles_21824_Servi%C3%A7o%20Social.pdf).

- Miller, J., & White, N. (2003). Gender and adolescent relationship violence: A contextual examination. *Criminology*, 41, 1207-1248.
- Minayo, M. (2005). *Relaciones entre procesos sociales, violencia y calidad de vida*. Salud Colectiva, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 69-78.
- Manita, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal. Intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar integrar* – revista de reinserção social e prova, n. 1, 21-32.
- NEP/CES (s.d.). Mulheres e violências. A invisibilidade feminina em contexto de violência armada. Coimbra: IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr. Página consultada em 25 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ogiva/media/documentos/ManualMulheresEViolencias.pdf>.
- Organização Mundial da Saúde (2002). *Relatório mundial da saúde 2001. Saúde mental: Nova concepção, nova esperança* [The world health report 2001. Mental health: New understanding, new hope]. Lisboa: Direção Geral da Saúde.
- Pardal, L., e Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Pais, M. (1998). “Violência contra as mulheres”, Seminário organizado, em 18 de Março de 1994, pela Universidade Católica, em colaboração com a Secretaria de Estado da Justiça, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e o Clube Ser optimista Internacional de Lisboa. Página consultada em 15 de Dezembro de 20013. Página consultada em 25 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-publicacoes/7374-b.pdf>.
- Pinto, J. (2009). *Impacto psicológico e psicopatológico da violência conjugal em mulheres vítimas acolhidas em casas de abrigo. Estudo exploratório em duas casas de abrigo do Grande Porto*. Tese de Mestrado: Universidade do Porto. Página consultada em 20 de Agosto de 2013. Acedido em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19364/2/Tese%20de%20Mestrado%202006%202008.pdf>

- Pedro, C., Guedes, O. (s/d). *As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres*. In Anais do I Simpósio sobre Estudos de Género e Políticas Públicas. GÉNERO e movimentos sociais. Página consultada em 25 de Agosto de 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>.
- Peixoto, A. (2002). Vozes de mulheres que passaram pela experiência de acolhimento numa Casa Abrigo. Relatório de estágio não publicado. Braga: Universidade do Minho.
- Portugal, Sílvia (2000). Globalização e Violência Doméstica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 57/58, 231-258.
- Quaresma, F., Cardoso, C. (2012). Violência Doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal. Lisboa: Cadernos da Administração Interna Coleção Direitos Humanos e Cidadania. Página consultada em 25 de Agosto de 2013. Acedido em: [http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/.../Publicacao%20VD\\_dez\\_2012%20v1.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/.../Publicacao%20VD_dez_2012%20v1.pdf).
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- RASI (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2011*. Portugal: Gabinete do Secretariado Geral. Página consultada em 27 de Agosto de 2013. Acedido em: [http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30\\_relatorio\\_anual\\_seguranca\\_interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relatorio_anual_seguranca_interna.pdf).
- RASI (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*. Acedido em 23 de Maio de 2013 em: [http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327\\_RASI%202012\\_vers%C3%A3o%20final.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf).
- RASI (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*. Acedido em 12 de Maio de 2014 em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/documentos-oficiais/20140401-rasi-2013.aspx>.
- Redondo, J., Pimentel, I., Correia, A. (2012). MANUAL SARAR – SINALIZAR, APOIAR, REGISTRAR, AVALIAR, REFERENCIAR: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros íntimos. Serviço de Violência Familiar – Hospital Sobral Cid. Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Página consultada em 12 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.arscentro.min-saude.pt/Noticias/Documents/Manual%20SARAR.pdf>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003 (2003). Diário da República, 1.ª Série, n.º 154.

Aprova o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006). Página consultada

em 15 de Maio de 2013. Acedido em:

<http://dre.pt/pdf1s/2003/07/154B00/38663871.pdf>.

Revista da Faculdade de Direito da UNL. Ano II, 3, 95-121. Página consultada em 10 de

Setembro de 2013. Disponível em:

[http://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/407/1/2001\\_THEMIS.pdf](http://repositoriocientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/407/1/2001_THEMIS.pdf).

RIVS (2011). Guia para o atendimento e intervenção em rede. Sintra: Tabacaria subsidiária da Philip Morris International.

Rodrigues, A. (s.d.). *De que é feito o amor entre os pais que se batem? Significados do amor, conjugalidade, papéis de género e violência, em adolescentes expostos a violência doméstica*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto. Página consultada em 27 de Junho de 2013. Acedido em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23421/2/67429.pdf>.

Rocha, G., Lalandia, P., Caldeira, S., Sousa, A., Palos, A. e Soares, D. (2010). *A Violência Doméstica na Região Autónoma dos Açores. Estudo Sócio Criminal*. Cadernos da Administração Interna. Página consultada em 27 de Agosto de 2013. Disponível em: [http://web.cesua.uac.pt/ViolenciaDomestica\\_PT.pdf](http://web.cesua.uac.pt/ViolenciaDomestica_PT.pdf).

Rubio, M., e Varas, J. (2004). *El Análisis de la Realidad en la Intervención Social – Métodos y técnicas de investigación*. Madrid: Editorial CCS.

Sani, A. e Caridade, S. (coord.) (2013). *Violência, Agressão e Vitimação: práticas para a intervenção*. Coimbra: Almedina.

Santo, F. (2012). *Igualdade de Género em Portugal 2011*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Página consultada em 27 de Junho de 2013. Disponível em: [http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/Igualdade\\_Genero\\_2011.pdf](http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/Igualdade_Genero_2011.pdf).

Soares, M. (2012). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Erradicação da violência doméstica contra as mulheres. Página consultada em 27 de Junho de 2013. Acedido em:

[www.toad.eesc.europa.eu/ViewDoc.aspx%3Fdoc%3Dces%255Csoc%255Csoc465%255CPT](http://www.toad.eesc.europa.eu/ViewDoc.aspx%3Fdoc%3Dces%255Csoc%255Csoc465%255CPT)

[%255CCES1416-2012\\_00\\_00\\_TRA\\_AC\\_PT.doc%26docid%3D2853292+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt.](#)

Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia familiar*. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, J. (2009). Serviços Públicos de Atendimento às mulheres Vítimas de Violência Doméstica: uma Análise das Casas-Abrigo. [Em linha]. Página consultada em 27 de Junho de 2013. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=168126](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=168126).

Silva, L. (1991). «O direito de bater na mulher» - violência interconjugal na sociedade portuguesa. *Análise Social*, XXVI (111), 385-397. Página consultada em 8 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038880D5bPK3ve6Vj10EJ6.pdf>.

Silva, L. (1991). «O direito de bater na mulher» – violência interconjugal na sociedade portuguesa. *Análise Social*, XXVI (2.º), 385-397. Página consultada em 8 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223038880D5bPK3ve6Vj10EJ6.pdf>.

Silva, S. (s.d.). Violência na mulher. Trabalho de Licenciatura. Página consultada em 8 de Setembro de 2013. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0037.pdf>.

Silva, M., Jorge, A., Queiroz, A. (2009). Tensões e assimetrias de género – Processos de ruptura conjugal e poder paternal. In *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto*, Volume IV População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades, Braga, 4-7 Fevereiro 2009 (201-209).

Stecanela, N., Ferreira, P. (2009). Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, reconstruindo identidades. In *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades Desiguais e paradigmas em confronto*, Volume IV População, modos e ciclos de vida: Família, género e sexualidades, Braga, 4-7 Fevereiro 2009 (151-160).

Straus, M. A. (1999). The controversy over domestic violence by women: A methodology, theory, and sociology of science analysis. In X. B. Arriaga & S. Oskamp (Eds.), *Violence intimate relationships* (pp. 17-43). London: Sage Publications.

UMAR (2010). Dossier violência de género 2010. Página consultada em 23 de Maio de 2013.

Disponível em:

[http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/dossier\\_dados\\_globais\\_VD2010.pdf](http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf2/dossier_dados_globais_VD2010.pdf).

UMAR (2013). Relatório intercalar síntese dos dados sobre femicídio e tentativas de femicídio ocorridas em Portugal, no 1.º semestre de 2013. Página consultada em 23 de Maio de 2013. Disponível em:

<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2013/Relat%C3%B3rio%20intercalar%20OMA%202013.pdf>.

UMAR (2012). Relatório dos dados preliminares sobre femicídio e tentativas de femicídio ocorridas em Portugal em 2012. Página consultada em 23 de Maio de 2013. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2012/OMA%202012.pdf>.

#### REPORTAGENS E DOCUMENTÁRIO:

SIC. “Fugir do medo” [Reportagem]. Acedido em 5 de Maio de 2013 em: <http://videos.sapo.pt/v3jhgRJO7SdUKv9jzcH>.

Jornal de Notícias. “Casa Abrigo ajuda vítimas de violência doméstica a recomeçar” [Reportagem]. Acedido em 5 de Maio de 2013 em: [http://www.jn.pt/multimedia/video.aspx?content\\_id=2917988](http://www.jn.pt/multimedia/video.aspx?content_id=2917988).

RTP. “Vítimas da violência doméstica tentam recomeçar vida num abrigo” [Reportagem]. Acedido em 5 de Maio de 2013 em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=503596&tm=8&layout=122&visual=61>.

TSF. “Portugal Solidário – Aqui As Portas Não Batem” [Reportagem]. Acedido em 5 de Maio de 2013 em: [http://www.tsf.pt/multimedia/video/Default.aspx?Pageldx=53&content\\_id=1763046&page\\_video=55](http://www.tsf.pt/multimedia/video/Default.aspx?Pageldx=53&content_id=1763046&page_video=55).

RTP. “Exemplos de violência doméstica” [Reportagem]. Acedido em 5 de Maio de 2013 em:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=606366&tm=8&layout=122&visual=61>.

Ao norte (Produtor), & Viana, E. (Coordenação). (2014). “. DE PARTIDA” [Documentário].

Gabinete Social de Atendimento à Família (GAF).

## ANEXOS

## ANEXO 1



## 1 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “FUGIR DO MEDO”

**Data de realização da reportagem:** 2006, 13 de Novembro

Reportagem produzida pela SIC

**Duração da reportagem:** A reportagem tem uma duração de 23 minutos e 33 segundos.

**Local da realização da reportagem:** Casa Abrigo da APAV

Reportagem de Susana Bastos (Jornalista), imagem Vítor Caldas, edição de imagem de Ricardo Tenreiro e grafismo de Agostinho Ribeiro

**Música:** Esta reportagem inicia-se com uma música melodramática. Nesta música ouve-se um piano a tocar notas graves, de forma baixa e suave. Toda a reportagem é acompanhada por uma narradora.

**Intervenientes:** As pessoas que aparecem nesta campanha são as vítimas (Angelina, Isabel Soares, Andreia, Paula Mendes, Susana Carvalho), a filha de uma das vítimas (Marta), a Diretora Técnica (Cátia Rodrigues), o Psicólogo (Daniel Cotrim), a Assistente Social (Raquel Moreira) e a jornalista que acompanha toda a reportagem.

### **Descrição da reportagem:**

A reportagem é iniciada com uma imagem meio desfocada, mostrando duas pessoas a tirar malas de um carro. De seguida ouve-se a jornalista, como narradora, a mencionar que “tudo o que têm cabe na bagageira de um táxi. Angelina e Marta são mãe e filha. Uma vai a meio da adolescência a outra já passou dos cinquenta e foi expulsa de casa pelo marido ao fim de trinta anos de insultos, espancamentos e ameaças de morte.” Enquanto ouvimos estas palavras mãe e filha entram na Casa Abrigo. A jornalista continua a falar “Angelina e Marta chegaram ao fim da linha, uma Casa Abrigo para vítimas de violência”. Neste momento a imagem que nos aparece é acompanhada por uma música melodramática. Ouve-se o som de um piano e ao mesmo tempo o som de uma criança a chamar. À imagem vão-se sobrepondo umas palavras, tais como “humilhação”, “violência doméstica”, “sofrimento”, “vergonha”. Por detrás destas palavras vamos vendo imagens desfocadas da Casa Abrigo, aparecendo então o título da reportagem “Fugir do medo”.

A imagem desfocada, vai-nos documentando a parte de fora da Casa Abrigo. Enquanto isso acontece a jornalista vai falando “vista de fora é uma casa igual a tantas outras, mas do exterior só estamos autorizados a filmar o jardim. Por razões de segurança é proibido divulgar a localização deste refúgio”. Da imagem do jardim passamos para a parte de dentro da casa. Já com a imagem perfeitamente nítida, vemos uma casa vazia que ainda se encontra a ser acabada. Um homem carrega os móveis para as respetivas divisórias da casa. Enquanto vemos a dinâmica das obras a jornalista vai falando “estamos a quatro meses da abertura daquela que será a segunda Casa Abrigo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Há caixotes por todo o lado, hoje, com alguns dias de atraso, chegam os móveis”. Depois da jornalista terminar a sua fala é filmado um homem mencionando o número de móveis que vão para cada quarto. Enquanto isso acontece, uma mulher acompanha-o e vai confirmando se está tudo correto. Novamente retoma a palavra a jornalista “a casa, com capacidade para vinte pessoas, tem sete quartos, vão ser partilhados por utentes ou por mães e filhos. Há várias casas de banho, um salão polivalente e uma sala de brinquedos”. Neste momento a imagem começa a passar mais rápido e é acompanhada por uma música enérgica e acelerada ao som de um xilofone, e vamos vendo os trabalhadores a montar os móveis. A jornalista retoma a palavra e a imagem vai acompanhando aquilo que ela vai referindo “a cozinha tem acesso direto à sala, uma zona mista de refeições e convívio. Neste piso há uma lavandaria, dois gabinetes, um deles de acolhimento, e um quarto com características diferentes dos que vimos até agora. Chamam-lhe quarto de emergência, mais tarde perceberemos como funciona”. Neste momento a imagem mostra-nos uma senhora a vestir uma criança (nunca nos é mostrado o rosto das pessoas), posteriormente a mesma senhora aparece a arrumar o seu quarto. Enquanto a cena decorre a jornalista retoma a palavra “as primeiras moradoras da Casa Abrigo e os filhos estão aqui há quinze dias. Foram encaminhadas pelos gabinetes da APAV, por outras organizações não-governamentais ou por outras instituições como a Segurança Social. Para todos os efeitos estão em paradeiro desconhecido e por isso não podem ser identificadas.” Vemos agora uma senhora (nunca a sua cara) a arrumar a sua cama enquanto refere “queres ajudar a mãe? Puxa naquele canto lá no fundo para ser mais depressa”. Retoma novamente a palavra a jornalista “às sete e meia da manhã, como manda o regulamento da casa, Susana é a primeira a acordar para levar as crianças à escola” (enquanto vai falando vemos as mãos da Susana a preparar o pequeno

almoço). A jornalista prossegue a sua fala “aceita falar na esperança de ajudar outras mulheres a tomarem a decisão que lhes podem salvar a vida. Dizer basta à violência doméstica.” Começa então a Susana Carvalho a falar, a voz aparece um pouco distorcida e na imagem aparecem-nos umas legendas para que percebamos melhor o que a vítima diz. Susana é filmada, mas a imagem é desfocada para não identifiquemos de quem se trata. Susana diz “A primeira vez que ele me bateu foi na noite antes do casamento.” Jornalista “E no dia seguinte casou com ele?”. Susana “Casei”. Jornalista “Porquê?”. Susana “Não sei... porque...Ponderei bem a situação de ir ou não, foi verdade”. Jornalista “Subiu ao altar por amor, ignorou o primeiro sinal com a desculpa que foi só daquela vez. Depois do casamento as agressões passaram a ser diárias e cada vez mais violentas”. Susana “cheguei a apanhar no meio da rua e à frente da PSP”. Jornalista “e alguém fez alguma coisa?” Susana “Não”. Jornalista “Alguém veio em seu socorro?”. Susana “Não”. Jornalista “Em que estado é que ficou dessa vez?”. Susana “Eu? Com os lábios completamente rebentados, com um punhal espetado no pulso e com duas nódoas negras na cara”. Jornalista “E ficou assim no meio da rua?”. Susana “Fiquei”. Jornalista “E as pessoas passavam por si e deixavam-na lá?”. Susana “Não, se calhar, ainda gozavam com a minha cara”. Jornalista “o agressor, agora ex-marido, chegou a raptá-la, tentou violá-la e matá-la. Susana perdeu a conta às nódoas negras e ameaças, denunciou os maus tratos físicos e psicológicos. Não lhe serve de consolo”. (Há medida que a jornalista vai falando vemos Susana a arranjar-se, estica o cabelo e maquilha-se). Susana “demoram muito, muito tempo a fazer o processo-crime. Chegaram ao dia do julgamento... Está em liberdade. Para variar é sempre assim. E nós é que temos que deitar as trouxas às costas e desenrasca-te, se puderes. É a justiça portuguesa que nós temos”. Jornalista “quando a justiça tarda em atuar, para muitas mulheres a fuga é a única escapatória possível. Têm que deixar tudo para trás e passar a viver escondidas”. Agora ouvimos e vemos Daniel Cotrim da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima “É preciso que se saiba que punir eficazmente o agressor, é preciso que se saiba limitar eficazmente o agressor, é preciso que se dê sobretudo às mulheres segurança. É preciso que cada vez mais, do ponto de vista da justiça, estas coisas...ah...atuem rapidamente e que não esperemos seis meses. Porquê? Ou a mulher vai continuar a fugir ou um dia destes o agressor a encontra e a mulher não foge mais. Porque é assassinada”. Neste momento vemos e fala Cátia Rodrigues, Diretora Técnica da Casa Abrigo, “Estou convencida que se elas se sentissem em

segurança e que têm um apoio efetivo que se calhar sentir-se-iam com maior motivação e coragem para denunciar depois este tipo de crimes”. Retoma a palavra a jornalista e a imagem altera-se, vemos agora as mãos de alguém a passar a ferro e de seguida panels ao lume. Jornalista “Aqui não há empregadas. Todas as utentes lavam, limpam, arrumam consoante uma escala de serviço definida semanalmente. O almoço de segunda à sexta é feito por uma cozinheira. Todas as outras refeições são preparadas pelas utentes. O objetivo é mante-las ocupadas, mas mais do que isso, a prioridade é promover algumas competências que entretanto se perderam”. Agora a imagem centra-se numa vítima que aparece desfocada, e num bebé que aparece ao seu lado a beber o biberão. Enquanto isso a jornalista refere que “Paula tem três filhas ainda muito pequenas que assistiram às discussões entre o pai e a mãe. Conta que a mais velha ajuda-a a tomar a decisão de abandonar o marido”. Fala agora Paula Mendes (apenas a vemos de perfil e a sua sombra) que refere “Muitas das vezes, fechava-me na casa de banho ou ia para um local onde ela não pudesse ver-me a chorar, mas, às vezes não conseguia e ela dizia-me: Mãe tens dói-dói?”. Jornalista “Fartou-se de tentar ajudar o companheiro toxicodependente e violento. Associa os estalos que recebeu e os insultos que ouviu ao consumo de estupefacientes”. Paula “Era mais verbalmente, pronto. Só quando estava... vamos dizer assim mesmo, com a ressaca, não é... E eu dizia que não dava (dinheiro) e eu própria ofendia-o, também nervosa e revoltada, chamava-lhe... Pronto, alguns nomes não é? E talvez aí ele dar-me um estalo ou um empurrão. Nunca foi também para além disso. Mas pronto, era mais o psicológico e o verbal”. Jornalista “Não há drogas nem álcool em excesso que sirvam de justificação para a violência doméstica. Paula há-de entender isso daqui por uns meses com a ajuda da psicóloga da Casa Abrigo”. Enquanto a jornalista fala, vemos Paula a tomar conta das suas filhas pequenas. Paula “Se não fosse mesmo as minhas filhas, passava o dia todo na cama. Sem querer ouvir ninguém, sem querer comer, sem querer...”. Filmam agora uma senhora de costas e meio desfocada a deslocar-se de um ponto para outro na casa, chega à sala e põe a mesa, enquanto isso a jornalista fala “a casa tem nesta altura mais uma mulher. Só a vemos à hora das refeições ou quando tem que fazer alguma das tarefas domésticas que lhe estão destinadas. Quase não fala, em parte porque ainda não domina a língua portuguesa mas principalmente porque vive numa tristeza profunda. No dia da fuga, Andreia, não conseguiu trazer o filho. Todas as outras utentes estão aqui com as crianças. A regulação do poder paternal

é das primeiras coisas a ser tratada”. Daniel Cotrim, o psicólogo, começa a falar “É feito um pedido para o tribunal no sentido da respetiva custódia ou do respetivo poder paternal ficar atribuído à mãe por um conjunto de motivos. Porque o pai é um alegado agressor, porque o pai não demonstra condições de poder ser um bom pai. Portanto é feito, basicamente, é entregue um relatório com todas as informações. Portanto ninguém está, nenhuma criança, nenhum jovem, está num centro de acolhimento com a mãe como refém ou sequestrado por instituição alguma ou sequestrado pela mãe”. Jornalista “Numa Casa Abrigo, e são trinta e quatro espalhadas pelo país, as utentes não pagam um cêntimo pela estadia. Têm direito a alojamento, alimentação e roupa. Recebem apoio jurídico, social, profissional e psicológico. Podem ficar aqui seis meses ou um pouco mais se for preciso, até conseguirem reorganizar a vida”. Enquanto isto é referido a imagem que se nos apresenta é a de uma criança a ver televisão. Novamente Paula volta a falar, continua a ser filmada de perfil e em formato sombra “Agora estou mesmo sozinha, não é? Eu, agora, estou aqui eu e as minhas filhas e...pronto. E tenho medo de...não sei, se calhar, de não conseguir dar o salto que eu quero dar”. Jornalista fala enquanto filmam Paula arranja o seu cabelo “Logo nos primeiros dias uma das prioridades é levantar a autoestima destas mulheres. Durante anos a fio foram humilhadas pelos companheiros ao ponto de perderem o amor-próprio”. Paula “Não tinha gosto em vestir-me, não tinha gosto em pintar-me, não tinha gosto em nada. Para mim, vestir uns chinelos, um fato-de-treino e uma t-shirt, andava assim o dia todo”. A imagem centra-se agora em Raquel Moreira, Assistente Social da Casa Abrigo, que é filmada no seu gabinete e refere que “Muitas delas, a grande maioria, vêm com um aspeto, assim muito em baixo, e então tentamos convence-las a mudar de visual, a mudar de corte de cabelo, arranjando roupas novas, bonitas, não trapos, roupas bonitas, que a façam sentir-se bonitas que isso é o principal. E a partir daí parece que tudo é mais fácil”. De seguida filmam todas as crianças, sem nunca mostrar a cara das mesmas, a brincar numa sala cheia de brinquedos. Jornalista “Em simultâneo trabalham-se os afetos”. Raquel Moreira “Pode haver uma mãe que não dá os beijinhos aos filhos, que não brinque, que só se importa, por exemplo, em dar o banho, de comer, dormir. E nós queremos mais do que isso, queremos afetos, queremos que a mãe tenha tempo para brincar com a criança. Se um dia ela não teve cabeça, não é, não teve estabilidade emocional para brincar com a criança hoje, nesta casa, ela tem paz pode brincar com a criança, tem tempo para fazê-lo, tem condições para fazê-lo”. Seguidamente

a imagem centra-se nas brincadeiras das crianças enquanto a jornalista refere que “Mesmo que nunca tenham sido agredidas pelo pai ou companheiro da mãe as crianças também são vítimas e isso percebe-se num gesto, num olhar vazio, ou na falta de um sorriso”. Agora filmam as crianças e a diretora com as crianças, enquanto isso ouve-se a voz de Cátia Rodrigues que explica que “Também acaba por ser extremamente perturbante eles assistirem a um pai bater na mãe ou, quando às vezes eles vivem em situações muito promiscuas que chegam inclusivamente a assistir a algumas situações de tentativas de violação das próprias mães. E isso nota-se quando as crianças são acolhidas, no primeiro momento, nota-se muito bem porque a maneira que elas têm de comunicar é através dos gritos, através dos estalos, dos puxões de cabelo... depois a tendência é para estabilizarem mas, no início elas agem como viram agir no passado”.

Novamente fala a Susana, continuamos a vê-la desfocada e conforme fala aparecem legendas, “A única coisa que ele diz é que não quer voltar para casa. É uma criança sofrida, nesse aspeto. E traumatizada, não tenho a menor dúvida”. A jornalista retoma a palavra e enquanto fala são filmadas as crianças a fazerem uma refeição à mesa. Fala então a jornalista “se é para proteger os filhos que muitas mulheres saem de casa, também é por eles que regressam para junto do agressor. Nesta altura entram numa falsa lua-de-mel e, por vezes, nasce mais um filho. Foi o caso de Susana, mas foi por pouco tempo porque como sempre a violência regressou ainda com mais força”. Susana “Até ao ponto de me raptar, levar-me para o fim do nada, prender-me com uma corda a um pinheiro, sacar uma arma, apontar-me à cabeça e dizer, ao mesmo tempo que me espancava com aquela porcaria, dizer: despede-te porque nunca mais vais ver os teus filhos. Consegue imaginar o sentimento disto? E só de pensarmos que uma pessoa nunca mais vai ver os nossos filhos, e morrer por causa de um traste...não é uma maneira muito bonita de se morrer. Eu acho que não é”. Ouve-se agora uma música melodramática, ouvem-se violoncelos a tocar. Jornalista pergunta “Mas há muitas mulheres que morrem assim”. Susana responde “Há. E eu acredito que eu seria uma delas, se não saísse dali”.

Neste momento, e ao mesmo tempo que a jornalista fala aparece-nos na imagem números relativos ao fenómeno da violência doméstica “num relatório divulgado recentemente, a Amnistia Internacional denuncia que trinta e três mulheres morreram em Portugal no ano

passado (2005) vítimas de violência doméstica. Segundo dados da União Europeia uma em cada cinco mulheres sofre maus tratos por parte do marido ou companheiro pelo menos uma vez na vida”. Regressa a imagem à Casa Abrigo, agora numa sala cheia de técnicos e funcionários e continua a jornalista a falar “como em qualquer casa aqui há regras que têm que ser aceites e respeitadas por todos. Uns meses antes de começarem a trabalhar, três monitoras e uma cozinheira têm ações de formação onde ficam bem claros os direitos e deveres de cada uma”. Fala o psicólogo “não vão dizer aos vossos pais, aos vossos filhos onde é o sítio que vocês trabalham, está bem? Para vossa segurança e para a segurança das pessoas que hão-de vir para cá, também”. Jornalista “também não podem ter conversas de carácter pessoal com as utentes, não podem dar conselhos, nem fazer perguntas, não podem oferecer, nem receber presentes. O papel das monitoras é orientar e ajudar as utentes nas tarefas do dia-a-dia. São os olhos e os ouvidos da casa porque estão aqui vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Desde que aqui chegaram há pouco mais de duas horas, Angelina e Marta já conhecem as outras mulheres e os cantos à casa. Sabem, por exemplo, que este quarto tem que ficar sempre vago porque é um quarto de emergência”. A imagem centra-se agora no quarto de emergência, paralelamente a assistente social fala “quando fazemos um acolhimento à noite, quando ainda não sabemos muito bem a situação da pessoa, se fica nesta Casa Abrigo ou se vai ser transferida para outra. Inicialmente vêm para este quarto, que é o quarto de emergência”. Jornalista “neste quarto ficam as mulheres que num impulso, após uma agressão pelo marido ou companheiro, decidem sair de casa e não têm para onde ir. Ficam aqui, no máximo 72 horas. Os técnicos da APAV têm três dias para fazerem o diagnóstico da situação e convencê-las a rejeitarem a violência”. Neste momento deixam de filmar o quarto e a imagem passa para uma sala onde se encontra a Diretora da Casa e Angelina e Marta. A jornalista continua a Falar “No caso de Angelina e Marta o diagnóstico já está feito, a próxima etapa é a reunião de acolhimento. O papel que a diretora técnica tem na mão é o regulamento interno. Lido em voz alta, explicado para que tudo fique bem claro”. Ouvimos agora a Diretora a ler o regulamento “Respeitamos a vossa dignidade e autonomia na condução da vida pessoal de acordo com a idade e situação. Não discriminamos em função de critérios ideológicos, políticos, religiosos e raciais. É obrigatório o recolhimento das utilizadoras aos seus aposentos da meia-noite às sete da manhã. A limpeza e a arrumação dos quartos, bem como das áreas comuns são da responsabilidade das

utilizadoras”. Jornalista “Mãe e filha aceitam para já as regras. O espanto e a resistência surgem uns parágrafos adiante”. Diretora “Entregar os telemóveis à equipa técnica no momento de entrada da Casa Abrigo solicitando, sempre que pretenderem efetuar uma chamada telefónica e devolvendo imediatamente a seguir à realização daquela. Portanto isto não é uma proibição do uso do telemóvel”. Tanto a mãe como a filha intervêm, a voz delas é alterada e é colocada legenda na imagem, “Pois isso... O telemóvel é que eu queria falar. O telemóvel é uma coisa, que eu tenho duas amigas...E eu dou em maluca sem telemóvel”. Diretora “Eu espero que não fique, que não fique maluca pelo facto de não o ter. Porque é assim, essas pessoas com que costuma falar são pessoas de confiança?” Vítima “São.” Diretora “Os agressores tendem a tentar localiza-las, onde é que elas estão, o que é que fazem, para tentar ir ao encalce delas. Isto é certo e sabido que acontece na maior parte das vezes”. Jornalista “Esclarecidas as dúvidas Angelina assina um contrato de prestação de acolhimento.” Na imagem vemos Angelina a assinar o documento. Diretora refere que “é um documento que é meramente burocrático. Não as compromete com nada”. Jornalista “Correndo tudo bem, dentro de seis meses há-de sair daqui com a filha e com um projeto de vida. Foi o que aconteceu a Isabel Soares, há dois anos passou por uma Casa Abrigo em fuga de um marido violento, viu-se no meio da rua com uma filha pequena nos braços e sem um tostão no bolso”. Isabel apenas é filmada da cabeça para baixo, a voz é um pouco alterada e aparecem legendas conforme ela fala. Diz “Eu entrei lá como uma tolinha. Não sabia o que dizia, não sabia o que fazia, vinha mesmo tolinha. Eu pensava era entregar a minha filha a alguém que pudesse tomar conta dela, e eu matava-me. Pronto, era sempre o que eu pensava. Destruo a minha vida, acabo de uma vez, nunca mais sofro, acabou. Só que depois, quando entrei aqui, as coisas começaram a modificar-se”. Jornalista “Isabel está por conta própria há um ano. Olha para trás e arrepende-se de não ter largado o marido há mais tempo, foi ficando pela filha e por vergonha”. Isabel “Na minha família não havia ninguém que tivesse este problema. Eu tinha vergonha de dizer que ele me tratava mal e que vivia mal. Eu fazia de conta que estava tudo bem. Eu chegava a casa da minha mãe com os olhos pretos de ter levado, e dizia que tinha caído, que tinha batido na porta de um armário pronto, inventava sempre desculpas, nunca dizia a verdade”. Jornalista “Do inferno que viveu, o que mais lhe custa recordar são as agressões psicológicas”. Isabel “Quando eu chegava a casa ele dizia: ó puta, já foste dar mais uma com os amantes? Hoje foi com quem? Com o patrão ou com o



empregado? E eu vinha de trabalhar, saía de casa, ia trabalhar, eu cansada de trabalhar chegava a casa, aquilo que eu ouvia era isso, que me custava muito”. Jornalista “A dependência emocional ou económica, o medo, a vergonha, fazem com que muitas mulheres se mantenham em relações violentas, por vezes não têm o apoio da família. Os amigos e os vizinhos fecham os olhos ao crime de maus-tratos”. Susana “Entre marido e mulher ninguém mete a colher. E ninguém está para... é mesmo assim. Ninguém está para se meter em problemas por causa do problema dos outros”. Diretora “Compete a cada um de nós também ter a responsabilidade de zelar e salvaguardar a integridade emocional e física de todas estas pessoas. E portanto, quem somos nós para estar a acusar uma vítima de crime, quando há pessoas conhecedoras da situação que não denunciam com medo de represálias?”. Neste momento a imagem centra-se em anúncios de jornais que as vítimas mexem. Ouve-se uma vítima ao telefone “Estou, sim, bom dia. É por causa de um anúncio do jornal”. Jornalista “Na fuga, todas estas mulheres perderam os empregos. A prioridade nos próximos dias é arranjar trabalho. Em simultâneo são incentivadas a concluir os estudos ou a fazerem cursos de formação profissional. Antes de aceitarem qualquer oferta de trabalho têm que conversar com a diretora da Casa Abrigo. É o que Susana está a fazer, conta que foi a uma entrevista para rececionista, o salário 500 euros por mês”. Susana “Aceito ou não aceito? Porque eu disse: daqui a uns meses, se calhar, não vou poder trabalhar ao fim de semana. Depende depois se encontrar alguém que tome conta deles”. Jornalista “Daqui por uns meses Susana vai estar sozinha com os filhos e não vai ter dinheiro para contratar uma ama. Esta oferta de trabalho vai ser rejeitada. Paula tem mais sorte, a entrevista correu bem finalmente vai começar a juntar dinheiro, um pé-de-meia para quando sair daqui com os filhos”. Diretora diz à Paula “Está de parabéns”. Paula responde “Acho que eu não acredito em nada. Ai meu Deus!”. Diretora “quer que a belisque para ter a certeza que é verdade?” Paula “eu queria!”. Jornalista “há medida que passam os dias aumentam as probabilidades de surgirem problemas. A adaptação é por vezes complicada”. Diretora responde no seu gabinete “Uma das coisas que custa na adaptação é olharem para esta Casa como uma prisão, que não é. É uma coisa que eu deixo sempre bem claro, isto não é uma prisão abrigo é uma Casa Abrigo, em que nós estamos aqui para as ajudar, não é para estarem aqui como pássaros fechados em gaiolas”. Agora a imagem filma as mulheres à mesa enquanto a jornalista refere que “As mulheres estão numa casa que não lhes pertence, numa zona do país que

muitas vezes desconhecem, longe da família e dos amigos. O próprio convívio entre as utentes é por vezes difícil. Hoje a seguir ao lanche há uma reunião de grupo, desta vez o motivo da tensão é Andreia”. Nessa reunião onde não são filmadas as caras das vítimas, tudo é desfocada uma das vítimas com a voz alterada em a aparecerem legendas conforme ela fala “Ela está sempre enfiada no quarto, não é? E nós estamos sempre aqui em baixo. Pronto, é verdade fazemos as nossas coisas e depois vimos para aqui, e ela fecha-se muito e... ó pá, a gente o quê? Vai lá chama-la a toda a hora? Vai dizer: fala? Ela está aqui e, se for isso, não fala nada”. Pergunta uma das técnicas “Não queres falar hoje?”. Jornalista “Andreia diz que não gosta de jornalistas. Mas é apenas uma desculpa para abandonar a reunião. O comportamento desta utente é motivo de preocupação para a equipa técnica que entretanto conseguiu trazer para a Casa Abrigo o filho de Andreia que tinha ficado para trás no dia da fuga. Um pequeno milagre conseguido nos tribunais que não teve o efeito esperado na utente. Andreia agarrou-se ao filho e afastou-se ainda mais das outras utentes. É a situação mais complexa da Casa Abrigo. Andreia está ameaçada de morte pelo marido por isso as regras de segurança são ainda mais apertadas. O filho, bebé de meses, está proibido de sair à rua com a mãe ou com as funcionárias da casa. Susana ainda não digeriu a última reunião de grupo as frustrações são descarregadas num saco de box improvisado. Quando lhe perguntam se alguma vez perdeu a cabeça e pensou matar o marido, começa por responder com uma pergunta” Susana “quer que seja sincera? Houve uma altura que sim. Porque eu disse... Comecei a jogar o jogo dele, comecei a ficar como ele. Ele às vezes, estava muito bêbado, e eu...Eu, de repente, pensava assim: agora, se quisesse, matava-te, dava-te veneno, matava-te. Mas pensava só aquilo, mas não agia. Depois dizia: fogo! Deus me livre de eu fazer isto, eu não tinha coragem.” Jornalista “Nunca vão esquecer o inferno porque passaram nem o que deixaram para trás. Desde que fugiu do ex-marido, Susana nunca mais voltou a ver os pais”. Susana “Tenho plena consciência que eu, durante uns longos anos, não vou voltar a casa. Não posso. Por muito que custe”. Paula “Nem sei, deixei muita coisa. Quando entrei nesta casa...Só o facto de ter, por exemplo, deixado os berços das minhas filhas já me custou”. Jornalista “é à noite, quando as crianças já dormem, em que as utentes convivem. Com a televisão ligada, entre mudanças de visual sobra tempo para tudo”. Termina a reportagem com elas a pintar o cabelo umas das outras e a cantar “Leva-me, para lá do meu horizonte, fala-me de amor...” Jornalista “Juntas falam sobre o passado e planeiam o futuro”. Isabel “Sou muito

mais feliz agora que estou como estou, do que durante aqueles anos todos que eu vivi com ele”. Susana “No fim de uma boa história, há sempre um final feliz, entre romance, perseguição, não é? Há sempre um final feliz. E aqui não há final feliz. Não existe final feliz. Para nós, não existe”. Jornalista “Para muitas vítimas a violência doméstica é uma história sem fim. 40% das mulheres que passam por Casas Abrigo regressam para os agressores, mas a maioria, 60%, consegue fugir do medo”.

A reportagem termina com uma música melodramática, ao som de piano.

## 2 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “*CASA ABRIGO AJUDA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A RECOMEÇAR*”

**Data de realização da reportagem:** 2012, 30 de Novembro

Reportagem produzida pelo Jornal de Notícias

**Duração da reportagem:** A reportagem tem uma duração de 2 minutos e 26 segundos.

**Local da realização da reportagem:** Casa Abrigo da Cruz Vermelha de Matosinhos.

Reportagem de Dora Mota e Lúcia Sousa e Edição de Lúcia Sousa

**Música:** Esta reportagem inicia-se com uma música melodramática muito baixa. Ouve-se uma viola e uma voz de uma pessoa.

**Intervenientes:** As pessoas que nos aparecem na reportagem são uma vítima de violência doméstica, a Presidente da Cruz Vermelha de Matosinhos e o Psicólogo da Casa Abrigo.

### **Descrição da reportagem:**

A reportagem inicia-se com a imagem de uma mãe com uma criança ao colo. Vemos esta imagem a preto e branco. De seguida ouve-se uma mulher a descrever a sua situação. Começa por dizer que “na altura achava que aquilo era uma coisa normal para mim”. Depois de proferir esta frase a imagem altera-se, passamos a ver o corpo de uma mulher, sem filmarem a sua cabeça. Vemos que a senhora se encontra agarrada a um peluche. Importa referir que a voz da senhora que está a ser entrevistada foi alterada. De seguida continua a falar dizendo que “Não só as agressões físicas mas psicológicas. As psicológicas eram bem piores... e falei com a psicóloga que ela disse-me que estaria a sofrer de violência doméstica. De um momento para o outro tomei essa decisão na minha vida e, vim para cá. Mas no momento em que decidi isso foi quando as coisas começaram a direccionar-se mais para o meu filho”. A imagem muda novamente, nesta altura a câmara encontra-se a filmar um peluche. De seguida a reportagem deixa de se centrar na vítima e passa a centrar-se noutra mulher da qual já conseguimos ver o seu rosto. A técnica é Joana Salinas, Presidente Cruz Vermelha de Matosinhos, que começa por dizer que “As Casas Abrigo são a última linha de proteção e para a Casa Abrigo só vêm as vítimas que estão numa situação de perigo porque o agressor é daqueles que evidencia, claro

que isto tudo pode estar errado e podemos não acertar, mas o agressor evidencia perigosidade grande para ela e para os filhos. E essas é que vão para a Casa Abrigo.” A imagem muda, mostrando-nos agora a sombra de uma mulher enquanto se ouve a vítima com que iniciou a reportagem. Neste momento a vítima refere que “para mim aquilo era normal, era, sei lá, ele se calhar gostava de mim eu ..hm..estava aqueles ciúmes e aquilo tudo era normal”. Seguidamente ouvimos um homem a falar - o psicólogo da Casa Abrigo - enquanto a imagem filma apenas o seu pulso. “As vítimas demoram muito tempo a ter noção que são vítimas e o primeiro passo é perceberem que são vítimas. De facto que aquilo que tem acontecido no relacionamento delas, que de facto é algo que não é normal. O percurso delas cá é... Reinicia-se inicialmente pela estabilização emocional, psicoemocional da vítima e dos menores”. A imagem regressa novamente à sombra de uma mulher com uma criança ao colo, ouve-se a vítima que iniciou a reportagem a referir que “aqui nós temos o tempo para pensarmos. Pensarmos o que fizemos, o que não fizemos. Quando quisemos podemos sair daqui, é óbvio. Só que é sempre bom termos aquele nosso tempo na vida para pensarmos nas coisas e fazermos melhor depois.” Neste momento a câmara filma uma cartolina onde se pode ler “Aqui somos felizes”. A vítima continua a falar dizendo que “Eu aqui acho que tenho mais futuro. E também estou longe, longe daquilo tudo, se fosse para lá ia relembrar-me e voltar aquilo tudo e...não quero”. De seguida vemos novamente a sombra de uma vítima com uma criança ao colo enquanto ouvimos uma música de fundo muito baixa, aquela com a qual a reportagem iniciou. E assim termina a reportagem.

### 3 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “*VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TENTAM RECOMEÇAR VIDA NUM ABRIGO*”

**Data de realização da reportagem:** 2011, 25 de Novembro

Reportagem produzida pela RTP

**Duração da reportagem:** A reportagem tem uma duração de 2 minutos e 21 segundos.

**Local da realização da reportagem:** Casa Abrigo da APAV

Reportagem de Ana Luísa Rodrigues (Jornalista), Imagem de Tiago Passos e Edição de Osvaldo Costa Simões

**Música:** Esta reportagem inicia-se com uma música melodramática muito baixa. Ouve-se uma viola e a voz de uma pessoa.

**Intervenientes:** As pessoas que aparecem na reportagem são a Responsável pela Casa Abrigo da APAV (Cátia Rodrigues), uma vítima (“Irina”) e a jornalista que acompanha toda a reportagem.

**Descrição da reportagem:**

A reportagem começa com uma nota de rodapé que refere que 20 mulheres e crianças tentam recomeçar a vida numa Casa Abrigo. A voz de uma jornalista começa por descrever quem está a ser filmada. A pessoa filmada é Cátia Rodrigues, responsável pela Casa Abrigo da APAV, a jornalista refere que “Cátia Rodrigues lembra-se de tudo, de todos os rostos de mulheres que passaram pela Casa Abrigo nos últimos cinco anos”. Conforme vai proferindo estas palavras a imagem que nos é apresentada é a de uma pintura, a preto e branco, de uma mulher sem um braço. De seguida Cátia Rodrigues começa a falar dizendo “Lembro-me da expressão de quase todas as pessoas que passaram por aqui, do medo, da desorientação, do pânico. Pessoas que entram enrugadas, olheirentas”. Segue-se a jornalista a falar, dizendo que “o objetivo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é dar um teto, que é como quem diz espaço e tempo para as mulheres e os seus filhos recomporem a vida marcada pela violência”. Posteriormente deparamo-nos com uma vítima que reside na Casa Abrigo, “Irina”, filmada apenas da cabeça para baixo. Esta mulher diz que “as coisas já estavam muito mal. Ele já me ameaçava com facas, já dizia que me matava, já gritava, já tinha medo de dormir”. Depois

destas palavras, Cátia Rodrigues é novamente filmada e refere que “quando chegam a um ponto destes, nós consideramos que são situações que chegaram já ao fim da linha”. Começa novamente a jornalista a falar e enquanto esta fala, filmam a vítima a arrumar as suas roupas e o seu quarto ouvindo-se que “Irina é uma das habitantes desta casa depois de 6 anos de agressões decidiu que já bastava”. Novamente fala Irina “até que um dia ele já me apertou o pescoço, empurrou-me contra o móvel da cozinha, já fazia ameaças às crianças e dizia-me “eu qualquer dia mato-te”. Já era o que ele dizia, que me odiava, que me odiava”. Retoma novamente a palavra a jornalista referindo que “Irina aproveitou o facto de levar os filhos à escola para escapar do controlo apertado do marido e pedir ajuda à proteção de menores. Hoje vive numa casa bem diferente, partilhada com 20 pessoas”. Cátia Rodrigues começa a falar dizendo que “Todas as tarefas que aqui são feitas é exatamente o que acontece numa casa normal. Desde o planear as compras, planear as tarefas, as limpezas, a organização dos próprios quartos até à confeção dos alimentos. Passa tudo por todas as pessoas que aqui estão acolhidas”. Conforme Cátia Rodrigues vai falando as imagens que nos vão passando são as rotinas de uma casa, mostram-nos o frigorífico, umas peras, a carne, e um plano alimentar para a semana. Segue-se na fala a jornalista que “o espaço tem apertadas medidas de segurança. De resto a agitação típica de uma casa bem mais calma do que as situações já vividas pelas mulheres e crianças.” Enquanto isto mostram-nos um quarto e mostram-nos um ecrã onde é possível ver as imagens que estão a ser gravadas através das câmaras de segurança. Posteriormente voltam a filmar Irina que refere que “tinham muito medo. Quando chegaram cá estavam muito alterados, principalmente o mais novo, vinha com uma grande revolta, muito alterado. Não sabia brincar.” Fala novamente a Cátia Rodrigues que refere que “elas também percebem que se calhar algumas coisas que as levaram a pensar muitas vezes que estavam enlouquecer, que não prestavam para nada, que eram umas inúteis, são problemas que são transversais.” A imagem regressa novamente a Irina que diz “os sonhos que tenho para o futuro, claro que vou começar uma vida do zero, não é?, com os meus dois filhotes. Hm, arranjar um trabalho (Riso). Uma vida sem sofrimento”. Segue-se e termina a reportagem com a voz da jornalista que refere “Irina sabe, depois destes meses, que tem o direito a ser feliz”.

#### 4 - ANÁLISE DA REPORTAGEM *“PORTUGAL SOLIDÁRIO – AQUI AS PORTAS NÃO BATEM”*

**Data de realização da reportagem:** 2010, 14 de Novembro

Reportagem produzida pela TSF

**Duração da reportagem:** A reportagem tem uma duração de 7 minutos e 25 segundos.

**Local da realização da reportagem:** Casa Abrigo de Aveiro – Casa “VeraVida”

Reportagem de Joana se Sousa Dias, Ana António e Luís Borges

**Música:** Esta reportagem termina com uma música em compasso de marcha, alusiva ao caminho a percorrer

**Intervenientes:** As pessoas presentes nesta reportagem são a jornalista, a diretora (Emília Carvalho), a psicóloga (Emília Lima), a advogada (Florabela Carocinho), o senhor padre (Lino Maia), as crianças (a Jéssica, o Santiago, a Matilde e a Elisabete) as vítimas (a Liliana, a Cristina e a Celina).

##### **Descrição da reportagem:**

A primeira imagem que nos é apresentada é a de uma menina (Jéssica) que brinca com uns óculos de sol. Quem começa por falar é a jornalista dizendo que “Jéssica tem quatro anos, muita conversa e muitas amigas. Aqui tem uma família. Falta o pai”. Segue-se a imagem de uma vítima com duas crianças e a jornalista comenta “Liliana, chegaram duas de uma só vez, iguais. Com dezasseis anos aprendeu a segurar duas vidas nos braços”. Segue-se a apresentação de outra vítima, que também é filmada, enquanto a jornalista refere “Celina, enfrentou mais de vinte anos de solidão e maus tratos. Agora recebe abraços que compensam tudo”. De seguida a imagem muda para um plano fora da instituição, a jornalista comenta “quase sempre à mesma hora vão buscá-lo pela mão”. Filmam um parque infantil onde vemos uma criança a ser levada por uma funcionária. Retoma a palavra a jornalista “é uma viagem que se repete todos os dias mas que é sempre uma novidade. Com três anos Santiago tem sorrisos e beijos fáceis”. A imagem que nos é apresentada neste momento é a da funcionária e do menino a rir e aos beijos, dentro de uma carrinha em movimento. Enquanto prossegue a viagem a jornalista refere que “a carrinha do Centro Social e Paroquial conhece de cor o caminho para a Casa Abrigo. Na Casa Abrigo já há quem a espere com impaciência”. Jéssica é filmada a brincar



junto da jornalista que refere que “a Jéssica a convida para se sentar.” Diz a Jéssica para a jornalista “Tu podes te sentar.” E retoma a palavra a jornalista como que voz de narrador “a vergonha do microfone passa rápido”. Vemos agora Jéssica a brincar e a falar para o microfone, dizendo que se chama Jéssica. Neste entretanto chega o Santiago e a Jéssica fica eufórica, dá muitos abraços ao Santiago, diz-lhe “Olá” e dá-lhe beijinhos. A jornalista refere “os dois irmãos já estão juntos, falta a mãe que chega mais tarde”. Agora a imagem centra-se na mãe que refere “eles fazem sempre uma festa. Saltam-me em cima. Dão-me beijinhos. É bom”. Retoma a palavra a jornalista “Cristina era maltratada pelo companheiro, foi obrigada a sair de casa”. Fala novamente a Cristina “deixei tudo, mas o que precisava trouxe comigo”. Refere agora a jornalista “trouxe tudo e encontrou um abrigo”. A imagem que nos é agora apresentada é a mãe a brincar com os seus dois filhos enquanto cantam uma canção “de olhos vermelhos e de pêlo branquinho, eu sou um coelhinho que de tudo sou capaz.” De seguida a imagem foca numa técnica a Psicóloga da Casa Abrigo Emília Lima que refere “Nós temos que saber ouvir as histórias e conseguir que o outro olhe para a sua própria história já de uma maneira diferente. É este o meu trabalho, é que elas olhem para a sua história de uma maneira diferente e que construam projetos futuros diferentes daqueles que imaginaram até à data”. Retoma novamente a palavra a jornalista, neste momento a imagem filma a Liliana com as suas duas filhas ao colo. A jornalista diz “Uma em cada braço, a Matilde e a Elisabete. No início veio o medo, depois a preocupação”. De seguida fala a Liliana dizendo que “durante o primeiro mês foi difícil de assimilar... eu estava...eu olhei para as ecografias, montes de vezes até a creditar que sim, que estavam lá dois bebés. Porque eu fiquei... eu pensava que o médico estava a brincar comigo... não foi assustada, fiquei preocupada. Se com um era complicado, então com dois o que é que eu faria?” Jornalista “contra todos, Liliana foi mãe aos dezasseis anos”. Liliana “durante a gravidez alguns dos meus amigos, a maior parte, digamos eram contra e porque eu tinha de abortar, por muitos motivos visto que o pai não queria porque é que eu ia seguir com uma coisa para a frente. Mas mesmo assim, não é por ele não querer que eu não tinha que querer, se eu queria eu ia conseguir independentemente de serem um, dois ou três”. Enquanto Liliana vai falando, a imagem mostra-nos a vítima a mudar a fralda às bebés, a brincar com as bebés e a dar-lhes colo. Retoma a palavra a jornalista “nesta casa as duas bebés saltam de colo em colo. O Padre Lino Maia, jurado do prémio Manuel António da Mota pega na Matilde, ou será na

Elisabete?” Enquanto a jornalista fala é filmado o Padre a pegar na bebé e a dar-lhe um beijo. Continua a jornalista a falar, enquanto a imagem muda para a cozinha, referindo que “Já cheira. Celina vai preparando o jantar.” É filmada a Celina a fazer o jantar enquanto diz “Hoje é cozido por exemplo hortaliça cozida, batata cozida e peixinho à rosa do adro”. Diz a jornalista “Fazia-o em casa mas aqui a comida sabe melhor. A companhia é diferente”. Fala Celina enquanto é filmado o seu rosto e ao mesmo tempo é colocada uma música melodramática (ouvem-se uns acordes de piano) “nunca imaginei que existisse assim estas casas, porque senão já tinha pedido auxílio há mais tempo”. Jornalista “construiu uma vida que acabou a desmoronar-se como um baralho de cartas”. Celina “começou a vir as ameaças, as sapatadas e depois olhando à doença dele eu fui temendo. Só que eu tinha vergonha e escondia. A minha família notava só que eu escondia sempre”. De seguida filmam a advogada Florbela Carocinho que de acordo com a jornalista “Florbela Cristina acompanha todos os casos que passam pela Casa Abrigo. É a advogada da instituição”. Florbela “por muito má que a justiça esteja, elas acabam por confiar um bocadinho na justiça, por incrível que pareça, e saem daqui com toda a certeza mais confiantes, até mesmo aquelas que tomam a decisão de voltar para os agressores. Mas sabem que se tornarem a ser agredidas, sabem o que é que devem fazer, onde é que devem começar, onde é que devem retomar, e como é que se há-dem de impor. É muito interessante isso”. Agora a imagem centra-se na Jéssica que brinca com o microfone. Menciona a jornalista “Jéssica, um microfone e Emília Carvalho, a diretora de serviços”. A diretora diz “a nossa Casa Abrigo regista um número muitíssimo elevado, maior que a média nacional, das mulheres que não retornam ao agressor ou seja, elas no tempo em que estão connosco tomam consciência que já viveram dez, quinze, vinte anos ou menos em situação de vitimização e conseguiram-se libertar e não quer voltar ao agressor”. De seguida filma Emília, Psicóloga da Casa que refere “e depois dá-nos, realmente, muitíssima satisfação quando recebemos os telefonemas, quando recebemos as visitas, quando elas voltam e nos visitam. E aquela mulher que entrou perfeitamente acabrunhada, a chorar, depressiva é uma mulher agora arranjada, uma mulher com autoestima, com a sua vida na mão, uma mulher que está feliz na vida e os filhos também. Isto dá-nos uma satisfação imensa”. Jornalista “Muito já foi, mas esta casa não pára e ha vontade de fazer mais”. Agora no seu gabinete a Diretora comenta “Nós queremos, vivamente, encetar um trabalho com os agressores, são pessoas, são seres humanos, passaram processos

que é de facto necessário alguém olhar para eles como seres recuperáveis”. Jornalista “Outro dos objetivos é autonomizar todas as mulheres que passam pela Casa Abrigo”. Diretora “Elas têm que de ter uma casa, têm que apetrechar a sua casa para ter condições para viverem elas com os filhos”. Diz o Padre Lino Maia “Nós não podemos enfiar a cabeça na areia em Portugal, temos muitas pessoas vítimas da violência, da violência doméstica. E é preciso que a sociedade de facto vá criando respostas para estes casos. O ideal é que haja uma educação para que isto nunca aconteça. Mas acontecendo é preciso que de facto haja resposta”. Enquanto o Senhor Padre fala e até ao fim da reportagem ouve-se uma música em compasso de marcha, alusiva ao caminho a percorrer. Jornalista que enquanto fala mostra as diferentes vítimas residentes na casa. “Mulheres vítimas de maus tratos que aqui não são esquecidas. Aqui numa casa onde as portas não batem”. Diretora diz “partilhem a dor e tenham coragem de pedir ajuda a alguém e têm que forçosamente que olhar para si, sentirem que são pessoas que têm uma capacidade maior que aquilo que elas supõem para dar o salto e sentirem que têm direito a uma vida reconfortante e uma vida sem violência dentro de portas”.

## 5 - ANÁLISE DA REPORTAGEM *“EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”*

**Data de realização da reportagem:** 2012, 25 de Novembro

Reportagem produzida pela RTP

**Duração da reportagem:** A reportagem tem uma duração de 2 minutos e 18 segundos.

**Local da realização da reportagem:** Casa Abrigo na cidade do Porto

Reportagem de Ana Cardoso Fonseca

**Música:** Esta reportagem não é acompanhada por música.

**Intervenientes:** As pessoas que aparecem nesta reportagem são duas vítimas (Joana e a Maria) e a jornalista Ana Cardoso Fonseca.

**Descrição da reportagem:**

A presente reportagem é iniciada com uma jornalista, Ana Cardoso Fonseca, a falar e com uma nota de rodapé que refere que “as casas de abrigo ajudam muitas vítimas a mudar radicalmente de vida”. A jornalista refere que “no dia em que falamos sobre os números da violência doméstica viemos conhecer quem sofre violência doméstica. Para quem tenta mudar de vida, quem quer quebrar o ciclo da violência, abrem-se as casas de abrigo uma espécie de porto seguro para fugir ao agressor e mudar de vida. É o caso da Joana, esteve numa relação durante quatro anos e meio, tem um filho de seis anos, foi vítima de violência doméstica até ao dia em que decidiu desistir e mudar de vida. Porquê (pergunta a jornalista à vítima)?” Neste momento vemos a jornalista a falar com a vítima. Joana é filmada de costas, é-lhe alterada a voz e aparecem legendas à medida que ela fala. A vítima responde à jornalista dizendo “era uma situação que já não havia controlo para toda aquela situação. Para noites mal dormidas, para o sufoco, a preocupação de ver o meu filho sempre a assistir àquelas situações, àquela agressividade, os berros. Até o meu filho gritava e implorava que o pai não voltasse a fazer, não continuasse a fazer”. Retoma a imagem à jornalista e ela pergunta à vítima “No dia em que decidiu mudar realmente, depois acabou por mudar de vida, de cidade, de emprego. Recomeçou um ciclo. E como é que foi a primeira noite de dormir em sossego?”. Joana responde “Foi bom, foi bom. E eu hoje vou dormir ao teu lado”. A jornalista retoma a palavra “A Joana faz parte das estatísticas e a Maria também. Uma outra história que vamos conhecer agora”. A imagem

muda, desta vez vão para o quarto e a jornalista refere que “Maria tem 45 anos, teve um relacionamento durante 18 anos, uma filha de doze anos e foi ela, a menina que no meio de uma discussão chamou a polícia e disse “basta”. Maria lembra-se como foi a primeira noite em sossego com a sua filha?”. Maria é filmada de costas e esta vítima tem a preocupação de esconder o seu cabelo com um lenço, ao contrário da primeira vítima. Nesta entrevista não optam por alterar a voz da vítima, nem sequer utilizam legendas. Maria responde à jornalista dizendo “Lembro-me. Hm, nessa noite ela quando nos apanhou no quarto, fomos para um hotel, hm, ela tirou a roupa e disse mãe vou tomar um banho. A partir de hoje a nossa vida vai mudar”. Novamente a jornalista fala “Lavou o passado, foi isso?”. Maria responde “Exatamente”. A jornalista volta a formular uma nova pergunta a Maria “Quando se lembra desse dia, no dia em que a sua filha chamou a polícia, o que é que sente?”. Maria reponde “Ahh, sinto que, sei lá, felicidade. Nesse dia tinha que mudar todos nós temos aquele dia, não é?, que a nossa sorte muda. Nesse dia mudou a minha”. A jornalista retoma a palavra, ainda dirigindo-se para a Maria, “Muito obrigada”. A jornalista prossegue, agora falando para a câmara que a filma e terminando a reportagem dizendo que “São histórias que mostram que a violência doméstica não tem de ser uma fatalidade, há vidas que podem e devem mudar”.

## 6 - ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “. DE PARTIDA”

**Ano de realização do documentário:** 2014

**Duração do documentário:** O documentário tem uma duração de 41 minutos e 47 segundos.

**Local de realização do documentário:** Variado conforme o local onde as vítimas se encontravam. Todas elas se encontravam em espaços fechados, dando a entender que se encontravam dentro de casa.

**Intervenientes:** As pessoas que intervêm neste documentário são as vítimas de violência doméstica. Todas elas se autodenominam de “Maria”.

**Realização – Miguel Arieira**

**Entrevistas – Marta Vieito**

**Coordenação – Carlos Eduardo Viana**

**Produção – Ao Norte**

**Música:** Normalmente ouvimos os sons do ambiente natural (máquina a lavar, sons de louça a pousar, carros a passar). Por vezes é introduzida música melodramática.

**Descrição do documentário:**

O documentário inicia-se com a imagem de uma máquina de lavar a roupa. De seguida vemos um gato a aparecer que se dirige à gamela para comer. Enquanto isso ouvimos a máquina da roupa a trabalhar. De seguida é filmada a fachada de uma casa, sempre continuando a ouvir a máquina da roupa a trabalhar. A imagem regressa novamente à divisão da casa onde está a máquina e o gato. Ouvimos, então, a máquina a desligar-se. Quando esta se desliga, começamos a ouvir uma música de fundo (ouvimos apenas instrumentos a tocar, e uma melodia calma) e a imagem fica toda escura. De repente aparece o título “DE PARTIDA”. A seguir a imagem centra-se nas pernas de uma mulher que está a tirar a roupa da máquina. À medida que o faz, vai falando e percebemos através do sotaque que é uma mulher brasileira. A senhora veste-se de corsários brancos, uma camisola preta e umas sandálias pretas. O seu cabelo é castanho e possui madeixas. Fala então, “Meu nome é Maria. Tenho 37 anos. Há três anos saí da Casa Abrigo.” Conforme a senhora vai falando, vemo-la a estender a roupa. “Ele me

pegou na rua, me espancou na frente do meu filho. Eu já não aguentava mais aquilo. E a minha patroa falou, que era para eu sair dessa vida. Só que eu não tenho família aqui. Não tenho nada... Ficava com medo.” A imagem muda, vemos agora a senhora a deitar conteúdo numa taça de vidro. Enquanto isso, ouvimos uma música calma de fundo e apenas ouvimos o som de instrumentos musicais. A vítima retoma a palavra “A Segurança Social de onde eu vivia... A diretora de lá disse que era... vamos fazer de tudo, teu filho vai contigo. Vamos ter que te mandar para uma instituição. Eu fui para o posto da GNR, porque ele me seguia, ele queria me matar. Ainda me ameaçou lá.” (Enquanto ela fala vemos-a a fazer brigadeiros. De seguida a imagem muda e centra-se na face da vítima, ela está sentada de frente para a câmara de filmar. Não vemos a cara... A vítima continua a falar, prosseguindo a frase anterior) “...Ainda me ameaçou lá, dentro da GNR, querendo me matar e me trouxeram. E eu não pude ir buscar o meu filho nesse dia... Então vim, sozinha para cá” (a imagem muda novamente e vemos a vítima a prosseguir na realização dos brigadeiros) “Fiquei quinta, sexta, e no sábado é que eu fui buscar meu filho. Então quando eu cheguei aqui, parecia que era o fim do mundo. Eu nem sabia que vinha para Viana, nem me explicaram nada, só me disseram que tinha uma cama de solteira, se eu aceitava essas condições. Mas não disseram que tinham as regras, o que é que era, com quantas pessoas eu ia viver. Assim que eu entrei eles trancaram a porta. Então, entrei naquele pânico... Aqui eu estou presa... eu já estava desesperada. E quando eu vi aquele monte de criança, aquele monte de mulheres... eu entrei em pânico... No sábado, fui eu e a monitora buscar o meu filho à GNR. Eu já fui com outro aspeto, já estava... vou buscar o meu filho, vou... é o que mais me prende a Portugal, é o meu filho e quando eu cheguei lá peguei meu filho e já me parecia outra coisa... quando eu entrei era totalmente diferente.” A imagem muda... deixamos de estar na casa da primeira vítima e passamos para uma nova casa. Vemos esta nova vítima a entrar numa porta da sua casa, vai buscar uma tábua de passar a ferro e começa a passar a roupa enquanto fala. Enquanto faz a sua apresentação, ouvimos uma música por trás. Uma música apenas com som de instrumentos, destacando-se um piano. “Chamo-me Maria. Tenho 25 anos. Sai da casa de abrigo há seis anos. Começamos a namorar e, hm... ele já se tornou mais controlador, dos horários que eu chegava a casa... Depois eu engravidei. A partir daí começou a violência psicológica e física. Ouve uma altura que eu tive que proteger a barriga porque...hm... ele vinha com uma navalha. Depois do meu filho nascer, a violência era

pior, foi agravando mesmo muito. Depois eu entrei para um trabalho, numa fábrica, em que encontrei lá uma amiga. Ela falou-me de uma instituição. Ouve uma altura em que ele me bateu mesmo muito... pôs-me cá fora sem o meu filho, disse que eu nunca mais o ia ver... Daí eu pegar no meu filho, dirigir-me a uma amiga e ela encaminhou-me para a GNR. Da GNR encaminhou-me para a tal instituição da qual depois fui para uma Casa Abrigo temporária. Tive medo, tinha medo porque não tinha conhecimento sobre a Casa Abrigo. Eu estive três dias num Centro de Acolhimento Temporário – Casa Abrigo. Esses três dias que lá estive não foi fácil porque foi adaptar-me a outras crianças, o meu filho com outras crianças, eu com outras mães... O espaço não era meu, só meu, era repartido por todas nós. Aaa, senti-me um bocado pressionada. O que me explicaram era que eu iria para uma casa de abrigo, na qual iriam-me ajudar, não me falaram do tempo em que iria ter que lá estar e, se eu queresse ir. Fizeram-me essa proposta. Eu disse que sim, também não tinha outra escolha. Depois quando cheguei à casa de abrigo de Viana é que me falaram do tempo que era só seis meses e, pronto, falaram das regras, que ali teriam resposta.” A imagem muda, deixamos de ver a vítima e passamos a ver e ouvir água a cair acompanhada de uma música calma. A seguir vemos as pernas de uma outra vítima, ela começa a falar. “Eu sou a Maria. Tenho 29 anos e estou há seis meses na Casa de Abrigo.” (entretanto a vítima que se encontra sentada num banco de pedra a ver a água a cair de um mini chafariz, levanta-se. A imagem que agora se nos apresenta é dentro de uma casa. A vítima está sentada e é filmada de costas) “Eu vivia há seis anos com violência doméstica, psicológica e física, então, decidi parar. Chegamos a um ponto que não dava mais, ele bateu-me com o menino ao colo, batia-me à frente dos meninos. Os meninos fechavam-se no quarto com medo e, meti um “basta” porque já não aguentava tanta humilhação, tanto bater. Fui direta à GNR apresentar queixa, não saí mais de lá e fizeram-me uma... explicaram-me que ia para uma Casa Abrigo que não precisava de ter medo, que eu estava segura. Depois reencaminharam-me para outra Casa, também de...que, era urgência, que são temporárias. Lá é que me explicaram como funcionava a Casa Abrigo, as ajudas que eu tinha, o que poderia fazer, o que não poderia, mas sempre em segurança. E depois de lá, pela terceira vez, reencaminharam-me para outra Casa de Abrigo que é onde eu estou, em Viana do Castelo. Que aqui sim, aqui senti-me muito mais segura, explicaram-me muito melhor o que é uma casa de abrigo mas, para os meninos custou muito porque... são todas diferentes, todas. Aaa, estamos



num sítio uns dias, e noutro sítio depois outros, e eles ficaram assim um bocadinho... num sei... acho que quem sofreu mais no meio disto tudo foi os meninos, não fui eu, embora eu sofresse por ver os meninos a sofrer... mas tirando isso, sei que era a coisa certa que eu tinha que fazer já há muito tempo, muito tempo, só que não tinha a certeza das ajudas que poderia ter. Eu quando apresentei a queixa é que me disseram que existia essas Casas de Abrigo. Mas eu liguei para o 114 e não me souberam dar essa informação, disseram que eu tinha que procurar a casa de um familiar, e infelizmente naquele momento não tinha onde recorrer. Se eu passei por muito que passei foi porque não tinha para onde ir com os meus filhos, porque não tinha informação minimamente e se fosse mais divulgado o que podem ajudar, talvez não... não acontecesse tanta coisa como está a acontecer.”

A imagem muda novamente, centra-se numa alminha representando uma sagrada família. A música, ao contrário da que tem acompanhado todo o documentário é uma música mexida apenas ouvimos o som de instrumentos. A imagem muda agora para uma outra vítima, são filmadas as pernas da vítima enquanto ela se apresenta. Inicialmente ela encontra-se a estender a roupa, e posteriormente é filmada a sua sombra enquanto fala. “O meu nome é Maria. Tenho 30 anos e saí da Casa Abrigo há seis meses. Vivia com o meu companheiro, pai dos meus filhos e, ele começou-me a maltratar fisicamente, psicologicamente, verbalmente e foi andando, continuando e, nunca mais parou. Até que eu saí, e fui ter a uma instituição, e pedi ajuda há minha assistente social e ela levou-me para uma casa de abrigo temporariamente, até arranjar uma vaga. Quando saí da outra casa e cheguei à de Viana, senti-me mais protegida e um bocadinho mais liberta.” A imagem centra-se agora num aquário com um peixe, voltamos à segunda vítima enquanto alimenta o peixe ela refere que “Senti-me desamparada, muito em baixo porque é difícil, deixei muito para trás. Deixei a minha vida que eu tinha para trás, deixei uma casa, deixei tudo.”

Agora fala novamente a terceira vítima, precisamente no mesmo local onde foi filmada pela última vez, “Eu quando vim para a Casa Abrigo aqui em Viana eu, senti assim um bocado de, como é que hei-de explicar, fora do meu ambiente. Ao princípio é sempre um impacto muito forte, porque os miúdos nunca se dão bem, porque há sempre alguma coisa mas uma pessoa se quiser, entende-se sempre, tirando isso é assim, aqui sentia-me mesmo segura porque... é um anonimato completo.”

A imagem centra-se agora na quarta vítima que fala novamente, “As regras na casa de Viana eram diferentes, eram arrumar a casa, fazer o almoço, deixar tudo organizado, limpinho...”. A vítima dois retoma a palavra “Havia mais regras na Casa Abrigo de lá, aaa, na de cá também tínhamos mas, aaa, exigiam mais na de lá. Na de cá eram as tarefas normais, limpeza, coisas básicas. Na de lá tínhamos horários para tudo, não podíamos sair, só com autorização. Na de cá já temos essa, essa liberdade, aa, só temos uma hora de entrada à noite.” Agora a imagem centra-se na terceira vítima que refere que “Nas duas Casas Abrigo anteriores não havia regras assim como, tipo, nós não fazíamos minimamente nada só arrumávamos o nosso quarto, mais nada. Tinha gente a servir, gente a fazer os almoços, prontos, aí. Na atual é que não, sente-se um ambiente familiar, porque nós é que fazemos o almoço, nós é que ligámos a casa, é diferente... não tem nada a ver.”

Agora vemos novamente a segunda vítima a passar a ferro, ela refere “Na outra Casa de Abrigo nós tínhamos tipo umas casinhas para cada mãe, aaa... Quando cheguei à de Viana tínhamos um quarto para duas pessoas, não era... Era diferente, tínhamos que partilhar e, não é nada fácil, não nos entendíamos, nem com as limpezas, nem com o fazer o jantar, nem com as arrumações da casa. Havia sempre aquelas chatices...” A imagem foca a terceira vítima que retoma a palavra, “Há umas que nos damos melhor, há umas que não nos damos melhor, mas há muitas que depois é difícil uma pessoa deixar.” A imagem centra-se agora na última vítima que refere que “Uma pessoa vai-se habituando a conviver com as pessoas que estão ao nosso redor, à nossa beira e vamos ganhando confiança, carinho por essas pessoas também”. A imagem centra-se, agora, na segunda vítima que refere “Nós todas as semanas tínhamos reunião com as técnicas da qual elas traziam propostas de emprego, nos ajudavam como é que nós deveríamos procurar emprego. Também nos ajudavam a lidar com as colegas da casa”. Retoma a imagem à última vítima que menciona, “Eu acho que elas não deveriam estar lá dentro porque também isso tira a nossa privacidade, porque é assim, a gente já não está na nossa casa, não é? Não sentimo-nos bem com... mais com mulheres e tudo mais agora as doutoras estarem lá vinte e quatro horas isto para nós era, tipo uma prisão.” A segunda vítima fala novamente, “Tínhamos as monitoras que também eram uma ajuda fundamental para irem connosco até uma entrevista de emprego.” Novamente fala a última vítima “Nós dentro de uma Casa Abrigo não temos qualquer custo ou gasto, quase nenhuns. Quem recebesse tinha que

dizer o que ganhava, quanto ganhava para o... ou essa pessoa guardava, ou essa mulher guardava ou dava para as monitoras guardar, para, para não ser de esbanjeira assim, gastar à toa, não é? Porque um dia, mais tarde, vimos cá para fora e era um pé de meia que nós tínhamos, para continuar a vida, não é? Ahh, e elas chamavam-nos, ao final do mês, para ver qual foi os gastos, é que é que gastamos, hm, para fazer um balanço das coisas que faziam mais necessidades, para gastar ou mais, pronto. Então isso chamou-se de opinião dos objetivos eu não gostava dessas reuniões porque é assim, no meu ver...oh pá eram é assim, cada um é livre de fazer o que quiser, não é com o dinheiro.” A primeira vítima volta novamente a falar “Ele mandava para a gente ir buscar com, hm, falar com a professora, o infantário, ir buscar trabalho. Elas dão... mandam fazer um curriculum, fazemos um curriculum e nós é que temos que ir buscar, porque elas não podem estar sempre levando uma pessoa. Quando eu comecei a procurar trabalho eu pensava como é que eu vou fazer com o meu filho. O meu filho tinha o infantário entre as 8h e até as 6h30/7h. E eu ficava o fim de semana também tenho que trabalhar e pensava daquela maneira, como é que eu ia fazer porque as monitora não podem ficar com as criança.” A segunda vítima retoma a palavra “Claro que temos facilidade lá porque havia um infantário lá dentro onde tínhamos para irmos trabalhar, tínhamos lá uma funcionária que ficavam com as crianças. Na de cá já é diferente, nesta de cá tivemos que arranjar uma creche para o meu filho.” Retoma a palavra a primeira vítima, “Quando eu saí da Casa Abrigo, se gente tiver sempre uma pessoa depois a gente enrolava mais ainda quando saísse. Porque ia ficar, tem uma proteção e sai, não pode contar com aquela pessoa, a gente temos que se arranjar da maneira que for possível.”

Terceira vítima “Em relação á minha saída acho que estou preparada porque elas prepararam-nos desde o início. Temos os nossos objetivos que é as nossas, como poupar.”

Segunda vítima “É assustador, nós lá temos todo o apoio, tínhamos que... ao sair da Casa Abrigo iríamos estar sozinhas.”

Terceira vítima “Em relação às responsabilidades parentais, já fui à primeira audiência que foi definido ele ver os meninos às quartas-feiras de quinze em quinze dias. Nessa altura as doutoras também me estão a ajudar, não sou eu que os vou levar nem sou eu que os vou buscar. Mas uma coisa vai ser certa mais dia, menos dia vou ter que ser eu a entregar e a ir buscar os meninos. Sinto-me assim um bocado como se estivesse a voltar atrás. Com medo.”

Primeira vítima que enquanto fala é filmada a varrer o chão “Onde vivemos ninguém sabe, ninguém pode saber mas a instituição sim. Quando entramos para falar com o juiz, o juiz caiu em cima de mim, acusaram que eu tinha que falar, estava eu e a minha advogada, o advogado dele e ele. E o juiz disse que se eu não falasse aonde estava o meu filho, aonde eu estava, o meu filho ia para uma instituição. E perguntava se eu autorizava a dizer onde eu estava e eu falei que autorizava o que fosse, mas que não tirava o meu filho, Então o juiz quando soube de toda a verdade, quando entrou, já foi atacando a ele. Que ali não estavam disputando nenhum troféu, e depois já tinha um trabalho, já tinha ficado com a guarda do meu filho e ele resolveu vir para Viana e me sufocou de novo fiquei presa porque eu não podia ir passear com o meu filho, que eu tinha medo de encontrar com ele na rua, não podia sair sozinha, era sempre vigiada. E eu avisei o inspetor que ele estava em Viana. Durante o tempo que eu vivi na casa de abrigo, o pai tinha esse direito de ir ter com o filho. A monitora levava numa sexta-feira e ele levava para a casa dos pais dele, ou para onde ele vivia e no domingo trazia. Então na sexta para mim parecia que tinha me tirado o chão, eu ficava com aquilo no meu coração. Só que mesmo ele tando com o menino, ele me ligava para falar com o menino. Estava todo contente porque ele via aquilo tudo, mas no fundo ele gosta do pai, não é? E eu não vou poder proibir isso. Ele tinha a certeza que tinha perdido, que eu não ia voltar mais para ele. Então, levando o filho era um estorvo para ele. Ele quer estar com o filho, não era aquilo, ele queria estar com o filho se eu também estivesse lá. Só que como eu nunca ia, ele nunca via a minha cara, já não queria vir mais buscar o filho.”

Agora a imagem centra-se numa casa, vemos a última vítima a estender a roupa. Ela refere “a minha estadia foram oito meses, não os seis meses, porque prontos, tive que ficar mais tempo derivado à minha situação de não ter ninguém há minha beira, comigo...ahh... e já estava farta de lá estar, aquilo chega a ser complicado, psicologicamente, fisicamente, tudo, tudo ali... uma pessoa quer ter, também quer se automovimentar, de ter a sua automotivação de ter a sua própria casa, as suas próprias despesas, e estar ali, naquela casa, sabendo que temos tudo orientado, tudo bem. Para mim aquilo não dava, chegou a um ponto que eu já discutia com aquela, com aquele com tudo, eu queria era sair dali o mais rápido possível. Estava farta no sentido de conviver com as pessoas vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, levar sempre com aquelas doutoras e monitoras todas azucrinar-me.”

A terceira vítima volta novamente a falar “Neste momento estou em fase de saída, mas é assim uma pessoa chega a um ponto que às vezes de tão cansada andar da cabeça estar cheia e querer sair, e não sei quê, mas isto é assim, isto é uma lição de vida, Eles tipo, eles estão-nos a ajudar, e quando eu sair já vou estar preparada para lidar com a situação sozinha, sei que já não vou ter os acompanhamentos que tenho ali, não é? Mas sinto-me preparada e sei que seis meses é suficiente.”

A imagem centra-se agora num micro-ondas a trabalhar enquanto a segunda vítima fala “O tempo que eu estive na Casa Abrigo foi importante, acho também que foi muito curto. (agora vemos a vítima a preparar o pequeno almoço) Os seis meses em que lá estive deu para pensar, deu para fazer procuras de emprego, mas nem sempre é fácil arranjar um emprego com uma criança de um ano que necessita de outros cuidados da qual não há suporte familiar.” A vítima dirige-se agora para o seu filho “Filho, anda tomar o pequeno-almoço! Já estamos atrasados para a escolinha.” “O tempo que deveríamos ter numa casa de abrigo eu, na minha opinião acho que nove meses seria o suficiente. Eu não me imaginaria nove meses, mas quem conseguisse organizar a sua vida mais cedo, tudo bem saía. Mas há mais que não têm aquele suporte, mesmo, não têm trabalho, não têm dinheiro para sair e autonomizar-se sozinhas.”

Retoma a palavra a primeira vítima “Seis meses é o suficiente para uma pessoa, para buscar a vida é o suficiente. Mais não dá, não dá, você enche por si própria.”

A quarta vítima partilha que “Eu acho que cada pessoa deve ter a sua privacidade na Casa Abrigo. Cada família ter o seu próprio espaço, quarto, não é? Eu acho que não se deve partilhar quartos com ninguém. Eu mudava em termos dos horários, também.”

A terceira vítima afirma que “A única coisa que eu acho que têm que mudar às vezes é o, nós podermos estar um bocado mais transtornadas mas é certas técnicas, monitoras como queiram dizer, que falam assim de uma maneira fria e nós sentimo-nos muito mal.”

A segunda vítima comenta que “A sugestão que eu tenho é que só acho que deveria de haver um quarto para cada mãe porque é o nosso espaço, assim não temos chatices com a colega do lado, acho que nós devíamos ter só o nosso espaço. Todos os dias olho para o meu filho vejo que estamos felizes, mas vejo que eu tive que abandonar tudo. Hoje eu estou muito bem, mas eu digo o porquê de eu ter que passar por isto tudo é... tinha que ser eu? Questiono-me porquê eu?”

A última vítima menciona que “Eu vir para cá para Viana perdi os meus amigos, ah, tudo... mais pessoas amigas, quem sabe um trabalho que iria começar lá também. Não sei, perdi muitas coisas, muitas coisas mesmo.”

A primeira vítima refere que “Perdi não perdi nada, só ganhei. Ganhei minha autoestima, ganhei minha liberdade, ganhei tudo... Eu ganhei cá a minha luta e com a ajuda, me ajudaram muito com as palavras e com força, me ajudaram a enfrentar as coisas, a buscar o que eu quero, a ter a minha privacidade.”

Retoma a palavra a quarta vítima que menciona “Tudo, ganhei a minha liberdade, os meus filhos, isso é fundamental.”

Segunda vítima “O que eu ganhei na Casa Abrigo em Viana foi liberdade, foi o poder sair e não ter que dizer, o chegar a casa e saber que não ia ser vítima de violência novamente.”

A terceira vítima comenta que “Quando eu entrei na Casa Abrigo, não penso que tenha perdido alguma coisa porque não perdi, antes pelo contrário, ganhei autoestima, confiança em mim mesma, ganhei liberdade que não tinha há muito tempo. Foi um sossego, uma pessoa tinha sossego, dormia, só queria dormir, que não conseguia há muito tempo. Hoje sou uma nova pessoa, sou e sei que ainda vou conseguir ser melhor e vou seguir com a vida em frente e com os meus filhos. ”

A quarta vítima refere que “Sim, valeu a pena de estar na Casa Abrigo porque hoje estou mais segura de mim, mais responsável de mim e, estando numa Casa Abrigo fez-me ver essas coisas que eu não via, não é? Que eu não tinha noção disso.”

Segunda vítima “A casa de abrigo teve um papel importante na minha vida, sem dúvida. Foi o acolher-me, porque era ser difícil eu sair da minha terra e vir para outra terra e não ter suporte, nem que seja por um mês. Iria-me ser muito difícil ou teria que continuar na minha terra a ser vítima de violência doméstica, isso sem dúvida. Agora o resto fui eu que fui construindo aos poucos, amigos, trabalho e tudo, foi por minha iniciativa e não pela da Casa Abrigo. O suporte que a Casa Abrigo teve foi dar-me o apoio durante os seis meses. Eu tive a sorte de, posso dizer a sorte de reconstruir de novo a minha vida, a mesma que eu tinha na minha terra. Por um lado melhor, muito melhor porque não sou vítima de violência mas tive a sorte mas é muito difícil uma pessoa que saia da Casa Abrigo ter a sorte que eu tive.”

A terceira vítima comenta que “A Casa Abrigo faz muita diferença, porque uma pessoa pensa porque já não fiz isto há mais tempo? E ajuda-nos a que nós nos libertemos de muita coisa e que nos sintamos bem, mesmo, connosco e com tudo.”

Primeira vítima “A Casa Abrigo para mim foi um degrau, e fui subindo, subindo e estou subindo até hoje graças a eles que me deram a força e o apoio. Temos que lutar e tentar ser forte. Nós buscar as ferramenta toda para quando sair da casa não ficar, e o que é que eu vou fazer agora?”

O documentário termina com a imagem centrada na bandeira de Portugal que está hasteada numa antena parabólica.

## ANEXO II



## 1 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “FUGIR DO MEDO”

	ANGELINA	ISABEL SOARES	ANDREIA	SUSANA	PAULA MENDES
<b>DESCRIÇÃO DA VÍTIMA</b>	“Tudo o que têm cabe na bagageira de um táxi. Angelina e Marta são mãe e filha. Uma vai a meio da adolescência a outra já passou dos cinquenta e foi expulsa de casa pelo marido ao fim de trinta anos de insultos, espancamentos e ameaças de morte.”				Paula tem três filhas ainda muito pequenas
<b>HISTORIAL DE VITIMAÇÃO</b>		<p>“Há dois anos passou por uma casa de abrigo em fuga de um marido violento, viu-se no meio da rua com uma filha pequena nos braços e sem um tostão no bolso”.</p> <p>“Na minha família não havia ninguém que tivesse este</p>	“Andreia está ameaçada de morte pelo marido por isso as regras de segurança são ainda mais apertadas”	<p>“A primeira vez que ele me bateu foi na noite antes do casamento.”</p> <p>“Cheguei a apanhar no meio da rua e à frente da PSP”.</p>	“Era mais verbalmente, pronto. Só quando estava... vamos dizer assim mesmo, com a ressaca, não é... E eu dizia que não dava (dinheiro) e eu própria ofendia-o, também nervosa e

		problema. Eu tinha vergonha de dizer que ele me tratava mal e que vivia mal. Eu fazia de conta que estava tudo bem. Eu chegava a casa da minha mãe com os olhos pretos de ter levado, e dizia que tinha caído, que tinha batido na porta de um armário pronto, inventava sempre desculpas, nunca dizia a verdade.”		Jornalista “o agressor, agora ex-marido, chegou a raptá-la, tentou violá-la e matá-la. Susana perdeu a conta às nódoas negras e ameaças, denunciou os maus tratos físicos e psicológicos. Não lhe serve de consolo.”	revoltada, chamava-lhe... Pronto, alguns nomes não é? E talvez aí ele dar-me um estalo ou um empurrão. Nunca foi também para além disso. Mas pronto, era mais o psicológico e o verbal.”
<b>A SOCIEDADE</b>		Jornalista “A dependência emocional ou económica, o medo, a vergonha, fazem com que muitas mulheres se mantenham em relações violentas, por vezes não têm o apoio da família. Os amigos e os vizinhos fecham os olhos ao crime de maus-tratos”.		Susana “cheguei a apanhar no meio da rua e à frente da PSP”. Jornalista “e alguém fez alguma coisa?” Susana “Não”. Jornalista “Alguém veio em seu socorro?”. Susana “Não”.	

				<p>Jornalista “Em que estado é que ficou dessa vez?”. Susana “Eu? Com os lábios completamente rebentados, com um punhal espetado no pulso e com duas nódoas negras na cara”. Jornalista “E ficou assim no meio da rua?”. Susana “Fiquei”. Jornalista “E as pessoas passavam por si e deixavam-na lá?”. Susana “Não, se calhar, ainda gozavam com a minha cara.”</p> <p>Susana “Entre marido e mulher ninguém mete a</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>colher. E ninguém está para... é mesmo assim. Ninguém está para se meter em problemas por causa do problema dos outros”.</p> <p>Diretora “Compete a cada um de nós também ter a responsabilidade de zelar e salvaguardar a integridade emocional e física de todas estas pessoas. E portanto, quem somos nós para estar a acusar uma vítima de crime, quando há pessoas conhecedoras da</p>	
--	--	--	--	--	--

				situação que não denunciavam com medo de represálias?”.	
<b>A SAÍDA DA RELAÇÃO VIOLENTA;  O PAPEL DOS FILHOS</b>		<p>“Em fuga de um marido violento, viu-se no meio da rua com uma filha pequena nos braços e sem um tostão no bolso.”</p> <p>“Sou muito mais feliz agora que estou como estou, do que durante aqueles anos todos que eu vivi com ele”.</p> <p>Jornalista: “Isabel está por conta própria há um ano. Olha para trás e arrepende-se de não ter largado o marido há mais tempo, foi ficando pela filha e por vergonha.”</p>		<p>“(…) despede-te porque nunca mais vais ver os teus filhos. Consegue imaginar o sentimento disto? E só de pensarmos que uma pessoa nunca mais vai ver os nossos filhos, e morrer por causa de um traste...não é uma maneira muito bonita de se morrer. Eu acho que não é”.</p> <p>Jornalista pergunta “há muitas mulheres que</p>	<p>Jornalista: “três filhas ainda muito pequenas que assistiram às discussões entre o pai e a mãe. Conta que a mais velha ajuda-a a tomar a decisão de abandonar o marido.”</p> <p>Se não fosse mesmo as minhas filhas, passava o dia todo na cama. Sem querer ouvir ninguém, sem querer comer, sem querer...”.</p> <p>“Muitas das vezes, fechava-me na casa de banho ou ia para um local onde ela não pudesse ver</p>

				<p>morrem assim”. Susana responde “Há. E eu acredito que eu seria uma delas, se não saísse dali.”</p> <p>“A única coisa que ele (filho) diz é que não quer voltar para casa. É uma criança sofrida, nesse aspeto. E traumatizada, não tenho a menor dúvida”</p>	<p>a chorar, mas, às vezes não conseguia e ela dizia-me: Mãe tens dói-dói?”.</p>
<b>A JUSTIÇA</b>	<p>“Porquê? Ou a mulher vai continuar a fugir ou um dia destes o agressor a encontra e a mulher não foge mais. Porque é assassinada.”</p>			<p>“Demoram muito, muito tempo a fazer o processo-crime. Chegaram ao dia do julgamento... Está em liberdade. Para variar é sempre</p>	

				<p>assim. E nós é que temos que deitar as trouxas às costas e desenrasca-te, se puderes. É a justiça portuguesa que nós temos”.</p> <p>Daniel Cotrim da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima “É preciso que se saiba que punir eficazmente o agressor, é preciso que se saiba limitar eficazmente o agressor, é preciso que se dê sobretudo às mulheres segurança. É preciso que cada vez mais, do ponto de vista da justiça, estas</p>	
--	--	--	--	--	--

				<p>coisas...ah...atuem rapidamente e que não esperemos seis meses.”</p> <p>Jornalista “quando a justiça tarda em atuar, para muitas mulheres a fuga é a única escapatória possível. Têm que deixar tudo para trás e passar a viver escondidas”</p>	
<p><b>INTEGRAÇÃO EM CASA ABRIGO</b></p>		<p>“Eu entrei lá como uma tolinha. Não sabia o que dizia, não sabia o que fazia, vinha mesmo tolinha. Eu pensava era entregar a minha filha a alguém que pudesse tomar conta dela, e eu matava-me. Pronto, era sempre o que eu pensava. Destruo a minha vida, acabo de uma vez,</p>			



		nunca mais sofro, acabou. Só que depois, quando entrei aqui, as coisas começaram a modificar-se”.			
As PERDAS	Jornalista “Na fuga, todas estas mulheres perderam os empregos. A prioridade nos próximos dias é arranjar trabalho.			<p>“Tenho plena consciência que eu, durante uns longos anos, não vou voltar a casa. Não posso. Por muito que custe.”</p> <p>Jornalista “quando a justiça tarda em atuar, para muitas mulheres a fuga é a única escapatória possível. Têm que deixar tudo para trás e passar a viver escondidas”</p>	“Nem sei, deixei muita coisa. Quando entrei nesta casa...Só o facto de ter, por exemplo, deixado os berços das minhas filhas já me custou”.
PAPEL DA CASA					

ABRIGO					
<b>VIVENCIA NA CASA ABRIGO; REGRAS DA CASA ABRIGO; PAPEL DOS TÉCNICOS;</b>	<p>Jornalista “Mãe e filha aceitam para já as regras. O espanto e a resistência surgem uns parágrafos adiante.”</p> <p>Diretora “Entregar os telemóveis à equipa técnica no momento de entrada da Casa Abrigo solicitando, sempre que pretenderem efetuar uma chamada telefónica e devolvendo imediatamente a seguir à realização daquela. Portanto isto não é uma proibição do uso do telemóvel”.</p> <p>Tanto a mãe como a filha intervêm, a voz delas é</p>				

	alterada e é colocada legenda na imagem, “Pois isso... O telemóvel é que eu queria falar. O telemóvel é uma coisa, que eu tenho duas amigas...E eu dou em maluca sem telemóvel”.				
<b>CONHECIMENT O PREVIO DA existência da CASA ABRIGO</b>					
<b>TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CASA ABRIGO</b>	Jornalista “Numa Casa Abrigo, e são trinta e quatro espalhadas pelo país, as utentes não pagam um cêntimo pela estadia. Têm direito a alojamento, alimentação e roupa. Recebem apoio jurídico, social, profissional e psicológico.				

	Podem ficar aqui seis meses ou um pouco mais se for preciso, até conseguirem reorganizar a vida.”				
<b>SUGESTÕES DE MUDANÇAS NA CASA ABRIGO</b>					
<b>PERSPETIVAS PARA O FUTURO – SAÍDA DA CASA ABRIGO</b>				“No fim de uma boa história, há sempre um final feliz, entre romance, perseguição, não é? Há sempre um final feliz. E aqui não há final feliz. Não existe final feliz. Para nós, não existe.”	“Agora estou mesmo sozinha, não é? Eu, agora, estou aqui eu e as minhas filhas e...pronto. E tenho medo de...não sei, se calhar, de não conseguir dar o salto que eu quero dar.”

## 2 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “CASA ABRIGO AJUDA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A RECOMEÇAR”

	VITIMA	JORNALISTA/OUTROS
DESCRIÇÃO DA VÍTIMA	Um filho	
HISTORIAL DE VITIMAÇÃO	<p>“Na altura achava que aquilo era uma coisa normal para mim.”</p> <p>“Não só as agressões físicas mas psicológicas. As psicológicas eram bem piores...”</p> <p>“Para mim aquilo era normal, era, sei lá, ele se calhar gostava de mim eu... hm... Estava aqueles ciúmes e aquilo tudo era normal.”</p>	
A SOCIEDADE		
A DECISÃO DE ROMPIMENTO COM A RELAÇÃO VIOLENTA;	<p>“Falei com a psicóloga que ela disse-me que estaria a sofrer de violência doméstica”.</p> <p>“De um momento para o outro tomei essa decisão na minha</p>	<p>“A técnica é Joana Salinas, Presidente Cruz Vermelha de Matosinhos, que começa por dizer que “As Casas Abrigo são a última linha de proteção e para a Casa Abrigo só vêm as vítimas que estão numa situação de perigo porque o agressor é daqueles que evidencia, claro que</p>

<b>O PAPEL DOS FILHOS</b>	vida e, vim para cá. Mas no momento em que decidi isso foi quando as coisas começaram a direcionar-se mais para o meu filho.”	isto tudo pode estar errado e podemos não acertar, mas o agressor evidencia perigosidade grande para ela e para os filhos. E essas é que vão para a Casa Abrigo.”  “As vítimas demoram muito tempo a ter noção que são vítimas e o primeiro passo é perceberem que são vítimas. De facto que aquilo que tem acontecido no relacionamento delas, que de facto é algo que não é normal.”
<b>A JUSTIÇA</b>		
<b>INTEGRAÇÃO EM CASA ABRIGO</b>		
<b>AS PERDAS</b>		
<b>PAPEL DA CASA ABRIGO</b>	“Aqui nós temos o tempo para pensarmos. Pensarmos o que fizemos, o que não fizemos. Quando quisemos podemos sair daqui, é óbvio. Só que é sempre bom termos aquele nosso tempo na vida para pensarmos nas coisas e fazermos melhor depois.”	“O percurso delas cá é... Reinicia-se inicialmente pela estabilização emocional, psicoemocional da vítima e dos menores.”
<b>VIVENCIA NA CASA ABRIGO; REGRAS DA CASA ABRIGO; PAPEL</b>	“De um momento para o outro tomei essa decisão na minha vida e, vim para cá. Mas no momento em que decidi isso foi quando as coisas começaram a direcionar-se mais para o	

<b>DOS TÉCNICOS;</b>	meu filho.”  “Eu aqui acho que tenho mais futuro. E também estou longe, longe daquilo tudo, se fosse para lá ia lembrar-me e voltar aquilo tudo e...não quero.”	
<b>CONHECIMENTO prévio da existência da CASA ABRIGO</b>		
<b>TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CASA ABRIGO</b>		
<b>SUGESTÕES DE MUDANÇAS NA CASA ABRIGO</b>		
<b>SAÍDA DA CASA ABRIGO PERSPETIVAS PARA O FUTURO</b>	“Eu aqui acho que tenho mais futuro. E também estou longe, longe daquilo tudo, se fosse para lá ia lembrar-me e voltar aquilo tudo e...não quero.”	

3 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “*VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TENTAM RECOMEÇAR VIDA NUM ABRIGO*”

	IRINA	JORNALISTA/OUTROS
<b>DESCRIÇÃO DA VÍTIMA</b>	Dois filhos	
<b>HISTORIAL DE VITIMAÇÃO</b>	<p>6 anos de agressões</p> <p>“As coisas já estavam muito mal. Ele já me ameaçava com facas, já dizia que me matava, já gritava, já tinha medo de dormir.”</p> <p>“Até que um dia ele já me apertou o pescoço, empurrou-me contra o móvel da cozinha, já fazia ameaças às crianças e dizia-me eu qualquer dia mato-te. Já era o que ele dizia, que me odiava, que me odiava.”</p>	<p>“Irina é uma das habitantes desta casa depois de 6 anos de agressões decidiu que já bastava.”</p> <p>“Quando chegam a um ponto destes, nós consideramos que são situações que chegaram já ao fim da linha.”</p>
<b>A SOCIEDADE</b>		
<b>A DECISÃO DE ROMPIMENTO COM A RELAÇÃO VIOLENTA;</b>	“As coisas já estavam muito mal. Ele já me ameaçava com facas, já dizia que me matava, já gritava, já tinha medo de dormir.”	“Irina é uma das habitantes desta casa depois de 6 anos de agressões decidiu que já bastava.”



O PAPEL DOS FILHOS		<p>“Quando chegam a um ponto destes, nós consideramos que são situações que chegaram já ao fim da linha.”</p> <p>“Irina aproveitou o facto de levar os filhos à escola para escapar do controlo apertado do marido e pedir ajuda à proteção de menores.”</p>
A JUSTIÇA		
INTEGRAÇÃO EM CASA ABRIGO	<p>“Tinham muito medo. Quando chegaram cá estavam muito alterados, principalmente o mais novo, vinha com uma grande revolta, muito alterado. Não sabia brincar.”</p>	
AS PERDAS		
PAPEL DA CASA ABRIGO		<p>Jornalista fala, dizendo que “o objetivo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é dar um teto, que é como quem diz espaço e tempo para as mulheres e os seus filhos recomporem a vida marcada pela violência.”</p>
VIVENCIA NA CASA ABRIGO; REGRAS DA CASA ABRIGO; PAPEL DOS TÉCNICOS;		<p>“Hoje vive numa casa bem diferente, partilhada com 20 pessoas.”</p> <p>“O espaço tem apertadas medidas de segurança. De resto a agitação típica de uma casa bem mais calma do que as situações já vividas pelas mulheres e crianças.”</p>
CONHECIMENTO prévio da existência da		

CASA ABRIGO		
TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CASA ABRIGO		
SUGESTÕES DE MUDANÇAS NA CASA ABRIGO		
SAÍDA DA CASA ABRIGO PERSPETIVAS PARA O FUTURO	“Os sonhos que tenho para o futuro, claro que vou começar uma vida do zero, não é?, com os meus dois filhotes. Hm, arranjar um trabalho (Riso). Uma vida sem sofrimento.”	“Irina sabe, depois destes meses, que tem o direito a ser feliz.”

## 4 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “PORTUGAL SOLIDÁRIO – AQUI AS PORTAS NÃO BATEM”

	LILIANA	CRISTINA	CELINA
DESCRIÇÃO DA VÍTIMA	2 Filhos de colo (gémeas). Mãe aos 16 anos	2 Filhos	Sobre a Celina “construiu uma vida que acabou a desmoronar-se como um baralho de cartas.”  “[...] Vinte anos de solidão e maus tratos.”
HISTORIAL DE VITIMAÇÃO		“Cristina era maltratada pelo companheiro, foi obrigada a sair de casa.”	“Celina, enfrentou mais de vinte anos de solidão e maus tratos”. “Começou a vir as ameaças, as sapatadas e depois olhando à doença dele eu fui temendo. Só que eu tinha vergonha e escondia. A minha família notava só que eu escondia sempre.”
A SOCIEDADE	Padre Lino Maia “Nós não podemos enfiar a cabeça na areia em Portugal, temos muitas pessoas vítimas da violência, da violência doméstica. E é preciso que a sociedade de facto vá criando respostas para estes casos. O ideal é que haja uma educação para que isto nunca aconteça. Mas		“Só que eu tinha vergonha e escondia. A minha família notava só que eu escondia sempre.”

	acontecendo é preciso que de facto haja resposta.”		
<b>A DECISÃO DE ROMPIMENTO COM A RELAÇÃO VIOLENTA; O PAPEL DOS FILHOS</b>		“Era maltratada pelo companheiro, foi obrigada a sair de casa.”	
<b>A JUSTIÇA</b>			Advogada “por muito má que a justiça esteja, elas acabam por confiar um bocadinho na justiça, por incrível que pareça, e saem daqui com toda a certeza mais confiantes, até mesmo aquelas que tomam a decisão de voltar para os agressores. Mas sabem que se tornarem a ser agredidas, sabem o que é que devem fazer, onde é que devem começar, onde é que devem retomar.”
<b>INTEGRAÇÃO EM CASA ABRIGO</b>			“Celina enfrentou mais de vinte anos de solidão e maus tratos. Agora recebe abraços que compensam tudo.”

AS PERDAS		<p>“Deixei tudo, mas o que precisava trouxe comigo.”</p> <p>Jornalista: “trouxe tudo e encontrou um abrigo.”</p>	
PAPEL DA CASA ABRIGO			
VIVENCIA NA CASA ABRIGO; AS REGRAS; O PAPEL DOS TÉCNICOS			<p>“Fazia-o (cozido) em casa mas aqui a comida sabe melhor. A companhia é diferente.”</p>
CONHECIMENTO PRÉVIO da existência DA CASA ABRIGO			<p>“Nunca imaginei que existisse assim estas casas, porque se não já tinha pedido auxilio há mais tempo.”</p>
TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CASA ABRIGO			
SUGESTÕES DE MUDANÇAS NA CASA ABRIGO			

PERSPETIVAS PARA O FUTURO – SAÍDA DA CASA ABRIGO			
--	--	--	--

## 5 - ANÁLISE DA REPORTAGEM “EXEMPLOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”

	JOANA	MARIA
<b>DESCRIÇÃO DA VÍTIMA</b>	1 filho  Esteve na relação violenta durante quatro anos e meio	45 anos  Uma filha de doze  Esteve no relacionamento durante 18 anos
<b>HISTORIAL DE VITIMAÇÃO</b>	“Era uma situação que já não havia controlo para toda aquela situação. Para noites mal dormidas, para o sufoco, a preocupação de ver o meu filho sempre a assistir àquelas situações, àquela agressividade, os berros. Até o meu filho gritava e implorava que o pai não voltasse a fazer, não continuasse a fazer.”	“Teve um relacionamento durante 18 anos, uma filha de doze anos e foi ela a menina que no meio de uma discussão chamou a polícia e disse basta.”
<b>A SOCIEDADE</b>		
<b>A DECISÃO DE ROMPIMENTO COM A RELAÇÃO VIOLENTA; O PAPEL DOS FILHOS</b>	“Manteve-se na relação violenta até ao dia em que decidiu desistir e mudar de vida.”  “No dia em que decidiu mudar realmente, depois acabou por mudar de vida, de cidade, de emprego. Recomeçou um ciclo.”	“Foi ela, a menina que no meio de uma discussão chamou a polícia e disse basta.”  “Lavou o passado, foi isso?”. Maria responde “Exatamente.”

<b>A JUSTIÇA</b>		
<b>INTEGRAÇÃO EM CASA ABRIGO</b>	<p>“Foi bom, foi bom. O meu filho perguntou se naquele dia o pai nos iria chatear. Eu disse: não filho. Estamos num novo sítio, numa nova cidade, numa nova vida. Hoje podemos dormir descansados.”</p>	<p>Hm, nessa noite ela quando nos apanhou no quarto, fomos para um hotel, hm, ela tirou a roupa e disse mãe vou tomar um banho. A partir de hoje a nossa vida vai mudar”. Novamente a jornalista fala “Lavou o passado, foi isso?”. Maria responde “Exatamente.”</p> <p>“Ahh, sinto que, sei lá, felicidade. Nesse dia tinha que mudar todos nós temos aquele dia, não é? que a nossa sorte muda. Nesse dia mudou a minha.”</p>
<b>AS PERDAS</b>	<p>“No dia em que decidiu mudar realmente, depois acabou por mudar de vida, de cidade, de emprego. Recomeçou um ciclo.”</p>	
<b>PAPEL DA CASA ABRIGO</b>		
<b>VIVENCIA NA CASA ABRIGO; AS REGRAS; O PAPEL DOS TECNICOS</b>		
<b>CONHECIMENTO PRÉVIO da existência DA CASA ABRIGO</b>		



TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CASA ABRIGO		
SUGESTÕES DE MUDANÇAS NA CASA ABRIGO		
PERSPETIVAS PARA O FUTURO – SAÍDA DA CASA ABRIGO	Jornalista: São histórias que mostram que a violência doméstica não tem de ser uma fatalidade, há vidas que podem e devem mudar”.	

## 6 - ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO GAF “. DE PARTIDA”

	VITIMA 1	VITIMA 2	VITIMA 3	VITIMA 4
<b>DESCRIÇÃO DA VÍTIMA</b>	“Meu nome é Maria. Tenho 37 anos. Há três anos saí da casa abrigo.”	“Chamo-me Maria. Tenho 25 anos. Saí da casa de abrigo há seis anos.”	“Eu sou a Maria. Tenho 29 anos e estou há seis meses na Casa de Abrigo.”	“O meu nome é Maria. Tenho 30 anos e saí da casa abrigo há seis meses.
<b>HISTORIAL DE VITIMAÇÃO</b>	“Ele me pegou na rua, me espancou na frente do meu filho. Eu já não aguentava mais aquilo. E a minha patroa falou, que era para eu sair dessa vida. Só que eu não tenho família aqui. Não tenho nada... Ficava com medo.”	“Começamos a namorar e, hm... ele já se tornou mais controlador, dos horários que eu chegava a casa... Depois eu engravidei. A partir daí começou a violência psicológica e física. Ouve uma altura que eu tive que proteger a barriga porque...hm... ele vinha com uma navalha. Depois do meu filho nascer, a violência era pior, foi agravando mesmo muito.”	“Eu vivia há seis anos com violência doméstica, psicológica e física, então, decidi parar. Chegamos a um ponto que não dava mais, ele bateu-me com o menino ao colo, batia-me à frente dos meninos. Os meninos fechavam-se no quarto com medo e, meti um basta porque já não aguentava tanta humilhação, tanto bater.”	“Vivia com o meu companheiro, pai dos meus filhos e, ele começou-me a maltratar fisicamente, psicologicamente, verbalmente e foi andando, continuando e, nunca mais parou.”
<b>A SOCIEDADE</b>				

<b>A DECISÃO DE ROMPIMENTO COM A RELAÇÃO VIOLENTA; O PAPEL DOS FILHOS</b>	<p>“A Segurança Social de onde eu vivia... A diretora de lá disse que era... vamos fazer de tudo, teu filho vai contigo. Vamos ter que te mandar para uma instituição. Eu fui para o posto da GNR, porque ele me seguia, ele queria me matar. Ainda me ameaçou lá.” “...Ainda me ameaçou lá, dentro da GNR, querendo me matar e me trouxeram. E eu não pude ir buscar o meu filho nesse dia... Então vim, sozinha para cá.”</p>	<p>“eu entrei para um trabalho, numa fábrica, em que encontrei lá uma amiga. Ela falou-me de uma instituição. Ouve uma altura em que ele me bateu mesmo muito... pôs-me cá fora sem o meu filho, disse que eu nunca mais o ia ver... Daí eu pegar no meu filho, dirigir-me a uma amiga e ela encaminhou-me para a GNR. Da GNR encaminhou-me para a tal instituição da qual depois fui para uma Casa Abrigo temporária. Tive medo, tinha medo porque não tinha conhecimento sobre a Casa Abrigo.”</p>	<p>“Chegamos a um ponto que não dava mais, ele bateu-me com o menino ao colo, batia-me à frente dos meninos. Os meninos fechavam-se no quarto com medo e, meti um basta porque já não aguentava tanta humilhação, tanto bater. Fui direta à GNR apresentar queixa, não saí mais de lá e fizeram-me uma... explicaram-me que ia para uma Casa de Abrigo que não precisava de ter medo, que eu estava segura.”</p>	<p>“Ele começou-me a maltratar fisicamente, psicologicamente, verbalmente e foi andando, continuando e, nunca mais parou. Até que eu saí, e fui ter a uma instituição, e pedi ajuda há minha assistente social e ela levou-me para uma casa de abrigo temporariamente, até arranjar uma vaga. Quando saí da outra casa e cheguei à de Viana, senti-me mais protegida e um bocadinho mais liberta.”</p>
<b>A JUSTIÇA</b>	<p>“Onde vivemos ninguém sabe, ninguém pode saber mas a instituição sim. Quando entramos para falar com o juiz,</p>		<p>“Em relação às responsabilidades parentais, já fui à primeira audiência que foi definido ele ver os</p>	

	<p>o juiz caiu em cima de mim, acusaram que eu tinha que falar, estava eu e a minha advogada, o advogado dele e ele. E o juiz disse que se eu não falasse aonde estava o meu filho, aonde eu estava, o meu filho ia para uma instituição. E perguntava se eu autorizava a dizer onde eu estava e eu falei que autorizava o que fosse, mas que não tirava o meu filho. Então o juiz quando soube de toda a verdade, quando entrou, já foi atacando a ele. Que ali não estavam disputando nenhum troféu, e depois já tinha um trabalho, já tinha ficado com a guarda do meu filho e ele resolveu vir para Viana e me sufocou de novo fiquei presa porque eu não podia ir passear com o meu</p>		<p>meninos às quartas-feiras de quinze em quinze dias. Nessa altura as doutoras também me estão a ajudar, não sou eu que os vou levar nem sou eu que os vou buscar. Mas uma coisa vai ser certa mais dia, menos dia vou ter que ser eu a entregar e a ir buscar os meninos. Sinto-me assim um bocado como se estivesse a voltar a atrás. Com medo.”</p>	
--	--	--	---	--

	<p>filho, que eu tinha medo de encontrar com ele na rua, não podia sair sozinha, era sempre vigiada. E eu avisei o inspetor que ele estava em Viana.</p> <p>Durante o tempo que eu vivi na casa de abrigo, o pai tinha esse direito de ir ter com o filho. A monitora levava numa sexta-feira e ele levava para a casa dos pais dele, ou para onde ele vivia e no domingo trazia. Então na sexta para mim parecia que tinha me tirado o chão, eu ficava com aquilo no meu coração. Só que mesmo ele tando com o menino, ele me ligava para falar com o menino. Estava todo contente porque ele via aquilo tudo, mas no fundo ele gosta do pai, não é? E eu não vou poder proibir isso. Ele tinha a certeza que tinha</p>			
--	--	--	--	--

	perdido, que eu não ia voltar mais para ele. Então, levando o filho era um estorvo para ele. Ele quer estar com o filho, não era aquilo, ele queria estar com o filho se eu também estivesse lá. Só que como eu nunca ia, ele nunca via a minha cara, já não queria vir mais buscar o filho.”			
<b>INTEGRAÇÃO EM CASA ABRIGO</b>	“E eu não pude ir buscar o meu filho nesse dia... Então vim, sozinha para cá”, “Fiquei quinta, sexta, e no sábado é que eu fui buscar meu filho. Então quando eu cheguei aqui, parecia que era o fim do mundo. Eu nem sabia que vinha para Viana, nem me explicaram nada, só me disseram que tinha uma cama de solteira, se eu aceitava essas condições. Mas não disseram que tinham as	“Tive medo, tinha medo porque não tinha conhecimento sobre a Casa Abrigo. Eu tive três dias num Centro de Acolhimento Temporário – Casa Abrigo. Esses três dias que lá estive não foi fácil porque foi adaptar-me a outras crianças, o meu filho com outras crianças, eu com outras mães... O espaço não era meu, só meu, era repartido por todas nós. Aaa, senti-me um bocado pressionada. O que me	“... Explicaram-me que ia para uma Casa de Abrigo que não precisava de ter medo, que eu estava segura. Depois reencaminharam-me para outras Casas, também de...que, era urgência, que me explicaram como funcionava a Casa de Abrigo, as ajudas que eu tinha, o que poderia fazer, o que não poderia, mas sempre em	“Quando saí da outra casa e cheguei à de Viana, senti-me mais protegida e um bocadinho mais liberta.”

	<p>regras, o que é que era, com quantas pessoas eu ia viver. Assim que eu entrei eles trancaram a porta. Então, entrei naquele pânico... Aqui eu estou presa... eu já estava desesperada. E quando eu vi aquele monte de criança, aquele monte de mulheres... eu entrei em pânico... No sábado, fui eu e a monitora buscar o meu filho à GNR. Eu já fui com outro aspeto, já estava... vou buscar o meu filho, vou... é o que mais me prende a Portugal, é o meu filho e quando eu cheguei lá peguei meu filho e já me parecia outra coisa... quando eu entrei era totalmente diferente.”</p>	<p>explicaram era que eu iria para uma casa de abrigo, na qual iriam-me ajudar, não me falaram do tempo em que iria ter que lá estar e, se eu queres ir. Fizem-me essa proposta. Eu disse que sim, também não tinha outra escolha. Depois quando cheguei à casa de abrigo de Viana é que me falaram do tempo que era só seis meses e, pronto, falaram das regras, que ali teriam resposta.”</p> <p>“Senti-me desamparada, muito em baixo porque é difícil, deixei muito para trás. Deixei a minha vida que eu tinha para trás, deixei uma casa, deixei tudo.”</p>	<p>segurança. E depois de lá, pela terceira vez, reencaminharam-me para outra Casa de Abrigo que é onde eu estou, em Viana do Castelo. Que aqui sim, aqui senti-me muito mais segura, explicaram-me muito melhor o que é uma casa de abrigo mas, para os meninos custou muito porque... são todas diferentes, todas. Aaa, estamos num sítio uns dias, e noutro sítio depois outros, e eles ficaram assim um bocadinho... num sei... acho que quem sofreu mais no meio disto tudo foi os meninos, não fui eu, embora eu sofresse por ver os meninos a sofrer... mas tirando isso, sei que era a coisa certa que eu tinha que</p>	
--	---	---	---	--

			fazer já há muito tempo, muito tempo, só que não tinha a certeza das ajudas que poderia ter. Eu quando apresentei a queixa é que me disseram que existia essas casas de abrigo. Mas eu liguei para o 114 e não me souberam dar essa informação, disseram que eu tinha que procurar a casa de um familiar, e infelizmente naquele momento não tinha onde recorrer. Se eu passei por muito que passei foi porque não tinha para onde ir com os meu filhos, porque não tinha informação minimamente e se fosse mais divulgado o que podem ajudar, talvez não...não acontecesse tanta coisa como está a acontecer.” “Eu	
--	--	--	---	--



			quando vim para a Casa Abrigo aqui em Viana eu, senti assim um bocado de, como é que hei-de explicar, fora do meu ambiente. Ao princípio é sempre um impacto muito forte, porque os miúdos nunca se dão bem, porque há sempre alguma coisa mas uma pessoa se quiser, entende-se sempre, tirando isso é assim, aqui sentia-me mesmo segura porque... é um anonimato completo.”	
<b>AS PERDAS</b>	“Perdi não perdi nada, só ganhei. Ganhei minha autoestima, ganhei minha liberdade, ganhei tudo... Eu ganhei cá a minha luta e com a ajuda, me ajudaram muito com as palavras e com força, me ajudaram a enfrentar as coisas,	“O que eu ganhei na Casa Abrigo em Viana foi liberdade, foi o poder sair e não ter que dizer, o chegar a casa e saber que não ia ser vítima de violência novamente.”	“Quando eu entrei na Casa Abrigo, não penso que tenha perdido alguma coisa porque não perdi, antes pelo contrário, ganhei autoestima, confiança em mim mesma, ganhei liberdade que não tinha há muito tempo. Foi um	“Eu vir para cá para Viana perdi os meus amigos, ah, tudo... mais pessoas amigas, quem sabe um trabalho que iria começar lá também. Não sei, perdi muitas coisas, muitas coisas mesmo.”

	a buscar o que eu quero, a ter a minha privacidade.”		sossego, uma pessoa tinha sossego, dormia, só queria dormir, que não conseguia há muito tempo. Hoje sou uma nova pessoa, sou e sei que ainda vou conseguir ser melhor e vou seguir com a vida em frente e com os meus filhos. ”	“Tudo, ganhei a minha liberdade, os meus filhos, isso é fundamental.”
<b>PAPEL DA CASA ABRIGO</b>	“A Casa Abrigo para mim foi um degrau, e fui subindo, subindo e estou subindo até hoje graças a eles que me deram a força e o apoio. Temos que lutar e tentar ser forte. Nós buscar as ferramenta toda para quando sair da casa não ficar, e o que é que eu vou fazer agora?”	“A casa de abrigo teve um papel importante na minha vida, sem dúvida. Foi o acolher-me, porque ira ser difícil eu sair da minha terra e vir para outra terra e não ter suporte, nem que seja por um mês. Iria-me ser muito difícil ou teria que continuar na minha terra a ser vítima de violência doméstica, isso sem dúvida. Agora o resto fui eu que fui construindo aos poucos, amigos, trabalho e tudo, foi por minha iniciativa e não pela da Casa	“A Casa Abrigo faz muita diferença, porque uma pessoa pensa porque já não fiz isto há mais tempo? E ajuda-nos a que nós nos libertemos de muita coisa e que nos sintamos bem, mesmo, connosco e com tudo.”	“Sim, valeu a pena de estar na Casa Abrigo porque hoje estou mais segura de mim, mais responsável de mim e, estando numa Casa Abrigo fez-me ver essas coisas que eu não via, não é? Que eu não tinha noção disso.”

		Abrigo. O suporte que a Casa Abrigo teve foi dar-me o apoio durante os seis meses. Eu tive a sorte de, posso dizer a sorte de reconstruir de novo a minha vida, a mesma que eu tinha na minha terra. Por um lado melhor, muito melhor porque não sou vítima de violência mas tive a sorte mas é muito difícil uma pessoa que saia da Casa Abrigo ter a sorte que eu tive.”		
<b>VIVENCIA NA CASA ABRIGO; AS REGRAS; O PAPEL DOS TÉCNICOS  PAPEL DOS TÉCNICOS</b>	“Elas dão... mandam fazer um curriculum, fazemos um curriculum e nós é que temos que ir buscar, porque elas não podem estar sempre levando uma pessoa.”	“Na outra Casa de Abrigo nós tínhamos tipo umas casinhas para cada mãe, aaa... Quando cheguei à de Viana tínhamos um quarto para duas pessoas, não era... Era diferente, tínhamos que partilhar e, não é nada fácil, não nos entendíamos, nem com as limpezas, nem com o fazer o jantar, nem com as arrumações da casa. Havia sempre aquelas	“Há umas que nos damos melhor, há umas que não nos damos melhor, mas há muitas que depois é difícil uma pessoa deixar.”	“Uma pessoa vai-se habituando a conviver com as pessoas que estão ao nosso redor, à nossa beira e vamos ganhando confiança, carinho por essas pessoas também” “Eu acho que elas não deveriam estar lá dentro porque também isso tira a nossa privacidade, porque é assim, a gente já não está na

		<p>chatices...”</p> <p>“Nós todas as semanas tínhamos reunião com as técnicas da qual elas traziam propostas de emprego, nos ajudavam como é que nós deveríamos procurar emprego. Também nos ajudavam a lidar com as colegas da casa ... Tínhamos as monitoras que também eram uma ajuda fundamental para irem connosco até uma entrevista de emprego.”</p>	<p>nossa casa, não é? Não sentimo-nos bem com... mais com mulheres e tudo mais agora as doutoras estarem lá vinte e quatro horas isto para nós era, tipo uma prisão...”</p> <p>“Nós dentro de uma Casa Abrigo não temos qualquer custo ou gasto, quase nenhuns. Quem recebesse tinha que dizer o que ganhava, quanto ganhava para o... ou essa pessoa guardava,</p> <p>“Ou essa mulher guardava ou dava para as monitoras guardar, para, para não ser de esbanjeira assim, gastar à toa, não é? Porque um dia, mais tarde, vimos cá para fora e era um pé de meia que nós tínhamos, para continuar</p>
--	--	---	--

				<p>a vida, não é? Ahh, e elas chamavam-nos, ao final do mês, para ver qual foi os gastos, é que é que gastamos, hm, para fazer um balanço das coisas que faziam mais necessidades, para gastar ou mais, pronto. Então isso chamou-se de opinião dos objetivos, eu não gostava dessas reuniões porque é assim, no meu ver...oh pá eram é assim, cada um é livre de fazer o que quiser, não é com o dinheiro.”</p>
<b>REGRAS DA CASA ABRIGO</b>		<p>“Havia mais regras na Casa Abrigo de lá, aaa, na de cá também tínhamos mas, aaa, exigiam mais na de lá. Na de cá eram as tarefas normais, limpeza, coisas básicas. Na de lá tínhamos horários para tudo, não</p>	<p>“Nas duas Casas de Abrigo anteriores não havia regras assim como, tipo, nós não fazíamos minimamente nada só arrumávamos o nosso quarto, mais nada. Tinha gente a servir, gente a fazer</p>	<p>“As regras na casa de Viana eram diferentes. Eram arrumar a casa, fazer o almoço, deixar tudo organizado, limpinho...”</p>

		podíamos sair, só com autorização. Na de cá já temos essa, essa liberdade, aa, só temos uma hora de entrada à noite.”	os almoços, prontos, aí. Na atual é que não, sente-se um ambiente familiar, porque nós é que fazemos o almoço, nós é que ligamos a casa, é diferente... não tem nada a ver.”	
CONHECIMENTO prévio da existência DA CASA ABRIGO		“Tive medo, tinha medo porque não tinha conhecimento sobre a Casa Abrigo.”	“Sei que era a coisa certa que eu tinha que fazer já há muito tempo, muito tempo, só que não tinha a certeza das ajudas que poderia ter. Eu quando apresentei a queixa é que me disseram que existia essas casas de abrigo. Mas eu liguei para o 114 e não me souberam dar essa informação, disseram que eu tinha que procurar a casa de um familiar, e infelizmente naquele momento não tinha onde recorrer. Se eu passei por	

			<p>muito que passei foi porque não tinha para onde ir com os meus filhos, porque não tinha informação minimamente e se fosse mais divulgado o que podem ajudar, talvez não... não acontecesse tanta coisa como está a acontecer.”</p>	
<p><b>TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CASA ABRIGO</b></p>	<p>“Seis meses é o suficiente para uma pessoa, para buscar a vida é o suficiente. Mais não dá, não dá, você enche por si própria.”</p>	<p>“O tempo que eu estive na Casa Abrigo foi importante, acho também que foi muito curto. Os seis meses em que lá estive deu para pensar, deu para fazer procuras de emprego, mas nem sempre é fácil arranjar um emprego com uma criança de um ano que necessita de outros cuidados da qual não há suporte familiar.” “O tempo que deveríamos ter numa casa de abrigo eu, na minha opinião acho que nove meses seria o</p>	<p>“Neste momento estou em fase de saída, mas é assim uma pessoa chega a um ponto que às vezes de tão cansada andar da cabeça estar cheia e querer sair, e não sei quê, mas isto é assim, isto é uma lição de vida. Eles tipo, eles estão-nos a ajudar, e quando eu sair já vou estar preparada para lidar com a situação sozinha, sei que já não vou ter os acompanhamentos que tenho</p>	<p>“A minha estadia foram oito meses, não os seis meses, porque prontos, tive que ficar mais tempo derivado à minha situação de não ter ninguém há minha beira, comigo... ahh... e já estava farta de lá estar, aquilo chega a ser complicado, psicologicamente, fisicamente, tudo, tudo ali... uma pessoa quer ter, também quer se automovimentar, de ter a sua</p>

		<p>suficiente. Eu não me imaginaria nove meses, mas quem conseguisse organizar a sua vida mais cedo, tudo bem saía. Mas há mais que não têm aquele suporte, mesmo, não têm trabalho, não têm dinheiro para sair e autonomizar-se sozinhas.”</p>	<p>ali, não é? Mas sinto-me preparada e sei que seis meses é suficiente.”</p>	<p>automotivação de ter a sua própria casa, as suas próprias despesas, e estar ali, naquela casa, sabendo que temos tudo orientado, tudo bem. Para mim aquilo não dava, chegou a um ponto que eu já discutia com aquela, com aquele com tudo, eu queria era sair dali o mais rápido possível. Estava farta no sentido de conviver com as pessoas vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, levar sempre com aquelas doutoras e monitoras todas azucrinar-me.”</p>
<p><b>SUGESTÕES DE MUDANÇAS NA CASA ABRIGO</b></p>		<p>“A sugestão que eu tenho é que só acho que deveria de haver um quarto para cada mãe porque é o nosso espaço, assim não temos chatices com a colega do lado, acho que nós devíamos ter só o</p>	<p>“A única coisa que eu acho que têm que mudar às vezes é o, nós podermos estar um bocado mais transtornadas mas é certas técnicas, monitoras como queiram</p>	<p>“Eu acho que cada pessoa deve ter a sua privacidade na Casa Abrigo. Cada família ter o seu próprio espaço, quarto, não é? Eu acho que não se deve partilhar quartos com</p>



		nosso espaço. Todos os dias olho para o meu filho vejo que estamos felizes, mas vejo que eu tive que abandonar tudo. Hoje eu estou muito bem, mas eu digo o porquê de eu ter que passar por isto tudo é... tinha quer seu? Questiono-me porquê eu?”	dizer, que falam assim de uma maneira fria e nós sentimo-nos muito mal.”	ninguém. Eu mudava em termos dos horários, também.”
<b>PERSPECTIVAS DE FUTURO; SAÍDA DA CASA ABRIGO</b>	“Quando eu saí da Casa Abrigo, se gente tiver sempre uma pessoa depois a gente enrolava mais ainda quando saísse. Porque ia ficar, tem uma proteção e sai, não pode contar com aquela pessoa, a gente temos que se arranjar da maneira que for possível.”	“É assustador, nós lá temos todo o apoio, tínhamos que... ao sair da Casa Abrigo iríamos estar sozinhas.”	“Em relação há minha saída acho que estou preparada porque elas preparam-nos desde o início. Temos os nossos objetivos que é as nossas, como poupar.”	